



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 6

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 09 de abril de 2024

Presidente: Deputado Luís Garcia.

Secretários: Deputada Nídia Inácio, substituída no decorrer da Sessão pela Deputada Cecília Estácio e Deputado Lubélio Mendonça.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Sumário

No âmbito do PTAP (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo:

Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD, pelo Centenário do Clube Desportivo Lajense das Lajes do Pico, apresentado pela Sra. Deputada Ana Jorge (PSD).

Intervieram os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*) e Mário Tomé (*PS*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do CHEGA, pelo Centenário do Clube Desportivo Lajense - Lajes do Pico, apresentado pela Sra. Deputada Hélia Cardoso (*CH*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pelos 150 anos da Filarmónica Recreio Serretense, apresentado pelo Sr. Deputado José Toste (*PS*).

Intervieram os Srs. Deputados Paulo Gomes (*PSD*) e José Pacheco (*CH*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pelo micro-satélite Cansat, apresentado pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*).

Interveio o Sr. Deputado Carlos Rodrigues (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pela eleição do vinho Czar como “Vinho do Ano”, apresentado pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*).

Interveio o Sr. Deputado José António Soares (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD, ao Museu de

Angra do Heroísmo pela comemoração dos 75 anos, apresentado pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*).

Voto aprovado por unanimidade.

Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pelos 25 anos da Associação “Crescer em Confiança”, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

Interveio o Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

Voto de Pesar do Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento de João Hermínio Ferreira, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*).

Interveio o Sr. Deputado José Toste (*PS*).

O Voto foi aprovado por maioria com 1 voto contra do PAN

Voto de Pesar do Grupo Parlamentar do PS, pelo falecimento de Albino Manuel Terra Garcia, apresentado pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*).

Interveio a Sra. Deputada Ana Jorge (*PSD*).

O Voto foi aprovado por unanimidade

Voto de Pesar do Grupo Parlamentar do CHEGA, pelo falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues, apresentado pelo Sr. Deputado José Sousa (*CH*).

Intervieram os Srs. Deputados Flávio Soares (*PSD*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Voto de Pesar da Representação Parlamentar do BE, pelo falecimento de Ademir Araújo Moreno, apresentado pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Intervieram os Srs./as Deputados/as Lúcio Rodrigues (*PS*), Salomé Matos (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS/PP*) e José Pacheco (*CH*)

O Voto foi aprovado por unanimidade.

Terminado este período dedicado à apresentação de votos, e ainda no âmbito do PTAP, teve lugar uma intervenção política por parte da Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), tendo a mesma despoletado um debate em que intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: José Pacheco (*CH*), João Castro (*PS*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Deu-se início aos trabalhos da agenda com a apresentação das seguintes petições:

Petição n.º 43/XII – “DLR n.º 6/2022/A, de 22 de março – Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores - Nova realidade” apresentada por Losménio Vieira Machado Goulart na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*).

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: Marta Matos (*PS*), José António Soares (*PSD*), João Mendonça (*PPM*), Francisco Lima (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Nuno Barata (*IL*) e

António Lima (*BE*).

Petição n.º 47/XII – “Cabos Submarinos CAM Petição para Estudo de Alternativas à Configuração”, apresentada por João José Quental Mota Vieira na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*).

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: José Pacheco (*CH*), Flávio Soares (*PSD*), Patrícia Miranda (*PS*), João Mendonça (*PPM*), António Lima (*BE*) e Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

Petição n.º 50/XII – “Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores” apresentada por Maria Helena Martins do Carmo na qualidade de primeira subscritora.

O relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado Russel Sousa (*PS*).

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: Olivéria Santos (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), António Lima (*BE*), Sandra Costa Dias (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e João Mendonça (*PPM*).

Petição n.º 52/XII – “Por uma sede condigna para o Clube Naval da Horta”, apresentada por Eugénio Manuel Pereira Leal na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*).

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: João Castro (*PS*), Salomé Matos (*PSD*), Hélia Cardoso (*CH*), João Mendonça (*PPM*), António Lima (*BE*) e Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*).

Petição n.º 53/XII – “Para Consulta Pública do projeto da 2.ª fase da Variante à cidade da Horta”, apresentada por António Alexandre da Costa Amaral na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório foi apresentado pela Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*).

Intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os: Salomé Matos (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), José Sousa (*CH*), António Lima (*BE*) e João Mendonça (*PPM*).

Posteriormente, e, dando cumprimento à agenda de trabalhos, teve lugar a votação da Proposta de Resolução n.º 12/XII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022”, apresentada pela Mesa da ALRAA.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida foi apresentado o Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação do Processo Comum n.º 1960/22.6T8PDL.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação do Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Deputado Paulo Duarte Gomes possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 665/21.0PBAGH.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente deu-se a **Eleição dos Representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana**, onde foram eleitos as/os Srs./Sras. Deputadas/os: Isabel Teixeira (*PS*) e Paulo Gomes (*PSD*).

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos deste período legislativo, tem a palavra o Sr. Secretário para realizar a chamada.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Partido Social Democrata (*PSD*)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Alberto Garcia Castro Pereira da Costa

Luís Miguel Teixeira Raposo

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira **Rodrigues**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João Fernando Brum de Azevedo e **Castro**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CHEGA (*CH*)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

João Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberou a conferência de líderes, esta manhã está reservada ao período de tratamento dos assuntos políticos. Vamos iniciar os nossos trabalhos com a apresentação e votação dos Votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto de

congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo centenário do Clube Desportivo Lajense, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge para a sua apresentação.

Deputada Ana Jorge (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Exmos. Sras. e Srs. Secretários.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo Centenário do Clube Desportivo Lajense

No passado dia 1 de abril assinalaram-se 100 anos da fundação do Clube

Desportivo Lajense, nas Lajes do Pico, fundado a 1 de abril de 1924, tendo a escritura e os estatutos constitutivos desta estrutura sido datados de 15 de abril e aprovados por Alvará do Governo Civil a 28 de maio de 1924.

Fruto da iniciativa de organizadores do Clube e de entusiastas do futebol, o município das Lajes do Pico foi um parceiro fundamental para o início deste clube desportivo, tendo concedido autorização para se iniciarem os trabalhos de limpeza dos muitos lixos e terraplanagem no local onde se situou o Campo Municipal da Vila Sul do Pico por 80 anos.

O Clube Desportivo Lajense, nas Lajes do Pico, é, portanto, o mais antigo clube de futebol da ilha do Pico e um dos mais antigos da Região Autónoma dos Açores. É um dos clubes desportivos mais

emblemáticos da ilha e da Região, mas não deixou, por isso, de ter uma vivência atribulada ao longo destes 100 anos. Na década de 20, apenas concretizou jogos amigáveis, como seriam todos nos primórdios do futebol açoriano, tendo passado quase 40 anos sem atividade desportiva regular.

Até ao final da década de 50, foram relatados no Jornal "O Dever", com anos de intervalo, alguns jogos de voleibol e basquetebol. Mas, a partir dessa data, a modalidade de futebol passou a ser prática regular, definitivamente, muito pelo entusiasmo da jovem população lajense. Nessa altura, o Clube Desportivo Lajense disputou o Campeonato da já extinta Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), que era a única entidade que organizava provas de futebol em todas as ilhas, tendo-se sagrado Campeão de futebol da FNAT do antigo distrito da Horta (composto pelas ilhas de Falai e Pico), nos anos 60.

Mais tarde, já o INATEL tinha substituído a FNAT na organização de provas de futebol em todas as ilhas, o Clube Desportivo Lajense sagrou-se Campeão dos Açores, por duas vezes, e vice-campeão nacional, por uma vez.

O Clube Desportivo Lajense tem sido um digno representante do futebol na ilha do Pico, nos Açores e em território continental. Além de meritórias participações na Taça de Portugal, onde conseguiu ir além das primeiras eliminatórias, sagrou-se campeão da Associação de Futebol da Horta, o que levou a que fosse o primeiro clube

desportivo, que não das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, a participar num Campeonato Nacional de Futebol Federado.

O palmarés do Clube Desportivo Lajense:

- Foi Campeão, por três vezes, da Associação de Futebol da Horta, em 95/96, em 2012/13 em 21/22;
- Venceu a Taça da Associação de Futebol da Horta 21/22;
- Venceu a Supertaça da Associação de Futebol da Horta 21/22;
- Foi, por seis vezes Campeão da ilha do Pico (em 84/85, 90/91, 92/93, 93/94, 94/95, 99/00);
- Foi, por três vezes. Campeão açoriano do INATEL (em 62/63, 80/81, 81/82) e uma vez vice-campeão nacional do INATEL (80/81);
- Venceu 12 Taças de Futebol do Pico;
- Foi a primeira equipa açoriana a alcançar a 3º eliminatória da Taça de Portugal;
- E a única equipa de Portugal a jogar nos Distritais que chegou aos 1/32 avos de Final da Taça de Portugal, em 86/87.

Ainda este fim de semana venceu a taça Dr. Manuel José da Silva.

Hoje, após cem anos de existência, o Clube Desportivo Lajense, das Lajes do Pico, mantém a sua atividade desportiva regular, prova de que a longevidade do clube não descarta a motivação para alcançar novas alegrias e vitórias, mas é sim motriz para continuar a honrar o nome das Lajes do Pico e das suas gentes.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário do Clube Desportivo Lajense.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube

Desportivo Lajense, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal das Lajes do Pico e à Associação de Futebol da Horta.

Presidente: Muito obrigado, Sras. Deputada está apresentado o voto. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apenas para dizer que o CHEGA associa-se a este voto e terá um de igual teor a apresentar supostamente ainda hoje. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Bom dia a todos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto pela passagem do centenário do Clube Desportivo Lajense e também informa a Câmara que irá apresentar um voto de semelhante teor. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto de

congratulação, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pelo centenário do Clube Desportivo Lajense, apresentou um voto também o CHEGA, tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso para a sua apresentação.

Deputada Hélia Cardoso (CH):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo Centenário do Clube Desportivo Lajense

É o mais antigo clube de futebol da ilha do Pico, como já foi referido, e um dos mais antigos dos Açores, tendo sido fundado a 1 de abril de 1924, embora a escritura e os estatutos tenham data de 15 de abril de 1924, tendo sido aprovados por alvará do Governo Civil, a 28 de abril do mesmo ano.

Sem grandes adversários na ilha, o Clube Desportivo Lajense passou a integrar o campeonato da ex-F.N.A.T. (atual INATEL), que organizava provas de futebol em todas as ilhas.

Nos anos 60, o Lajense conseguiu ser campeão no ex-distrito da Horta da F.N.A.T., tendo conseguido também ser duas vezes campeão dos Açores e uma vez Vice-Campeão Nacional, já em provas organizadas pelo INATEL – que substituiu a F.N.A.T.

Em 1982 filiou-se na Associação de Futebol da Horta, tendo sido campeão em várias épocas e em vários escalões. Participou por várias

vezes na Taça de Portugal, tendo, aliás, sido a primeira equipa açoriana a chegar à terceira eliminatória da Taça de Portugal, na temporada 86/87. Na época seguinte, conseguiu ser finalista da Taça Açores.

Na época 95-96 conseguiu a inédita subida à III Divisão Nacional, tendo sido a primeira equipa de fora das três ilhas com Associações de Futebol instaladas (Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada), a participar numa competição nacional.

Um século cheio de história, de união, camaradagem e ajuda, quer dentro de campo, quer fora dele, que levou a muitas vitórias no futebol, apesar de alguns altos e baixos próprios de instituições onde todos contribuem de forma gratuita para o bem comum.

Com preponderância para o futebol, o Clube Desportivo Lajense continua a apostar nos escalões de formação, que são a alma dos clubes de futebol. Com um papel imprescindível na vida desportiva da ilha do Pico ao longo dos cem anos de existência, o Lajense continua a ser um pilar do desenvolvimento do futebol na ilha.

Recentemente, já enquanto instituição centenária, o Clube Desportivo Lajense sagrou-se campeão da Taça Dr. Manuel José da Silva – frente ao Futebol Clube dos Flamengos.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário do Clube Desportivo Lajense, do qual deve ser dado conhecimento à

Direção do Clube Desportivo Lajense, à Câmara Municipal das Lajes do Pico, ao Conselho de Ilha do Pico e à Direção Regional do Desporto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Não havendo vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: Voto de Congratulação pelo Centenário do Clube Lajense aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Partido Socialista, pelo 150.º aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Toste para a sua apresentação.

Deputado José Toste (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo 150.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense

A Sociedade Filarmónica Recreio Serretense foi fundada a 4 de dezembro de 1873, sob a designação de "Filarmónica Serretense - Sociedade Musical de Instrução e Recreio", por impulso do professor Francisco Sousa Cota, que exerceu como regente da instituição até 1905, sendo sucedido por José de Sousa Diniz que exerceu aquelas

funções entre 1906 e 1958, tendo passado o testemunho a Manuel Gonçalves Duarte que foi regente até 1990, data após a qual aquelas funções foram exercidas de modo esporádico por José Caetano Martins, até que em 1994, o atual regente, João Marcelino Alves Costa assume funções.

A Sociedade Filarmónica Recreio Serretense é a mais antiga filarmónica em atividade da ilha Terceira, tendo contabilizado no passado mês de dezembro 150 anos de história, um marco que enaltece a Freguesia da Serreta, a mais pequena e isolada da ilha Terceira, e que é, simultaneamente, o reflexo da capacidade de adaptação, da força de vontade, do sentido comunitário e do espírito de resistência à adversidade daquela população, que, à sua escala, ilustra, neste feito, todas as qualidades que, em potência, existem dentro de cada açoriano, o que por si só, seria já motivo de congratulação.

A filarmónica é atualmente composta por cerca de 40 músicos, com idades que variam entre 12 e os 69 anos, e ao longo da sua existência manteve sempre atividade, participando nas diversas festividades da ilha, como são as festas em louvor do Divino Espírito Santo, as procissões, os concertos, as touradas de praça e as marchas de São João.

A Filarmónica contribuiu ao longo da sua existência para os grupos de teatro que se formaram na freguesia, para as populares danças e bailinhos de Carnaval, tanto na Serreta como nas freguesias vizinhas

das Doze Ribeiras e do Raminho, colaborando, de igual modo, durante vários anos com as festas daquelas freguesias.

Além da atividade regular da Filarmónica, relevam igualmente os registos áudio deixados para a posteridade, designadamente o seu primeiro álbum gravado em outubro de 2007 no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, que integrou as comemorações do 134.º aniversário, bem como, o álbum de “Pasodobles”, gravado no auditório da Escola Tomás de Borba, em novembro de 2009 e lançado a 31 de outubro de 2010.

A atividade ininterrupta da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense é fruto da preciosa contribuição e da persistência de todos os músicos, regentes e diretores que por ela passaram.

Deste modo, com o presente voto de congratulação pretende-se, igualmente reconhecer e enaltecer toda a dedicação e empenho de todos aqueles que ao longo de 150 anos de história fizeram e fazem parte da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense e que, ao longo destes 150 anos, não só asseguraram a continuidade desta instituição como a transformaram numa das filarmónicas mais relevantes a nível regional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, congratula-se pela comemoração do 150.º aniversário da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense, fazendo votos para que esta instituição identitária prossiga com perseverança e afinco a sua relevante atividade de instrução e

dinamização cultural, à imagem do ocorrido nestes 150 anos de história.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao regente, aos músicos e órgãos sociais da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense, assim como, à Junta e à Assembleia de Freguesia da Serreta, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e ao Governo Regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação e informa a Câmara, que apresentará durante esta semana um voto de igual teor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA, naturalmente, associa-se a este voto, e, lembrar que 150 anos é sempre uma data pesada na história dos Açores, isso para dizer também, nós temos que saber cuidar desses 150 anos, nunca descuidar aquilo que é o nosso património material e imaterial que estão nas nossas filarmónicas, daqui faço esse apelo, especialmente

ao Governo Regional que as nossas filarmónicas tenham um papel importante não só na sociedade, mas também na parte Cultural, na parte turística de todos os açorianos. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, também é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares para a sua apresentação.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Microsatélite "Bei-Sat" conquista primeiro lugar da European Cansat Competition

No dia 13 de outubro de 2023, decorreu na cidade de Brescia, em Itália, o European Cansat Competition, tendo o primeiro prémio sido atribuído ao protótipo de Microsatélite "Bei-Sat", nome alusivo à expressão tão mariense.

A idealização e execução do projeto vencedor é de uma equipa composta por oito elementos - Filipe Lopes, Gonçalo Ferreira, Eng.º Juan Nulasco, Matilde Costa, Lucas Pinto, Pedro Soares, Eng.º Jerry Cunha, Eng.º Henrique Chaves - sendo os últimos cinco jovens, da ilha de Santa Maria.

Desenvolvido como trabalho extracurricular, o "Bei-Sat" é um protótipo de um microssatélite de monitorização de poluição atmosférica, que não pode atingir o peso superior a 150 gramas, com sensores de altitude, pressão, temperatura, humidade e GPS.

Durante a prova, a equipa, apesar de se ter deparado com "pequenos problemas técnicos", conseguiu, em tempo real, a transmissão de dados, em dois lançamentos efetuados, atingindo o solo através do seu paraquedas tripartido.

Desde 2011 que o cluster espacial invadiu a Escola Básica Integrada de Santa Maria, data a partir da qual a escola, com todo o empenho dos seus professores e alunos, iniciou projetos escolares com a ESA participando e ganhando prémios nacionais e internacionais.

Um dos mentores do "Bei-Sat", Eng.º Jerry Cunha, participou, ainda, como aluno da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, no Cansat, que se realizou na Noruega, integrado numa equipa liderada pelos professores Hélder Chaves e Professor Juan Nulasco. Foi a primeira equipa portuguesa a participar na competição, tendo esta experiência sido modeladora do seu percurso profissional.

A equipa e, todos os seus elementos, foram responsáveis pelo desenvolvimento do protótipo em 3D, da escolha dos sensores, do desenho de eletrónica, permitindo que o "Bei-Sat", alcançasse o primeiro lugar da competição europeia, representando Portugal e a Europa na fase final mundial, organizada pela WCRC - World Cansat & Rocketry Competition, que decorrerá no próximo mês de setembro. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de abril, a aprovação do Voto de Congratulação pelo primeiro lugar na European Cansat Competition do Microssatélite "Bei-Sat".

Do presente voto, deve ser dado conhecimento, à equipa vencedora - Matilde Costa, Lucas Pinto, Pedro Soares, Jerry Cunha, Henrique Chaves, Filipe Lopes, Gonçalo Ferreira, Juan Nulasco, à Universidade de Aveiro, ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação, ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

(Neste momento a Deputada Cecília Estácio ocupa o lugar na Mesa, substituindo a Deputada Nídia Inácio)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estevão): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Carlos Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo. Além destes alunos aqui referidos, aparece o nome de Juan Nulasco que foi o professor, mentor e pioneiro destes eventos em Santa Maria e que criou nestes jovens uma apetência e uma vontade de dar continuidade, e, até na sua escolha futura em termos académicos, todos eles alunos da Universidade de Aveiro e que os traz até aqui. Felizmente, com esta nova dinâmica a implementar para o espaço por este Governo, voltaremos a ter na ilha eventos semelhantes, o que vai dar continuidade para que no futuro tenhamos mais jovens a serem premiados. O Grupo Parlamentar do PSD revê-se neste voto e associa-se ao mesmo. Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado também pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Czar, tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Czar 2014 Eleito Vinho do Ano 2023

O vinho Czar 2014, produzido no Pico pelas mãos de Fortunato Garcia, foi eleito Vinho do Ano durante a gala da 27.^a edição dos prémios “Os Melhores do Ano”, que decorreu no passado dia 9 de fevereiro, no Porto.

A distinção foi atribuída pela prestigiada Revista de Vinhos que, todos os anos, desde 1996, distingue os grandes protagonistas e projetos que elevam o vinho, a gastronomia e o enoturismo, escolhendo os 30 vinhos de produção nacional, nas mais diversas categorias e regiões, que são considerados pelo seu painel de provadores, como os melhores de entre os melhores do ano.

Numa cerimónia considerada por muitos como os "Óscares do Vinho e da Gastronomia", o Czar 2014 - adjetivado como "vinho licoroso 'sui generis' da ilha do Pico" - foi eleito o Melhor Vinho de 2023.

O Czar é feito com uvas colhidas à mão das castas Verdelho, Arinto dos Açores e Terrantez do Pico, a partir de dois hectares de vinhas centenárias situadas no Lajido da Criação Velha, no coração da Zona

Protegida e Património Mundial da Unesco, plantadas em chão de lava nos currais de pedra negra que resistiram aos séculos e à passagem do tempo.

Trata-se de um vinho não fortificado único no mundo, produzido de forma tradicional e honrando os processos centenários da vindima da ilha do Pico.

Na verdade, a vindima que origina o Czar é atrasada o máximo possível, para permitir a colheita das chamadas "uvas passadas". As características peculiares dessas uvas, as condições naturais do clima e do solo vulcânico, as leveduras indígenas ultrarresistentes das castas permitem fermentações de 8 a 10 meses, transformando a maioria dos açúcares em álcool e resultando em vinhos completamente naturais que atingem um mínimo de 18 % de volume de álcool.

Após a fermentação em barricas com capacidade de 225 litros, o vinho é passado para as barricas de envelhecimento, onde permanece durante quase uma década sem qualquer tipo de intervenção. Dos 225 litros iniciais, apenas se retiram 150. O que se evapora é a famosa "parte dos anjos", justificando-se uma perda tão grande pela riqueza que os vinhos adquirem.

Tal como todos os vinhos da marca, o Czar 2014 resulta deste método de produção único no mundo, sendo um vinho totalmente natural. Puro sumo de uva fermentada, sem adição de qualquer tipo de álcool, açúcar ou leveduras, engarrafado 9 anos após a sua colheita e com

um volume alcoólico de 19 %. A forma de produção do Czar, aliada às condições atmosféricas incertas da ilha, faz com que nem sempre seja possível ter Czar e, na última década, a marca chegou a estar cinco anos sem atingir a qualidade de um vinho Czar.

A vulnerabilidade resultante de uma produção tão pequena e de qualidade imprevisível, nunca representou um motivo para desistir ou alterar o processo, funcionando antes como um incentivo à melhoria. De facto, com um trabalho de duas gerações, Fortunato Garcia continuou o legado herdado do pai, José Duarte Garcia, a quem começou a acompanhar nas vinhas quando tinha apenas 6 anos de idade.

Com a morte do pai, em 2007, Fortunato assumiu o projeto. Prolongou o tempo de envelhecimento com a expectativa de melhorar a qualidade e a complexidade do vinho, mas manteve-se fiel aos conhecimentos transmitidos, honrando os processos centenários ligados aos "vinhos passados" do Pico.

Esta é, aliás, também uma das características que marca o Czar. A ligação emocional do seu produtor ao seu pai e mentor, que desde pequenino fazia Fortunato subir ao cimo das barricas para as cheirar ainda vazias e perceber se tinham mofos ou, mais tarde, para escutar a barrica e perceber se a fermentação ainda estava no ativo.

Esta relação sensorial e afetiva com a vinha e com a adega também está presente no vinho. Porque há vinhos que, na verdade, são muito

mais que uma bebida. Têm alma e identidade, carregam história e contam estórias.

E assim é o Czar. Assim são os vinhos do Pico.

Pelo presente voto, congratulamos assim a distinção agora obtida pelo Czar 2014 e, mais do que isso, reconhecemos e enaltecemos os valores que através dele se perpetuam; a preservação de uma história, que continua a ser escrita, de uma ilha com 600 anos de cultivo e produção de vinhos, numa paisagem elevada ao estatuto de Património Mundial da Humanidade pela Unesco; a homenagem aos homens e às mulheres que ontem como hoje erguem currais de um imenso chão de pedras e dele fazem brotar vinhos raros de qualidade além-fronteiras; a afirmação da identidade Picarota e Açoreana.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela eleição do Czar 2014 como Vinho do Ano 2023. Do presente voto deve ser dado conhecimento ao seu produtor Fortunato Garcia, à Comissão Vitivinícola Regional (CVR) e à Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP).

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José António Soares, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José António Soares (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Hoje é realmente um momento especial e com a apresentação deste voto, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se, realmente fazendo votos para que muitos dos outros que têm também granjeado outros prémios possam realmente também obter na zona do vinho e na paisagem, neste caso em particular na paisagem protegida da Cultura da vinha da ilha do Pico.

Associando-nos e dizendo, que efetivamente o professor José Duarte, eu tive esse privilégio, de partilhar com o professor José Duarte e também com a sua família, com o Fortunato e com o Zé, essa saga do vinho do Pico na zona da paisagem protegida da Cultura da vinha, por isso, realmente foi a persistência do professor José Duarte, depois transmitida para o Fortunato que, efetivamente, fez com que tivessem vinhos de grande qualidade na zona da paisagem, por isso nós associamo-nos e para nós é realmente um momento também muito especial, neste caso, e, muito obrigado pelo voto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação.

As Sra. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O voto de congratulação, Czar 2014 eleito vinho do ano 2023 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. O próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao

Museu de Angra do Heroísmo, tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio para a sua apresentação.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Museu de Angra do Heroísmo pela Celebração dos 75 Anos

O Museu de Angra do Heroísmo (MAH) é um espaço museológico de síntese, com um acervo rico e variado, onde se procura refletir, ao mesmo tempo, uma história com os seus factos e movimentos políticos, sociais e económicos, marcados pelo domínio do Atlântico, e uma Cultura nas suas múltiplas formas e significados gerados e moldados por uma existência insular.

Criado oficialmente a 30 de março de 1949, sob a égide da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, o Museu de Angra teve como primeiro diretor Manuel Coelho Baptista de Lima, que orientou os seus destinos ao longo de três décadas. Teve como primeiras instalações definitivas o Palácio Bettencourt, que partilhou com o Arquivo Distrital de Angra, entre 1951 e 1969, ano em que foi transferido para o atual edifício, o Convento de São Francisco.

Este edifício foi seriamente danificado pelo sismo de 1 de janeiro de 1980, deixando-o em difíceis condições de segurança. Mantêm-se ainda algumas salas do piso inferior abertas ao público até as obras de consolidação, restauro e adaptação serem iniciadas, em 1991.

A inauguração ocorre em novembro de 1997, mas a reabertura total só se realiza em setembro de 2000, com a finalização da exposição de longa duração *Do Mar e da Terra... uma história no Atlântico*.

Tendo como edifício-sede o antigo Convento de São Francisco, hoje, o Museu de Angra do Heroísmo é uma instituição polinucleada, onde se integram o Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima e a Carmina - Galeria de Arte Contemporânea Dimas Simas Lopes.

Patente no Edifício de São Francisco, a exposição *Do Mar e da Terra... uma História no Atlântico* constitui a principal narrativa expositiva desta instituição e desenvolve-se ao longo de quatro momentos, que vão desde a descoberta e povoamento das ilhas até à atualidade da Região, pretendendo aprofundar a Cultura e história da ilha Terceira e dos Açores através das peças mais significativas e de maior valor museológico.

O Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima, instalado no antigo Hospital Militar da Boa Nova, faz com que o Museu de Angra do Heroísmo seja o único museu civil português subordinado a esta temática. A sua coleção é trazida ao público através de três exposições de longa duração que, a par de uma explanação da evolução e funcionalidade das armas e de um convite à reflexão sobre as grandes questões éticas, morais e sociais inerentes aos conflitos bélicos, documentam a personalidade e vivências

peçoais do patrono, a história do próprio edifício e uma visão de futuro nesta temática.

A Fortaleza de São João Baptista do Monte Brasil pode ser visitada e os seus mais de quatrocentos anos de história revividos através das narrativas de guias do MAH, cujo percurso se inicia neste Núcleo de História Militar.

A Carmina - Galeria de Arte Contemporânea Dimas Simas Lopes, localizada a 7 km de Angra do Heroísmo, complementada com duas salas de exposições temporárias no edifício-sede, constitui o Núcleo de Arte Contemporânea do MAH. Este núcleo promove exposições temporárias, debates, relações entre diferentes expressões artísticas (música e artes performativas), dando visibilidade a uma reserva relevante nesta área, permitindo ser ponte e alavanca entre criações, gerações e espaços tal como Angra o foi no passado para a circulação marítima e aérea.

Grande parte das atividades desenvolvidas pelo MAH depende do aproveitamento de sinergias disponíveis localmente, o que torna o Museu um ponto de confluência do pulsar Cultural terceirense, dado ser entendido como um parceiro credível face às múltiplas competências das equipas que possui e à pluralidade de espaços de que dispõe.

O programa Cultural estabelecida conta com a colaboração de voluntários e do estabelecimento de protocolos com entidades públicas e privadas locais, nacionais e internacionais. A este nível

destacam-se, por exemplo, a residência do organista Gustaaf van Manen, que assegura a realização de saraus musicais de música barroca para cravo e órgão, tirando partido da sonoridade única do órgão histórico existente na Igreja Nossa Sr.a da Guia ou, ainda, a parceria internacional que assegura, anualmente, a realização da *Minimaratona de Leitura de Moby Dick*, em Língua Portuguesa, em simultâneo com o New Bedford Whaling Museum ou com a Biblioteca Nacional de Cabo Verde, entre outros parceiros locais/nacionais.

Ao longo do seu percurso, o Museu de Angra do Heroísmo tem sido distinguido com vários Prémios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), a saber: em 2013, Prémio na categoria de "Serviço de Extensão Cultural"; em 2014, Menção Honrosa na categoria "Trabalho Jornalístico"; em 2015, Prémio na categoria de "Sítio da Internet"; em 2017, Prémio na categoria "Coleção Visitável"; em 2018, Menção Honrosa na categoria "Comunicação Online"; em 2019, Prémio na categoria "Projeto de Educação e Mediação Cultural" e Prémio na categoria "Intervenção em Conservação e Restauro"; em 2020, Prémio na categoria "Incorporação" e Menção Honrosa na categoria "Parceria"; em 2021, Prémio na categoria "Incorporação" e Prémio na categoria "Intervenção em Conservação e Restauro"; e, em 2022, Menção Honrosa na categoria "Incorporação".

Como "Casa das Musas", o Museu de Angra do Heroísmo é um lugar de informação e de formação, de memória e de inspiração. Define-se como um espaço de encontro de memórias coletivas, mas, sobretudo, como um espaço de confluência de expressões Culturais, quer sejam antigas, tradicionais ou contemporâneas, constituindo-se como um centro de recolha, estudo, tratamento, conservação e divulgação, onde as pessoas podem aprender, recrear-se, recordar e usufruir, mas também questionar, confrontar e inquirir os caminhos do futuro e da novidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Museu de Angra do Heroísmo, pelos 75 anos da sua fundação. Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, ao Museu de Angra do Heroísmo e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições. Não havendo vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sra. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Museu de Angra do Heroísmo pela celebração dos 75 anos, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao 25º Aniversário da Associação Crescer em Confiança, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para a sua apresentação.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º Aniversário da Associação Crescer em Confiança

A Associação Crescer em Confiança, Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Vila de Rabo de Peixe, foi criada, no âmbito do Projeto "Sementes de Mudança" (1997-2000), promovido pelo Instituto de Ação Social e gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

No âmbito do Projeto, um grupo de quinze mulheres da comunidade de Rabo de Peixe, algumas beneficiárias do, então, rendimento mínimo garantido e outras que se apresentaram como voluntárias, frequentaram o curso de formação social "Aprender para Ensinar".

Através deste grupo de mulheres, a Associação constituiu-se, informalmente, em setembro de 1998 e, oficialmente, em Cartório

Notarial a 25 de fevereiro de 1999, com o objetivo de promover o desenvolvimento de atividades de política social e de serviços à comunidade, designadamente de apoio a crianças e famílias, apoio a idosos, apoio administrativo, ações de formação e sensibilização à população da freguesia, interações com as instâncias sociais locais e promoção de eventos Culturais.

Assinalando, este ano, os seus 25 anos de existência, a Associação tem-se dedicado a apoiar a comunidade de Rabo de Peixe, especialmente mulheres e as suas famílias, contribuindo ainda para a sua integração social e comunitária. Tem alargado a sua intervenção a outras zonas geográficas, abrangendo toda a ilha de São Miguel e restante Arquipélago dos Açores.

Atualmente, a Associação desenvolve a sua intervenção nas áreas da violência doméstica e da mulher em situação de risco, adequando respostas ao nível social, psicológico e de saúde, detendo uma equipa multidisciplinar especializada que atua no seu Centro de Atendimento Psicossocial e de Saúde e, na intervenção em crise, no seu Centro de Acolhimento Temporário, com capacidade para acolher quinze mulheres,

acompanhadas, ou não, dos seus descendentes.

Intervém, igualmente, no combate à feminização da pobreza e exclusão social, através do seu Gabinete para a Igualdade e Empreendedorismo Social dos Açores, promovendo projetos comunitários e ações na área da igualdade de gênero e de

oportunidades, assim como, o desenvolvimento de formações certificadas e o apoio à comunidade no âmbito da empregabilidade e inserção laboral.

Ao longo dos anos a Associação, e, fruto da dinâmica e dedicação dos seus órgãos sociais e colaboradores, tem vindo a definir objetivos e a abranger públicos diversificados, procurando responder, adequadamente, às necessidades sentidas pela comunidade, no cumprimento da sua missão.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário da Associação Crescer em Confiança.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção e restantes Órgãos Sociais da Associação, aos seus Colaboradores e Utentes, ao Governo Regional dos Açores, à Assembleia Municipal da Ribeira Grande, à Assembleia de Freguesia de Rabo de Peixe dos Açores e à URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Jaime Vieira, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros

do Governo. Logicamente que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a esse voto e que irá apresentar ainda durante essa sessão plenária, um voto de congratulação, pois esta associação tem dignificado e acima de tudo tem sido uma preciosa ajuda no combate, principalmente à violência doméstica.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelo 25º aniversário da Associação Crescer em Confiança foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar aos votos de pesar. O primeiro voto de pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo Falecimento de João Hermínio Ferreira, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes para a sua apresentação.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento de João Hermínio Ferreira

João Hermínio Gonçalves Ferreira nasceu na freguesia de São Bento, Angra do Heroísmo, ilha Terceira, onde foi uma figura maior da tauromaquia, também com uma carreira de sucesso nos ralis.

Fez parte da direção inicial da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, aquando da fundação, em 1966, formando de seguida o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, que se oficializou em 1973, tendo sido o seu cabo fundador, em funções que manteve até 1989.

Em 1976, fruto das frequentes idas à Califórnia do Grupo da jaqueta da ramagem, João Hermínio foi também o primeiro cabo do Grupo de Forcados Amadores de Turlock, papel que teve até 1981, em parceria com António Baldaya, que seria o seu sucessor no Grupo da Tertúlia. Pertenceu à Comissão de Obras para a construção da nova Sede da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, da equipa diretiva da Sociedade Tauromáquica Progresso Terceirense, que construiu e gere a Monumental Praça de Toiros da ilha Terceira. Fez ainda parte das Comissões de Obras do Monumento ao Toiro, e do Monumento ao Forcado, ambos próximos à referida Praça.

Paralelamente, João Hermínio também se distinguiu no mundo dos ralis, sendo segundo classificado na primeira prova oficial realizada pelo Terceira Automóvel Clube, o Rali Primavera, em 1978, ao lado de Gilberto Costa.

Seguiu-se uma bem-sucedida carreira a navegar Joaquim do Carmo, que culminou com o título de campeões regionais de ralis em 1991, sendo a primeira dupla terceirense a conseguir tal feito.

João Hermínio Gonçalves Ferreira deixou-nos no passado dia 21 de janeiro, aos 76 anos de idade. Ficou a marca de um valoroso forcado

e de um aguerrido desportista, fiel aos seus princípios e amante das nossas tradições.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Pesar pelo Falecimento de João Hermínio Gonçalves Ferreira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à direção da Tertúlia Tauromáquica Terceirense e ao Terceira Automóvel Clube.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado José Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Uso da palavra, para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nos associarmos ao Voto de Pesar por João Hermínio Gonçalves Ferreira, aqui apresentado.

Se me permitem, por amizade com João Herminio ou com o Sr. João Herminio, gostaria aqui de destacar que, além dos feitos que se encontram vertidos no voto de pesar, João Hermínio foi alguém que teve um envolvimento muito grande naquela que era a atividade da tertúlia tauromáquica terceirense e de outros organismos da ilha Terceira e de outras instituições, o que se encontra aqui refletido, João

Hermínio era um bom homem e alguém que desde o início se dedicou de corpo e alma à tauromaquia Terceirense.

João Hermínio, além de fundador de um grupo de forcados na ilha Terceira, foi igualmente promotor da formação de grupos de forcados na diáspora, levando no fundo aos nossos emigrantes aquela que é a arte da tauromaquia, acresce João Hermínio igualmente participou de diversas provas de ralis e de outras atividades desportivas na ilha Terceira, tendo-se igualmente destacado ao nível das organizações, seja no âmbito da construção da praça, seja na elaboração do monumento ao Forcado.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de pesar aqui apresentado, aproveitando esta oportunidade para dirigir os sentimentos à família enlutada, disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Pesar João Hermínio Ferreira foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 23 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. O próximo Voto de Pesar pelo Falecimento de Albino Manuel da Terra Garcia é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para a sua apresentação.

Deputado Manuel Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento de Albino Manuel Terra Garcia

Albino Manuel Terra Garcia, nasceu a 19 de novembro de 1955, na freguesia das Bandeiras, concelho da Madalena do Pico, casado, pai de quatro filhos e avô de cinco netos faleceu no passado dia 18 de março de 2024, aos 69 anos de idade.

Como tantos outros jovens, frequentou a escola primária da sua freguesia e fez a preparação para o antigo exame de admissão aos liceus, prestando provas no então denominado Liceu Nacional da Horta.

Depois de uma breve passagem pelo seminário menor em três anos letivos incompletos, frequentou diferentes escolas do ensino secundário nas ilhas de S. Miguel, Pico e Faial, tendo adquirido a formação necessária para completar, como trabalhador-estudante, o antigo Curso Complementar dos Liceus.

Prestou provas de acesso ao ensino superior, no entanto não seguiu estudos a esse nível.

Enquanto residente na freguesia Natal, o ambiente modelar da ativa Sociedade Católica da Boa Nova, criada pelo notável contista e jornalista Nunes da Rosa, incutiu-lhe uma paixão pela Cultura, tendo começado, desde cedo, a escrever versos e pequenos textos, alguns dos quais publicou em jornais como: Bom Combate; O Telégrafo; Correio da Horta; O Dever, entre outros.

Em Évora adquiriu formação em jornalismo, bem como em diversas áreas de caráter sociocultural e artístico como teatro, música, fotografia, fantoches e serigrafia.

Colaborou, desde a adolescência, com jornais regionais e nacionais, nos quais deixou impressa variada produção. Dispersa em revistas e grande parte dos jornais açorianos, deixou colaboração muito variada de distinta e reconhecida qualidade entre poemas, crónicas, contos, reportagens, artigos de opinião, apontamentos de investigação histórica, etnográfica e linguística.

Colaborou, ainda, com diversas estações de rádio e agências noticiosas.

Serviu voluntariamente algumas coletividades como membro diferenciado dos seus corpos gerentes.

Foi dirigente do Futebol Clube da Madalena e dirigente do Grupo Desportivo e Salão Recreativo dos Toledos onde colaborou para a construção do pavilhão e de novas instalações do clube, bem como para a conquista de campeonatos nacionais, Taça de Portugal, Super

Taça de Portugal e Taça Mediterrânea, na modalidade de ténis de mesa.

Foi presidente da Assembleia Municipal da Madalena.

Foi fundador do Grupo Juvenil da Madalena; Sócio do Instituto Açoriano da Cultura; Sócio fundador do Círculo de Amigos da Ilha do Pico; Co-fundador do jornal Ilha Maior e fundador do GEADA - Grupo de Espeleologia, Alpinismo e Defesa do Ambiente.

O seu grande interesse pela área da espeleologia e defesa do ambiente, demonstrado desde muito cedo, levou-o a explorar grutas e algares tendo medido e fotografado mais de centena e meia de grutas. A associações do ambiente e de exploração espeleológica como Os Montanheiros, também deu o seu contributo que se alargou à comunidade científica, chegando a colaborar, com cientistas nacionais e internacionais, das áreas da biologia, vulcanologia e geologia como, a título de exemplo, o conceituado e falecido entomólogo austríaco Herbert Eranz.

Aprofundou os seus conhecimentos sobre as abundantes e misteriosas galerias naturais, formações lávicas, fauna e flora cavernícola através de leituras de publicações da especialidade, de contatos com os cientistas e do seu devotado empirismo.

Participou em alguns congressos sobre estas matérias como o "I Encontro Internacional de Vulcano-espeleologia das Ilhas Atlânticas", em 1992, e deu a conhecer muitas das suas descobertas em jornais em revistas, fez palestras e encontros com alunos e professores de escolas

locais, tendo orientado visitas de grupos a diversas cavidades vulcânicas.

Encontra-se no livro "No Ventre Sagrado da Ilha", publicado em 2016, uma bela exposição fotoespeleológica da sua autoria, com comentários científicos de Victor-Hugo Forjaz e Luís Miguel Almeida.

Exerceu, entre outras, as atividades de jornalista amador, escriturário e bancário.

Desempenhou o papel de conferencista em ocasiões solenes e eventos de caráter Cultural, nomeadamente nas ilhas do Pico e do Faial.

Homem de grande fé, devoto de Nossa Sra. da Boa Nova, foi católico reservado quanto a determinadas orientações da Igreja e com o seu estilo livre, destemido e autêntico, considerava-se imune a influências religiosas ou ideológicas. Foi membro ativo de diversos grupos e movimentos da igreja tendo representado o conselho pastoral da Ilha do Pico nos encontros da Diocese.

Foi autor das letras de vários hinos religiosos e sociais.

Além da já referida publicação de 2016, publicou em 2001, " Letras de Prata", uma coletânea de composições rimadas feitas para ranchos de Natal, canções e cânticos, marchas, hinos, danças e bailinhos.

Em 2011 publicou o livro "Bandeiras em Festa" que engloba várias alocuções proferidas em ocasiões, mais ou menos marcantes, vividas nas Bandeiras ou relacionadas com esta freguesia, preservando-se assim, alguns dados e pormenores da história local.

A sua admiração pelo Homem do Pico, é identificada várias vezes na sua obra dispersa, como por exemplo no poema "O Monumento Esquecido", publicado no pós "25 de Abril".

Viveu grande parte da sua vida adulta na vila da Madalena, sendo as suas últimas dezenas de anos passadas em situação de reforma antecipada, lutando com a rjeza do homem do Pico, e não se deixando contagiar contra os diversos problemas de saúde que o levaram a ser submetido, em Coimbra, a diversas intervenções cirúrgicas de risco.

Com este espírito de encarar a vida de forma corajosa, e apesar de já se encontrar doente, iniciou e liderou o movimento de angariação de fundos para a construção do monumento de homenagem ao ilustre madalenense Gilberto Mariano (estátua construída pelo artista picoense Rui Goulart, residente em S. Miguel e colocada junto à gare marítima João Quaresma), cuja iniciativa foi depois acolhida, financiada e inaugurada em 2017 pela Câmara Municipal da Madalena com a presença de Albino Terra Garcia, do Presidente da Câmara e do Presidente do Governo Regional dos Açores, entre outras autoridades e personalidades, nomeadamente a família de Gilberto Mariano.

Albino Manuel Garcia Terra, investigador, historiador, ambientalista, poeta, letrista, filantropo, amante e defensor da ilha do Pico, deixou um vasto legado que engradeceu a Ilha do Pico e a Região Autónoma dos Açores.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no dia 9 de abril de 2024, emita o seguinte voto de pesar: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o presente Voto de Pesar pelo Falecimento de Albino Manuel Terra Garcia, que será eternamente lembrado como "um verdadeiro filantropo que amou incondicionalmente a sua Ilha".

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, nomeadamente à viúva e aos seus filhos, à Assembleia de Freguesia das Bandeiras, à Assembleia e Câmara Municipal da Madalena.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, ainda com tanta emoção após esta perda, a este voto.

O que dizer sobre este homem? Um homem que deu de si antes de pensar em si, um homem que identificou, construiu tesouros, registou-os e perpetuou-os através da sua obra, uma personalidade multifacetada na área da Cultura, pelo seu reconhecido trabalho na imprensa local e regional, pelo seu interesse pelo ambiente, por

aquilo que tudo fez ao nível do teatro, da música, da fotografia, poemas, crónicas, contos, reportagens, artigos de opinião, um homem de indubitável valor para a ilha do Pico e mais além, um homem maior, um homem ao serviço da sua Terra e das suas gentes. O que mais faltou fazer a este homem a esta personalidade? Que maravilhoso foi poder ouvir em sessão de homenagem que lhe foi prestada no Auditório Municipal das Lajes do Pico, ouvindo o hino que por ele foi escrito em louvor da Nossa Sra. da Boa Nova, uma comoção, maravilhoso e a história deverá preservá-lo, nomeadamente a história do Pico, mas a história da Região. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Voices dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto de pesar. As Sra. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo Falecimento de Albino Manuel Terra Garcia foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar pelo Falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues é apresentado pelo CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa, faça favor Sr. Deputado.

Deputado José Sousa (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues

Homem de bom trato e um comunicador nato, assim era conhecido o Padre João Luciano do Couto Rodrigues, que faleceu no passado dia 7 de março de 2024, aos 82 anos.

Natural de Ponta Garça, ilha de São Miguel, entrou no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo em 1959, com 17 anos de idade, tendo sido ordenado em 1968. Serviu sempre na ilha de São Miguel, tendo sido primeiramente colocado como Vigário Paroquial de São José, em Ponta Delgada.

Seguiu depois para a Fazenda, no Nordeste, onde foi fundador e primeiro diretor da Escola Preparatória, atualmente Escola Básica e Secundária de Nordeste. Mais tarde foi colocado na Relva, paróquia que acumulou com a da Covoada, passou pelos Arrifes, regressando a São José, novamente como Vigário Paroquial.

Depois, teve a oportunidade de deixar um marco histórico na criação da Paróquia de Nossa Sra. de Fátima, no Lajedo, onde foi também pároco e onde deixou marcas com a sua bondade e dedicação.

Por onde passou, sempre acumulou as suas funções paroquiais com o ensino, primeiro na Escola do Nordeste e depois na Escola Básica Integrada Canto da Maia, onde lecionou a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Sempre com uma palavra amiga, destacava-se por ser bom ouvinte e bom conselheiro. Era também um comunicador nato, sempre disponível e amigo do seu amigo.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um Voto de Pesar pelo Falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Diocese de Angra e à Escola Básica e Secundária de Nordeste.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Está apresentado o voto, estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Social Democrata, obviamente que se associa a este voto de pesar pelo falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues, foi um homem que dedicou parte da sua vida ao Nordeste, ao desenvolvimento daquele concelho, não só nas suas paróquias, mas como foi dito e muito bem no voto, na relação com o ensino e foi um dos maiores impulsionadores por termos a Escola Secundária do Nordeste como hoje a temos, e, portanto, uma saudação ao Padre João Luciano e à família enlutada, obviamente que, enviamos as suas condolências. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará amanhã um voto de pesar sobre o falecimento do Padre João Luciano Rodrigues, mas isso não invalida que hoje, possa em nome do Grupo Parlamentar do PS, transmitir à Câmara, que nos associamos a este voto de pesar que foi apresentado, recordando o Padre João Luciano Rodrigues, o seu dinamismo, a sua habilidade na gestão das diferenças de opinião, a sua grande capacidade de trabalho, e, ele esteve durante muitos anos como pároco na paróquia de N^a Sra. da Ajuda, na Covoada, foi aí que eu o conheci, e, que tive a oportunidade, de também noutras funções ligadas à vida cívica da freguesia, de lidar com ele e trabalhar com ele, e, é, também, a exemplo de muitos que com ele contactaram, que faço esta intervenção e que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sinalizo que nos associaremos a este voto de pesar, sem prejuízo de amanhã apresentarmos um voto de idêntico teor. Obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo Falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar apresentado pelo Bloco de Esquerda pela morte de Ademir Araújo Moreno, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE PESAR

Pela Morte de Ademir Araújo Moreno

Ademir Araújo Moreno nasceu em 1974, na cidade da Praia, em Cabo Verde. Era calceteiro de profissão e encontrava-se, há cerca de três meses, deslocado da sua área de residência, na zona do Barreiro, para trabalhar na obra pública da Frente-Mar da cidade da Horta, ilha do Faial.

No passado dia 17 de março, na cidade da Horta, Ademir Araújo Moreno foi agredido violentamente com um soco que o deixou inanimado, vindo a falecer no Hospital da Horta no dia seguinte. O suspeito da agressão encontra-se em prisão preventiva, indiciado do crime de homicídio qualificado, tendo o Tribunal da Horta mencionado em comunicado a existência de “intercedência de motivação racial”.

Em sequência deste chocante acontecimento, no dia 19 do mesmo mês, cerca de duas centenas de pessoas saíram à rua no Faial, numa

vigília em homenagem à vítima, manifestando rejeição inequívoca ao racismo, xenofobia e qualquer forma de ódio e intolerância. Nela estiveram presentes membros da comunidade africana da ilha e de fora desta comunidade.

Os organizadores da iniciativa consideraram a morte de Ademir Araújo Moreno um lembrete doloroso dos desafios persistentes que enfrentamos em relação ao racismo e à xenofobia nos Açores. Em comunicado exigiram uma “investigação completa e imparcial do homicídio e a responsabilização dos culpados”, reivindicaram a “implementação de medidas concretas para prevenir futuros incidentes semelhantes”, a promoção da “educação e da sensibilização sobre questões de racismo e discriminação, incentivando o diálogo aberto e a mudança social”.

A Associação dos Imigrantes dos Açores, AIPA, condenou, também em comunicado, a "brutal agressão" que provocou a morte de Ademir Araújo Moreno, repudiando “atos de violência verbal e física contra qualquer ser humano, independentemente de se tratar de um imigrante ou autóctone”.

“O racismo mata”. Ademir Araújo Moreno é um triste acrescento à lista de vítimas mortais do ódio racial em Portugal.

Perante este crime, impõe-se a exigência de justiça, de forma célere e rigorosa. Importa relembrar que o primeiro passo no combate ao racismo é o reconhecimento da sua existência, dos seus perigos, seguido da condenação das suas consequências devastadoras.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, a aprovação de um Voto de Pesar pelo Falecimento de Ademar Araújo Moreno.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, aos organizadores da vigília em sua homenagem e à Associação dos Imigrantes nos Açores (AIPA).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista associa-se a este voto naturalmente, lamentando este acontecimento e enviando também as condolências à família deste cidadão cabo-verdiano, de nome Ademar Araújo Moreno. Fazemos votos também de que a justiça faça o seu caminho, faça o seu papel e que seja apurada as responsabilidades e se assim acontecer que efetivamente tenha a consequência relativamente a este acontecimento, naturalmente, lamentando que isto tenha acontecido nas nossas ilhas.

(Neste momento a Deputada Nídia Inácio retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao Voto de Pesar pela Morte do Sr. Ademir Araújo Moreno, lamentando o ocorrido com profunda consternação que aqui publicamente expressamos. O Grupo Parlamentar do PSD, nesta, como em todas as circunstâncias repudia qualquer forma de violência ou discriminação que atente contra a dignidade ou contra a integridade física e psíquica de qualquer pessoa, lembrando que as autoridades judiciárias e os órgãos de polícia criminal, como é seu apanágio, tudo farão e empenhar-se-ão na averiguação e no apuramento de responsabilidades deste incidente como em todos.

Aproveitámos, obviamente, para endereçar sentidas condolências à família e aos amigos do Sr. Ademir.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este Voto de Pesar pela Morte do Sr. Ademir Araújo Moreno.

Esperamos que as autoridades policiais e judiciais façam o seu trabalho com celeridade e que sejam apuradas as circunstâncias e as causas deste incidente, e, havendo lugar a penalizações que elas sejam feitas de um modo exemplar, porque nos Açores e em Portugal somos uma sociedade inclusiva, temos uma diáspora que fala por nós, os nossos concidadãos espalhados pelo mundo estão integrados e são aceites pelas comunidades que os acolhem e nós aqui também acolhemos, e bem, todos aqueles que procuram a nossa Terra para viver e para trabalhar e para encontrar melhores condições de vida que terão à sua disposição nas suas terras natais e, portanto, este incidente não reflete o nosso espírito, o nosso modo de viver, o nosso modo de acolher os cidadãos estrangeiros na nossa comunidade e, portanto, repudiamos toda a forma de racismo, seja de forma física, seja no seu discurso e, portanto, associamo-nos a este voto de pesar e enviamos à família enlutada as nossas condolências. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA associa-se a este voto de pesar e lamenta que na nossa Terra pacífica, inclusiva, na nossa Terra, haja pessoas assim, haja pessoas, para além das agressões, sejam elas raciais ou não, retire a vida a alguém.

É lamentável e é lamentável também em Portugal termos um sistema de justiça que não saiba penalizar fortemente quem retira a vida a outra pessoa.

Envio também as condolências à família, aos nossos irmãos do arquipélago de Cabo Verde e que saibam que nos Açores este é um caso muito isolado, porque aqui nos Açores sabemos receber, integrar e não diferenciar. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste voto de pesar. As Sra. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pela Morte de Ademar Araújo Moreno foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. Encerramos assim a apresentação e votação de votos, vamos fazer um intervalo, regressamos às 11h40.

Eram 11 horas e 22 minutos.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Encerramos, antes do intervalo a apresentação e votação dos votos, vamos prosseguir com as declarações políticas, vai iniciar

estas declarações políticas o Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra para o efeito a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nos últimos oito anos, ficou adiada a resolução da maioria das grandes questões da competência da República em relação aos Açores.

Se o período entre 2016 e 2024 fosse um orçamento, o saldo final poderia resumir-se da seguinte forma: um superavit de propaganda de Lisboa e um défice de resultados para os Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Até 2020, houve a política do fingimento. O Governo da República do Partido Socialista fingia que dava e o Governo Regional do Partido Socialista fingia que recebia.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: À política do fingimento sucedeu a política da represália.

Na Região deu-se uma mudança política em 2020 e o Governo da República do PS não gostou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Os Açores e os açorianos foram tratados como portugueses de segunda até 2024. Vejamos alguns exemplos:

O Governo da República do PS excluiu os agricultores açorianos dos apoios de âmbito nacional para compensar a subida de preço dos fatores de produção.

O Governo da República do PS discriminou as empresas açorianas, não estendendo às regiões autónomas o apoio excecional ao aumento do salário mínimo.

O Governo da República do PS não pagou mais de meia centena de milhões de euros relativos a investimentos já efetuados pela Região na recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo, apesar da promessa de participar 85 por cento dos custos, fazendo executar o princípio de solidariedade nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Governo da República do PS, apesar das promessas, nunca autorizou a transformação da dívida comercial do Serviço Regional de Saúde em dívida financeira, causando fortes constrangimentos à gestão dos hospitais e centros de saúde da Região. O Governo da República do PS protelou, durante mais de dois anos, a abertura do concurso para as Obrigações de Serviço Público de

transporte aéreo entre o Continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi um processo repleto de omissões, meias-verdades e falsidades, em que o Governo da República do PS até foi desmentido pela Comissão Europeia, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... e que culminou num caderno de encargos com um número mínimo de ligações muito aquém das necessidades atuais das rotas existentes, apesar da insistência do Governo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estes são apenas alguns dos muitos exemplos da política da represália que o Governo da República do Partido Socialista impôs aos Açores entre 2020 e 2024.

Nenhum destes assuntos constava da chamada “pasta de transição” que o Governo da República cessante entregou ao novo Executivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Até ao último dia em funções, o Governo da República do PS manteve a indiferença com que tratou os Açores durante oito anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Na sequência da mudança política ocorrida nas eleições nacionais de 10 de março, Portugal tem um novo Governo.

Aqui chegados, a exigência do que é justo para os Açores não pode abrandar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para o PSD/Açores, não é por haver um Governo da República da mesma cor política que mudamos a nossa forma de defender os Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: Ao contrário de outros, não somos exigentes de ocasião. Somos exigentes por convicção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação dos Membros do Governo)

A Oradora: Fomos, somos e seremos sempre exigentes na defesa dos Açores.

Da parte do PSD, os açorianos podem contar sempre com uma atitude exigente perante a República. Mesmo que em Lisboa haja um Governo da nossa cor política.

Da parte do PSD, os açorianos têm uma garantia: nunca teremos a postura subserviente do PS/Açores quando em Lisboa havia um Governo da República socialista.

Somos exigentes com a República, porque primeiro somos açorianos. Só depois social-democratas.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

Ter uma atitude exigente perante o Governo da República é reclamar, com todos os meios ao nosso alcance, o pagamento dos cerca de 53 milhões de euros em falta relativos às obras de recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo.

Ter uma atitude exigente perante o Governo da República é assegurar que os Açores são sempre englobados nas medidas de apoio de âmbito nacional, garantindo que a Região não volta a ser discriminada, como sucedeu no setor agrícola ou com os empresários açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ter uma atitude exigente perante o Governo da República é reivindicar junto do Ministério das Finanças a autorização legal para transformar dívida comercial do Serviço Regional de Saúde em dívida financeira, ...

Deputado António Lima (BE): E pagá-la não?!

A Oradora: ... viabilizando a gestão dos hospitais e centros de saúde dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não concebemos outra forma de defender os Açores que não seja a de ter, permanentemente, uma atitude exigente perante a República.

É isso que os açorianos esperam – e exigem – de nós.

É necessária uma atitude exigente face ao Governo da República para inverter o longo ciclo de desinvestimento nos serviços do Estado na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É igualmente com uma atitude exigente que podemos trabalhar na revisão do modelo de financiamento da Universidade dos Açores pelo Estado, garantindo a sustentabilidade da instituição a longo prazo e respeitando a autonomia científica, estratégica e de gestão da academia.

A Universidade dos Açores é um pilar da Autonomia e um repositório da identidade do povo açoriano.

É na Universidade dos Açores que se formam os jovens quadros que contribuem para a economia e para a vida da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Temos também de ter uma atitude exigente para garantir que os Açores têm uma palavra decisiva na gestão do seu Mar.

Os órgãos de governo próprio dos Açores têm de ter uma palavra decisiva na gestão do nosso Mar e não ficarem dependentes de Lisboa.

Deputado Berto Messias (PS): Isso!

A Oradora: O Mar dos Açores é o maior ativo que Portugal e a Região possuem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os Açores têm, forçosamente, de ter um papel preponderante na gestão e exploração dos recursos do Mar.

Nenhum destes objetivos se alcança sem exigência, firmeza e persistência perante todos os órgãos de poder nacionais, sejam quais forem os partidos que estão no Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Até porque afirmar os Açores é garantir mais importância a Portugal, mesmo que em Lisboa não haja essa consciência.

Sim, porque como afirmou recentemente o Presidente do Governo, “Portugal é menos sem os Açores”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Contamos, por isso, com o Presidente José Manuel Bolieiro para liderar esta atitude exigente dos órgãos de governo próprio perante a República para defender os Açores.

Porque os Açores são o nosso partido.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada e Srs. da coligação, perfeitamente de acordo, mas isto, Sr. Presidente, é arqueologia, não é? Andamos aqui a escavar, escavar, escavar, a apontar o dedo, agora tem aqui um dado novo, não é? O partido maioritário, parece que há 2 partidos, há um que não foi convidado para a tomada de posse, esses 2 partidos que formaram uma coligação a nível nacional, são Governo, são Governo, o que se falava mal dos outros, agora vamos falar mal de nós próprios, quer dizer, vocês, que eu não tenho nada a ver com essa história, aliás, nem querem o CHEGA lá, não é? Nem querem o CHEGA lá, nós temos lá 50 Deputados que hão de fazer a diferença quando tiver que ser.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Com muita pena vossa!

O Orador: Eu, com muita pena nossa, porque governando é que se faz a diferença, aliás, nos Açores temos dado esse exemplo, governando é que se faz a diferença e a influência positiva do CHEGA vai ter frutos a breve prazo, e, os Srs. vão ver e vão ter que engolir as vossas palavras, como é normal, como é normal.

Agora estamos todos de acordo, mas Sra. Deputada e Srs. da coligação, eu não vi nenhuma solução, não nos trouxeram nada de novo, a única coisa que nos trouxeram aqui foi o passa culpa, mas isso foram 3 anos e meio nisto, nós queremos é soluções. Que garantias é que nós temos com o novo Governo da República que estas questões vão ser resolvidas? Que garantias os Srs. têm, que missiva já têm, eu da parte do Sr. Presidente do Governo já ouvi algumas coisas, garantias é nenhuma!

Eu gostava muito de ir à Disneylândia, eu digo todos os anos aos meus filhos, quantas vezes fui à Disneylândia? Zero, ainda não fui nenhuma!

Quer dizer os Srs. aqui parecem que estão a prometer aos filhos que vão à Disneylândia.

Os Srs. dizerem que são açorianos, nós somos todos açorianos, a parte que está mesmo a falhar é saber se os Srs. vão ter o poder e o peso institucional e político que aqueles Srs. não tiveram, que aqueles Srs. aqui eles levantavam a voz, e, o Governo da República dizia, ó pá, estejam lá caladinhos que aqui isto não é para se fazer.

A arqueologia é muito bonita para aprendermos e para tirarmos lições, a arqueologia não serve para governar nem para dar passos em frente. É uma lição que aprendi muito novo quando andava na escola, que a história aprende-se para projetar o futuro, agora é preciso é projetar o futuro e eu fico aqui à espera de que esta coligação pressione a outra coligação a se resolver os problemas dos Açores,

que não se resumem a estes, e, todos os novos que vão aparecer.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Castro.

(*) Deputado João Castro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Salomé Matos, trouxe-nos aqui uma declaração de clara desculpabilização das incapacidades da Região e do Governo Regional para com terceiros e para com aquilo que apelidam de responsabilidades da República.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Governo tem uma semana!

O Orador: Eu diria, que veremos o que fará o novo Governo da República sobre todos os pontos que aqui elencou e sobre muitos mais que sabemos cuja posição dificultadora existe em relação àquilo que é a ação da Região e que são as políticas e as necessidades apresentadas e necessitadas pela nossa Região.

Relativamente ao legado dos Governos da República.

Deputado Flávio Soares (PSD): Dos deputados do Partido Socialista!

O Orador: Eu diria, que muitos erros certamente existirão e nomeadamente dos Governos do Partido Socialista, mas existe um

percurso com o qual não nos podemos desviar e não podemos deixar de considerar, um sistema financeiro e que estabilizado, uma situação de défice para uma situação de excedente, ao contrário do que se verifica na Região, o crescimento económico, a convergência com a Europa, a subida no emprego, o aumento dos rendimentos e dos salários, o aumento dos rendimentos e dos salários são uma realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas isso foi à custa de abandonar os Açores!

O Orador: Um país mais qualificado e, claramente um país menos desigual, um país que avançou naquilo que eram os combates às desigualdades.

Mas Sra. Deputada, Sras. e Srs. Deputados, percebemos claramente a manobra de diversão que hoje foi tentada aqui, aquilo que aqui hoje, e, que hoje na nossa Região deveria estar a preocupar todos as Sras. e Srs. Deputados e, sobretudo, os Deputados do PSD e, sobretudo a Deputada Salomé Matos, é esta situação, é esta situação impensável do desastre...

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor está a concordar com tudo!

O Orador: ... do caminho, das acessibilidades, do desastre do caminho da mobilidade que está a tomar num processo de privatização da Azores Airlines...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cuidado com quem está ao seu lado!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

(Berta Cabral): Quem será que a deixou assim?! Onde isto já vai!

O Orador: ... que estamos a ver o caminho que está a seguir e, pelos vistos, da demissão que culminará com a demissão da Sra. Presidente do Conselho de Administração, como hoje já todos saberemos acontecerá. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu tenho um vago pressentimento de que esta será uma das últimas intervenções por parte do PSD sobre matérias que dizem respeito ao Governo da República.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está muito enganado!

O Orador: Por isso, registemos bem esta declaração política, que é o “Canto do Cisne”, da reivindicação do PSD neste Parlamento, que foi, dia sim, dia não, sobre as matérias do Governo da República na anterior legislatura.

E, esta declaração política surge neste momento porque, ainda neste momento, o PSD acha que pode dizer que, bem, nós só temos uma

semana de Governo, não nos podem exigir resolver muitos dos assuntos que estão em cima da mesa e que foram dali elencados. Mas, há, no entanto, mesmo que todos os assuntos não possam ser resolvidos no imediato, há matérias sobre as quais nós ainda não ouvimos absolutamente nada, ainda há dias ouvia, por exemplo, o Deputado da Assembleia da República, Paulo Moniz, que não é Deputado aqui é Deputado na Assembleia da República, a criticar, por exemplo, o caderno de encargos das Obrigações de Serviço Público para a Horta, Pico e Santa Maria nas ligações com Lisboa, e, dizer que não servia, que havia poucas ligações, que havia poucos lugares, mas então o que é que fez o PSD que está no Governo da República? Que compromisso é que já assumiu em alterar esse caderno de encargos e a melhorá-lo? Já que acha que não serve, o que é que fez? Que compromisso é que deixa o PSD e o Governo da República sobre esta matéria? Nós ainda esta semana, aliás, está na imprensa regional de hoje, sabemos que alguém, não se sabe bem quem, alterou regras do Subsídio Social de Mobilidade, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não foi esta semana. Seja intelectualmente honesto!

O Orador: ... deixando açorianos deixando... foi esta semana, foi esta semana! Deixando açorianos a arder, como se costuma dizer dinheiro que pagaram para conseguir viajar, já corrigiram isso? Tiveram tempo de alterar um logotipo, mas não tiveram tempo de emitir um despacho.

Bem, tiveram tempo de alterar um logotipo, mas não tiveram tempo de transferir os milhões que faltam para as obras do furacão Lorenzo!? É que esses milhões estão à distância de um clique, é uma transferência bancária, do que é que estão à espera? Assumam esse compromisso, sobre isso ainda não ouvimos absolutamente nada.

E, fica também um repto ao Governo Regional, o Governo Regional apresentou no ano passado, as suas contas públicas nós conhecemos os valores da dívida, do défice, não tenho tempo para estar a dissertar sobre esta matéria, mas gostaria que o Governo nos dissesse, qual é o impacto que estima da política fiscal do Programa da AD nos Açores? É que o choque fiscal que a AD propõe vai significar uma brutal quebra de receitas para os Açores, e, gostaria de perceber qual é a avaliação que o Governo Regional faz disso e qual será o impacto dessa política da AD, do Governo da República nas receitas da Região, na sua capacidade de responder às necessidades dos açorianos e açorianas, dos serviços públicos, da saúde e da educação que o Governo diz que constituem, e, é verdade, grande parte da despesa dos Açores.

Seria muito bom que o Governo Regional mostrasse as suas contas porque nós não as conhecemos, mas suspeitamos que elas serão um enorme problema para os Açores. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Não raras vezes na anterior legislatura aqui tratamos, em precisamente nesse período de tratamento de assuntos políticos, o destrato com que a República lida com o cumprimento das suas obrigações na Região Autónoma dos Açores e para com a Região Autónoma dos Açores.

Mas como nos trouxe a Sra. Deputada Salomé Matos, essa declaração política, uma declaração política que nos parece mais um recado ao Governo da República do que propriamente uma declaração política de interesse para o Parlamento dos Açores, é sempre bom lembrar que, por exemplo, naquilo que diz respeito à política do mar, aqui foi apresentada uma resolução pela Iniciativa Liberal que não teve o acolhimento da coligação, precisamente porque a República ia ficar a saber umas coisas que não deveria saber, e que, a Organização Marítima Internacional ia ficar a saber umas coisas que não era interessante saber, porque isto ponha em causa os interesses de Portugal na expansão da plataforma continental.

Portanto, parte da Região normalmente, esse trabalho de encobrir as deficiências da República, quando não dá jeito aprovar aqui no Plenário medidas e resoluções de outros partidos.

Eu espero bem que, ao menos essa declaração política da Sra. Deputada Salomé Matos, tenha servido para a República, o Governo de Montenegro, receber esse aviso, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não serve para nada!

O Orador: ... parece que já recebeu um, a nomeação da nossa conterrânea Lídia Bulcão para o cargo de Secretária de Estado do Mar, parece o primeiro recado, mas é sempre bom lembrar que em 2013, o mesmo Luís Montenegro, agora Primeiro-Ministro que nomeia a Secretária de Estado Lídia Bulcão, interpôs um processo disciplinar interno no Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata por ela ter votado contra, e bem, ter votado contra, ter violado a disciplina partidária em relação à Lei do Mar. Esperemos, que de facto, este episódio da agora nomeação seja um ato de contrição àquilo que o Partido Social Democrata pensava em 2013, porque quando não, os ecos de aviso da Sra. Deputada Salomé Matos cairão para as calendas gregas.

Vem isto também a propósito deste empurra para um lado e para o outro e do passo culpas ao que o Sr. Deputado João Castro não resistiu em replicar, é que não vale a pena, e, aqui também já se falou disso, não vale a pena olhar muito ao passado, é sempre melhor olhar o futuro é sempre melhor avaliar o presente e perspetivar o futuro do que olhar o passado. Mas, Sr. Deputado João Castro, todas essas coisas muito boas que o Sr. aí enumerou, o povo não as viu nem as sentiu.

E o desastre que o Sr. anunciou foi o desastre eleitoral do Partido Socialista nas últimas eleições legislativas, foi isso que o povo quis

dizer por não ter visto nem ter sentido todas essas coisas boas que V. Exa. enumerou...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem visto!

O Orador: ... porque todas essas coisas boas que V. Exa. enumerou redundaram num crescimento da extrema-direita em Portugal e na perda de eleições do Partido Socialista.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PSD traz-nos aqui uma declaração política relativamente àquilo que são os compromissos também do Governo da República com a Região.

A verdade é que, da parte do Grupo Parlamentar do CDS podem contar com uma posição sempre reivindicativa com a mesma crítica relativamente às falhas do Governo da República, seja ele qual for, quer seja por incumprimento daquilo que são os compromissos com a Região, quer seja daquilo que são as responsabilidades da exclusiva responsabilidade do Governo da República com a Região, e, que muitas vezes falham e que afetam a nossa vida coletiva aqui nos Açores e por isso é esse espírito que podem esperar e essa atitude por parte da bancada do Grupo Parlamentar do CDS.

Como até já foi dito aqui anteriormente, sem dúvida que na passada legislatura, demasiadas vezes esta temática foi trazida a esta Casa, sendo por via de muitas vezes da declaração política, e, entendo que é importante, são momentos importantes também para marcar aquilo que é a posição de cada partido aqui na Região também sobre essas matérias. Foi abordado a questão das Obrigações de Serviço Público, mas claro que muitos outros poderíamos falar, os estragos do furacão Lorenzo que também por diversas vezes foi trazida e dos atrasos que são inadmissíveis, que se têm verificado os incumprimentos do Governo da República, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... os estabelecimentos prisionais, o financiamento da Universidade dos Açores, o subfinanciamento na Saúde, tantas outras matérias que poderíamos trazer a esta Casa no âmbito daquilo que tem sido a posição do Governo da República com os Açores.

Daquilo que foi dito pelos partidos relativamente a esta matéria, dizer que por parte do Bloco de Esquerda é sempre a mesma posição é, o que é que os Srs. pensam sobre isto, mas o que é que o Bloco pensa sobre isto? É a favor ou contra a redução fiscal ou não? E, portanto, muitas vezes o Bloco é isso que tem que responder também do que é a sua posição quanto a diversas matérias, em vez de estar sempre a questionar o que é que nós pensamos, nós sabemos o que é que defendemos e o que é que pensamos, mas interessa também o Bloco

dizer o que é que defende relativamente, por exemplo, à questão na redução fiscal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista vem a jogo, digamos assim, justificar aquilo que são as falhas do Governo da República argumentando com aquilo que possa ter sido feito para justificar o que foi o incumprimento com os Açores, mas Sr. Deputado, nada daquilo que alegou justifica o incumprimento daquilo que são os compromissos, as responsabilidades do Governo da República para com os Açores e com os açorianos.

Para terminar dizer que da parte do Grupo Parlamentar do CDS, o que esperamos é que este Governo da República, que este recente Governo da República seja cumpridor com os Açores, com aquilo que são as responsabilidades do Governo da República e o que nos podem acusar quanto à nossa possível futura passividade com este Governo da República acho que não é neste momento, mas sim de futuro, porque já nos estão a acusar de uma coisa que nem aconteceu, mas já nos estão a apontar o dedo...

Deputado João Castro (PS): Veremos, veremos! O cronómetro já começou a contar!

A Oradora: ... que vamos ter passividade, quando o primeiro sinal é exatamente trazer esta declaração política, porque podíamos estar todos com receio, porque agora...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... o Governo da República é integrado pelos partidos que estão aqui da coligação, mas não, a nossa postura reivindicativa vai ser sempre a mesma e não contem com o CDS e com esta coligação para fazer o jogo do passado de fingir que recebíamos e não recebíamos e andar aqui a enganar as pessoas, não será essa a nossa postura, será uma postura reivindicativa daquilo que são os compromissos com os Açores, que devem ser cumpridos, mas também as responsabilidades que são da exclusiva responsabilidade do Governo da República com os Açores e nunca será a nossa posição, uma posição de passividade e traremos esta declaração política todas as vezes que forem necessárias, seja qual for o Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em boa hora, o Grupo Parlamentar do PSD trouxe esta matéria, alguns poderiam pensar agora que as responsabilidades a nível do Governo da República mudaram que o nível de exigência que nós temos que ter aqui no Parlamento por parte dos partidos que integram também a coligação do Governo da República a nível nacional, iria diminuir.

O facto de se trazer uma intervenção política nesta matéria, demonstrando desde já que o nível de exigência não vai diminuir por parte do Parlamento dos Açores e por parte também daqueles Deputados que integram as bancadas que apoiam este Governo, é um sinal muito importante.

Alguns poderiam dizer bom, agora no que diz respeito às questões nacionais, como existem responsabilidades políticas próprias a nível do Governo da República, agora vão fazer que não estão lá ou vão esquecer-se ou vão diminuir o nível de exigência, por isso, saúdo desde já a coragem de trazer esta matéria e também a firmeza de dizer nós não mudamos, nós não diminuimos a nossa exigência pelo facto do Governo da República agora ter o apoio e ser da responsabilidade da coligação da AD do PSD, do CDS e do PPM.

Devo dizer que, sendo esta uma atitude importante, da parte do Governo dos Açores, existirá também este nível de exigência, este

nível de exigência que o Sr. Presidente do Governo já teve a oportunidade de referenciar nas suas intervenções, não vai diminuir o nível de exigência com o Governo da República, por facto, de o Governo da República agora ter um Primeiro-Ministro que é do PSD, esse nível de exigência não vai diminuir. E mais do que isso, também transmitir que já temos a esse nível bons sinais em muitas áreas em que, de facto, a Região Autónoma dos Açores foi muito maltratada na anterior legislatura do Governo da República e também da legislatura do Governo dos Açores na anterior legislatura, que terminou agora em 2024.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está na mesma!

O Orador: Devo dizer... não está nada! Devo dizer também que nesta matéria só foi colocada ao Governo dos Açores uma questão concreta foi por parte do Bloco de Esquerda que pergunta o que é que nós achamos em relação à redução de impostos, em relação ao choque fiscal que foi prometido e que está projetado por parte do atual Governo da República, pois por parte do Governo dos Açores nós achamos bem, porque a descida dos impostos...

Deputado António Lima (BE): E sobre a banca? E sobre a EDP?

O Orador: ... a descida dos impostos a nível do país vai provocar uma descida dos impostos também a nível dos Açores, porque nós temos é um diferencial de 30%, portanto, descendo lá, descendo a referência nacional também desce aqui, o que significa que é um apoio importante para as nossas famílias e para as nossas empresas,

portanto, da nossa parte, o Governo dos Açores claro que é solidário, claro que apoia a descida de impostos porque ele se vai repercutir nos Açores, onde tivemos ao longo da atual legislatura uma descida dos impostos para o mínimo legal e por isso nós estamos a favor da redução dos impostos a nível nacional, que terá importantes repercussões a nível a nível da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Devo dizer também, que, da parte do Sr. Deputado João Castro, observei também uma intervenção em que ele apresentou, digamos assim, um conjunto de trunfos do Governo da República. Sabe o que é que faltou Sr. Deputado João Castro no âmbito dessa referência que fez, foi o facto de nenhum deles corresponder especificamente aos interesses dos Açores, nenhuma das frases que proferiu tinha alguma coisa a ver com uma medida específica para os Açores ou uma vitória específica para os Açores, o Sr. não a tinha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação dos Membros do Governo)

O Orador: Tinha exatamente o contrário, o que tem é, por exemplo, V. Exa. só fez uma referência específica a uma matéria dos interesses dos Açores, uma matéria direta, que foi a questão da mobilidade e o que eu lhe pergunto é a questão da mobilidade, Sr. Deputado, todos

nós aqui sabemos de quem é a responsabilidade em relação à questão da mobilidade, em relação às Obrigações de Serviço Público de Transporte Aéreo, em que o Governo da República atrasou durante quase 2 anos esse concurso, prejudicando gravemente os Açores, V. Exa. nunca poderia ter proferido a palavra mobilidade e ao apresentá-la como um trunfo por parte do anterior Governo da República, porque é exatamente o contrário, se temos hoje problemas a este nível é uma herança muito negativa do Governo que V. Exa. apoiou.

Devo dizer também, para terminar esta primeira intervenção...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Vai fazer mais do que uma?!

O Orador: ... nesta matéria... vou fazer a seguir, noutro ponto...devo dizer também que, em relação ao conjunto de problemáticas que aqui foram apresentadas, como por exemplo, em relação à questão que a intervenção do PSD referenciou, em relação ao furacão Lorenzo e às verbas que estão em dívida, é essencial que o Governo da República cumpra as suas obrigações que foram assumidas em nome do Governo de Portugal e que não foram cumpridas pelo anterior Governo, o que é que nós esperamos? Nós esperamos, nós temos a certeza de que este Governo da República irá cumprir os seus compromissos nesta matéria e que irá pagar os 53 milhões de euros, que neste momento é importante que o faça, porque o compromisso é que o Governo da República é responsável por 85% desta despesa e, portanto, o que se espera é que o faça, a convicção que temos é que o vai fazer.

Em relação também às políticas do mar, a mesma coisa, o que nós esperamos é que a Região Autónoma dos Açores tenha, e, o Governo da República agora que tem essa responsabilidade, tenha uma postura diferente de que teve o anterior Governo, que foi reduzir a nossa autonomia nessa matéria, e, portanto, o que se espera é que se respeite a autonomia dos Açores ao contrário do que fez o anterior Governo da República. Portanto, as nossas expectativas são muito boas em relação a esta matéria, as nossas expectativas são altas e V. Exas. podem ter a certeza o Governo dos Açores nunca diminuirá as suas exigências em defesa dos direitos dos Açores, seja qual for a cor política de quem governa na República, não irá diminuir o nível de exigência que tivemos anteriormente é aquele que vamos ter nesta legislatura, podem V. Exas. ter a certeza.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado João Castro pede a palavra para? Interpelação, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Castro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é uma interpelação! Mas continue...

O Orador: A desculpabilização da Região face à sua capacidade, foram e são uma evidência, à Mesa solicito esta nota e solicito a possibilidade de poder esclarecer este Plenário, de que relembrando...

Presidente: Sr. Deputado, essa não é uma interpelação.

O Orador: ... o Sr. Deputado Nuno Barata...

Presidente: Sr. Deputado João Castro!

O Orador: ... de que as responsabilidades do PS...

(Corte de som por parte do Presidente)

O Orador: ... extrema direita...

Secretário Regional das Finanças (Duarte Freitas): O senhor tem que estudar o regimento.

Presidente: Sr. Deputado João Castro, essa não é uma interpelação, peço desculpa.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo mais inscrições dou a palavra à Sra. Deputada Salomé Matos para encerrar esta declaração política.

(*) Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A declaração política que aqui hoje o Grupo Parlamentar do PSD trouxe, foi feita para que não houvesse margem de dúvidas de que

estaremos sempre na defesa intransigente da Região perante o Governo da República, seja ele de que cor for...

Deputado Nuno Barata (IL): *Palavras leva-as o vento*, Sra. Deputada. Eu quero é ver!

A Oradora: ... em todas aquelas matérias que ao arquipélago disserem respeito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se no passado, o Governo da República falhou com os Açores e com os açorianos, para o futuro estaremos cá nós para garantir que tal não aconteça.

Às preocupações de desresponsabilização eu apelaria que várias forças políticas têm neste momento Deputados eleitos pelos Açores na República e, portanto, compete a esses partidos a responsabilidade de defender as matérias que ao arquipélago dizem respeito e não polarizar no Governo que tem a seu cargo a governação essa responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao Bloco de Esquerda, com uma postura a que já nos habituou...

Deputado António Lima (BE): É. A senhora também já nos está a habituar!

A Oradora: ... de negativismo, esquece, mas nós não nos esquecemos que também comunga das responsabilidades anteriores de Governos liderados por António Costa e, portanto...

Vozes de alguns deputados da bancadas do PSD: Muito bem!
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

A Oradora: ... e, portanto, a memória perdura quanto a esse mau passo dado.

Sr. Deputado João Castro, não estava cá, talvez também não tenha acompanhado sempre os nossos trabalhos, mas de facto, na verdade, nas matérias cuja decisão era da responsabilidade da República, a verdade é que esta Casa esteve por múltiplas vezes unida...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E vai continuar a estar.

A Oradora: ... na defesa dos interesses dos Açores e dos açorianos, independentemente da cor política, já tivemos unidos, já tivemos grandes divergências e contamos com todos para a construção de soluções.

Os problemas que aqui nos trouxe, como já foi dito, de facto, não trouxeram ganhos para os açorianos e, portanto, se no passado também nos habituamos ao silêncio, agora um barulho ensurdecador não vai resolver o problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O legado, pois temos aqui algumas questões de legado, que de facto o Sr. Deputado enquanto esteve na República

relativamente à discriminação dos Açores, de facto, pouco o ouvimos falar, mas ouvimos, por exemplo, o Sr. Deputado Francisco César, várias vezes falou, mas também habituamo-nos a que o problema do financiamento da Universidade foi resolvido com um telefonema, agora o caderno de encargos das OSP's já não é bem o que era, agora já vai ser apresentada uma nova versão da Lei do Mar, mas quando foi altura de tomar um posicionamento...

Deputado Nuno Barata (IL): Também ainda não saiu do estudo.

A Oradora: ... o voto contra não o vimos, e, portanto há muito tempo o PS habituou-nos a justificar a má gestão da República relativamente aos Açores, continua a justificar, Sr. Deputado João Castro, assisti várias vezes a congratular por diversas vezes a inclusão de um art.º referente ao Aeroporto da Horta, aeroporto que nunca saiu de um art.º até que o Governo Regional tenha tomado uma posição, também ouvimos felicitar a inclusão dos milhões que fizeram parte do Orçamento do Estado de 2023, milhões esses que foram à vida porque não houve concurso em tempo útil e, portanto, acessibilidades não é propriamente o assunto mais confortável para si, absolutamente, e, relativamente ao Lorenzo, também não o ouvimos falar quando o Governo da República subtraiu 80 milhões àquilo que havia sido as declarações do Ministro por ocasião, não é, do infortúnio.

Portanto, relativamente às OSP's, um concurso que demorou a sair, que não é o que se pretende e de facto, aquilo que o Governo da República fez durante anos foi estrangular o Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ao lhe imputar responsabilidades e assunção de despesas que obviamente, sobrecarregaram o Governo Regional, impedindo de poder concretizar até outros investimentos que assim tinha previsto. Portanto, aquilo que eu gostaria, terminando, Sr. Presidente reiterar, é que o Grupo Parlamentar do PSD afirma hoje aqui e manterá esta postura uma atitude exigente relativamente ao Governo da República, face àquilo que são as nossas necessidades, os nossos problemas em quaisquer circunstâncias manteremos esta posição e nunca seremos subservientes com aquilo que do exterior nos quiserem imputar. Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está assim encerrada esta declaração política. Sr. Deputado João Castro pede a palavra para?

Deputado João Castro (PS): Sr. Presidente para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço, regressamos às 15h00 com a agenda.

Eram 12 horas e 27 minutos.

Eram 15 horas e 03 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a nossa agenda, o ponto n.º 1 da agenda é a - **Petição n.º 43/XII – “DLR n.º 6/2022/A, de 22 de março – Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores - Nova realidade”**, uma petição apresentada por Losménio Vieira Machado Goulart na qualidade de primeiro subscritor.

Os tempos foram aprovados pela conferência de líderes, já estão ali espelhados nos nossos ecrãs. O relatório desta petição foi elaborado pela Comissão de Economia, para apresentar o relatório tem a palavra o Sr. Deputado Relator da Comissão de Economia, Paulo Silveira, faça favor.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relatório sobre a Petição n.º 43/XII – “DLR n.º 6/2022/A, de 22 de março – Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores - Nova realidade”.

O direito de petição, previsto na Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A presente Petição reúne um total de quatrocentos e cinquenta e nove, subscrições com correta identificação, tendo como primeiro subscritor Losménio Vieira Machado Goulart, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 9 de dezembro de 2022.

Por despacho do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a referida Petição foi remetida à Comissão Permanente de Economia, por se tratar de matéria da sua competência.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Petição em apreço reuniu os requisitos formais de admissibilidade, pelo que a Comissão de Economia deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 22 de dezembro de 2022, e ouvir o primeiro subscritor, membro do Governo Regional com competência na matéria.

Ademais, deliberou a Comissão solicitar pareceres escritos a todas as cooperativas vitivinícolas dos Açores (incluído os agentes económicos), dos quais rececionou os seguintes: Fortunato Garcia, POCINHOBAY, Adega Cooperativa dos Biscoitos, Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico

Neste âmbito, as audições do primeiro peticionário, o cidadão Losménio Vieira Machado Goulart, e, do Secretário Regional da

Agricultura e do Desenvolvimento Rural decorreram no dia 24 de fevereiro de 2023.

De acordo com a exposição dos Peticionários, a presente Petição tem por objetivo; que sejam introduzidas alterações ao DLR 6/2022/A, de 22 de março, que cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA. Nomeadamente, no que diz respeito ao:

Cargo de Presidente do Conselho Executivo (n.º 2 do artigo 8º) que deverá ser equiparado a Diretor Regional, cargo de direção superior de 1º grau;

Conselho consultivo (n.º 8 do artigo 16º) que deverá ser menos político, contestando a presença de dois diretores regionais da mesma Secretaria, concluindo ainda que faz sentido a presença das Associações Agrícolas das ilhas produtoras ao invés da Federação Agrícola dos Açores e considerando desnecessária a presença de um representante da CCIA em conjunto com a Direção Regional da mesma área;

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 43/XII – “Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março - Cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores - Nova realidade, a Comissão de Economia aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A presente petição partiu de um grupo de quinze produtores e engarrafadores oriundos das várias ilhas, onde se incluíram as três

Cooperativas das três regiões com Denominação de Origem e foi subscrita por 459 cidadãos.

2. A Petição pretende alterar o DLR 6/2022/A, de 22 de março, que cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA. Nomeadamente, no que diz respeito ao:

Cargo de Presidente do Conselho Executivo (n.º 2 do artigo 8º) que deverá ser equiparado a Diretor Regional, cargo de direção superior de 1º grau;

Conselho consultivo (n.º 8 do artigo 16º) que deverá ser menos político, contestando a presença de dois diretores regionais da mesma Secretaria, concluindo ainda que faz sentido a presença das Associações Agrícolas das ilhas produtoras ao invés da Federação Agrícola dos Açores e considerando desnecessária a presença de um representante da CCIA em conjunto com a Direção Regional da mesma área;

3. Os produtores e engarrafadores, não abdicam da presença no Conselho Consultivo das três cooperativas ligadas ao sector, uma por cada região de Denominação de Origem;

4. Consideram também ser importante integrar quatro representantes dos produtores privados, representantes das ilhas com selo de Denominação de Origem (Pico, Graciosa e Biscoitos na Terceira);

5. Pretendem, ainda, incluir um representante dos produtores de aguardentes e licores regionais ou das associações de produtores de bebidas espirituosas;

6. Para os subscritores, é fundamental a produção ser maioritária no Conselho Consultivo;

7. O Governo Regional reconhece que na legislação em vigor (DLR 6/2022/A, de 22 de março) existem lacunas;

8. A presente Petição, admitida em reunião da Comissão Permanente de Economia de 22 de dezembro de 2022, deverá ser apreciada em reunião plenária da Assembleia, nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 192.º do Regimento.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento aos peticionários, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Marta Matos, faça favor.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu gostaria de começar por saudar os peticionários, todos aqueles que subscreveram esta iniciativa, salientando a importância do exercício do direito de petição enquanto instrumento de participação ativa dos cidadãos, aproximando-os dos seus representantes políticos e contribuindo para a melhoria da democracia.

No caso concreto, os peticionários reivindicam como, aliás, acabou de ser referido, a alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, que cria o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, nomeadamente naquilo que se refere ao cargo de

Presidente do Conselho Diretivo do IVV- Açores, que entendem que deve ser por nomeação e com equiparação ao cargo de diretor regional, como acontece com outros institutos regionais, não limitando, nem reduzindo a importância do IVV quando comparado com os seus congéneres e, para além disso, reivindicam ainda alteração da composição do respetivo Conselho Consultivo no sentido de ser garantida uma representação mais abrangente e maioritária do setor produtivo.

Ora em relação à matéria em análise importa salientar algumas notas, em primeiro lugar, eu gostaria de reafirmar a importância da criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores. Ao longo dos últimos anos, o setor vitivinícola regional cresceu de forma expressiva e indiscutível, foram muitas as centenas de hectares de vinha reabilitada com a área de produção a aumentar exponencialmente, três regiões demarcadas criadas, Pico, Biscoitos e Graciosa, a paisagem da Cultura da Vinha do Pico, classificada como património mundial da UNESCO, a criação do Laboratório Regional de Enologia, a reabilitação de vinhas vocacionadas para a produção de vinhos com classificação *DO* e *IG*, o surgimento de novos vinhos a destacar-se e a afirmar-se no mercado pela sua qualidade e pelas suas características únicas, neste momento, existem mais de 70 marcas de vinho certificado na Região, um número cada vez maior de famílias a dedicar-se e a depender economicamente deste setor, a título de exemplo, Sras. e Srs. Deputados, só na ilha do Pico já foram

recuperados mais de 900 hectares de vinha, certificados milhões de litros de vinho, existem 21 agentes económicos inscritos para a certificação do vinho, e, o investimento realizado no âmbito do programa VITIS ultrapassa os 20 milhões de euros.

Portanto, os factos são indiscutíveis e parecem-me consensuais em relação à necessidade e à importância da criação de uma estrutura como o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, que dê reconhecimento formal ao setor.

E isto conduz-nos à segunda nota que importa igualmente salientar, o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores continua por implementar, eu recorro que o Diploma que cria o IVV-Açores que começou a ser preparado ainda pelo anterior Governo do Partido Socialista, foi aprovado nesta Casa em fevereiro e publicado em março de 2022, há mais de 2 anos, com um prazo de regulamentação de 60 dias, mas até hoje essa regulamentação nunca veio a ocorrer...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Diga a verdade toda! A senhora tem tanta responsabilidade como todos os outros!

A Oradora: ... por exclusiva responsabilidade do Governo Regional, apenas por incapacidade e por falta de vontade política do Governo até hoje continua por implementar este organismo, um organismo que ninguém duvida ser crucial enquanto estrutura de suporte para toda a fileira deste setor e que permitirá responder de

forma concertada e articulada aos novos desafios e às novas obrigações com que o setor se depara.

Nós não devemos esquecer que este é um setor fortemente concorrencial, muito dinâmico e que, entre muitas outras potencialidades, o IVV pode e deve potenciar sinergias para a promoção dos produtos vitivinícolas regionais, com ganhos acrescidos para todos aqueles que integram este setor.

Nós destacamos, aliás, aquando das audições realizadas sobre esta iniciativa, há mais de 1 ano que os peticionários já na altura referiam...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Não se deixa os funcionários atrás!

A Oradora: ... os constrangimentos e as penalizações que os adiamentos da implementação definitiva deste Instituto acarretavam para o setor e, portanto, diante destas considerações, salientamos, uma vez mais, a legitimidade das reivindicações dos peticionários, reconhecemos a importância de serem discutidas nesta Casa e expressamos a nossa disponibilidade para apreciar e votar propostas sobre esta matéria, sempre e acima de tudo na defesa do setor vitivinícola regional, na defesa da nossa economia e do nosso património, na defesa da nossa Região. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Pelo PS os funcionários ficavam despedidos! Tão simples como isso!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está inscrito o Sr. Deputado José António Soares, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) Deputado José António Soares (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo.

Cumpre-me começar por cumprimentar o primeiro peticionário desta relevante iniciativa, o Losménio Goulart, e, através dele todos os restantes peticionários que usaram de um direito que lhes assiste para manifestarem a sua vontade de, segundo a sua perspetiva, verem alterada e melhorada uma iniciativa legislativa produzida nesta Casa. Esta petição traz-nos muito mais do que o simples tema a ela diretamente relacionado, o Instituto da Vinha e do Vinho, esta permite abordar um dos pilares fundamentais da nossa Cultura e identidade regional, a Cultura da vinha.

O Instituto da Vinha e do Vinho Açores será também, quando passar do papel à realidade, um potenciador desta nossa identidade, uma alavanca fulcral para o futuro que potenciará esta fileira e será também o garante de um presente de sucesso para todos os que se movem nesta área.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Como um dos representantes do povo açoriano, em busca do melhor para a nossa Região, é meu dever destacar a relevância que uma instituição desta índole pode representar e os impactos positivos para os açorianos e para a nossa Região.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Um instituto, neste caso da Vinha e do Vinho em pleno funcionamento, traz uma mais valia de primeira grandeza para o território onde se insere, tal como, em primeiro lugar, ser o guardião da tradição e herança vinícola que remonta a séculos passados e a geografias longínquas até às mesas do Czar, os nossos vinhos são mais do que uma bebida, são uma parte essencial da nossa história e Cultura, fazem parte de nós.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: O IVV trabalhará para preservar as técnicas ancestrais do cultivo da vinha, a seleção das castas autóctones e os métodos tradicionais de vinificação, sem descuidar as inovações que acrescentem mais valor ao produto.

Em segundo ser o guardião de qualidade e autenticidade, a certificação do IVV-Açores será um selo de qualidade e autenticidade para os nossos vinhos, quando um vinho ostenta o selo do IVV, os consumidores sabem que estão adquirindo um produto genuíno e de excelência. Esta certificação é importante para a confiança dos

consumidores e para a competitividade e excelência dos nossos vinhos nos mercados regionais, nacionais e internacionais.

Em terceiro lugar, representar um papel fundamental na promoção nacional e internacional, o IVV coordenará ações de promoção dos nossos vinhos em todo o mundo, feiras, eventos, degustações e campanhas publicitárias são algumas das estratégias utilizadas.

Tanto é, ainda no dia de hoje, e, durante esta semana está uma grande delegação nacional também para promover os vinhos dos Açores.

A promoção não se limita ao exterior, também é essencial para estimular o consumo interno e valorizar os nossos produtos junto dos açorianos e dos restantes portugueses e junto das nossas comunidades.

Quarto, manter vivas as relações com a União Europeia e políticas setoriais, o IVV será o nosso ponto de contato direto com a União Europeia no que diz respeito às políticas e regulamentações do setor, assegurará que as normas europeias sejam aplicadas de forma justa e benéfica para os nossos produtores, promovendo a igualdade de oportunidades.

Em quinto, promover o desenvolvimento sustentável e a inovação, o IVV estará comprometido com o desenvolvimento sustentável das nossas vinhas, e, isso inclui práticas agrícolas, responsáveis, gestão eficiente dos recursos hídricos e preservação do solo. Além disso, o IVV incentiva a inovação no setor, apoiando projetos de pesquisa e desenvolvimento que visam melhorar a qualidade dos nossos vinhos.

Em sexto, promover o turismo enológico e valorização do território, o IVV promoverá o turismo enológico atraindo visitantes para as nossas regiões vinícolas, todos os que nos visitam turistas, não só apenas apreciam os vinhos, mas também conhecem a nossa história, a nossa gastronomia, as nossas paisagens. Ao valorizar o território, o IVV contribuirá para o desenvolvimento regional e para a fixação das populações nos territórios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A estabeleceu oficialmente a fundação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores. Este organismo regional tem como missão estruturar, regular e fomentar a enologia na nossa Região. Com sede na ilha do Pico, o Instituto será entidade encarregue de implementar as políticas regionais do setor vitivinícola, assegurando a observância do enquadramento legal e regulamentar aplicável, bem como a qualidade, autenticidade e genuinidade dos vinhos e produtos vitivinícolas açorianos, por meio de uma certificação, inspeção e fiscalização e ainda contribuindo para a promoção e divulgação destes nos mercados consumidores.

Atualmente o setor vitivinícola regional enfrenta novos desafios e responsabilidades, resultado do significativo desenvolvimento que experimentou nos últimos anos, tanto na dimensão produtiva apoiada na recuperação de centenas de hectares de vinha quanto pelo aparecimento de novos vinhos e produtos vitivinícolas que se destacam no mercado pela sua qualidade e distinção. Torna-se,

portanto, imperativo estabelecer uma infraestrutura suporte para toda a cadeia produtiva deste setor, que seja moderna e capaz de responder de forma eficaz a todos os intervenientes, abrangendo desde a produção até à comercialização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta dinâmica resultou no surgimento de estruturas e entidades que, juntamente com as já existentes, procuram atender às necessidades do setor, no entanto, verifica-se que estas ainda operam de maneira relativamente autónoma e em certos casos, com sobreposições funcionais, sem a necessária coordenação e interconexão que proporcione ganhos de eficiência e eficácia.

A instituição de três regiões demarcadas Pico, Biscoitos e Graciosa, a distinção da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha na Ilha do Pico como património mundial da UNESCO, a criação da Comissão vitivinícola Regional dos Açores, a edificação do Laboratório Regional de Enologia e o aparecimento de diversas empresas na área da transformação e comercialização, juntamente com a reabilitação de extensas áreas de vinha destinadas à produção de vinhos com denominação de origem e indicação geográfica, foram etapas cruciais para revitalizar um setor de grande relevância social e Cultural nos Açores, que agora requer acompanhamento, regulação e disciplina adequados.

Trata-se de um setor altamente competitivo que, ao expandir-se e recuperar prestígio, aumenta a responsabilidade de todos os agentes e entidades envolvidas.

Justifica-se assim a criação de um organismo que centralize as competências de algumas das estruturas que atualmente operam de forma relativamente independente, que otimize e maximize os recursos disponíveis, que promova uma maior integração e interligação das várias respostas que o setor necessita e que promova os produtos vitivinícolas regionais de forma coordenada, ou seja, que potencie sinergias trazendo benefícios adicionais para todos os participantes do setor.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Em conclusão, o IVV é um parceiro indispensável para o sucesso contínuo do nosso setor vitivinícola, para a nossa economia e para a afirmação do nosso território e identidade, necessita que passemos o mais breve possível das palavras aos atos. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Quero começar por agradecer a todos os que se envolveram e participaram na elaboração desta petição, é um sinal forte da vossa dedicação e interesse em melhorar o setor do vinho nos Açores.

Foi com grande atenção que analisámos os pontos sobre o novo Estatuto da Vinha e do Vinho nos Açores, sabemos que o Instituto foi criado com o propósito de ajudar a organizar e promover os nossos vinhos, garantindo a sua qualidade e autenticidade, contudo, entenderam os peticionários que há partes do Decreto que precisam de ser alteradas, especialmente no que toca ao Conselho Diretivo e ao Conselho Consultivo.

A vossa decisão de avançar com uma petição pública, juntando as assinaturas necessárias é uma decisão que se valoriza, mostra que querem ser ouvidos e estão dispostos a trabalhar juntos para fazer as mudanças necessárias.

As alterações que sugerem, especialmente querendo mais representação direta na produção do Conselho Consultivo, são compreensíveis, a vossa petição valoriza a importância da participação cívica. Vamos trabalhar para garantir o futuro do setor do vinho nos Açores, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. De facto, o CHEGA leu com atenção, e eu particularmente, aqui esta petição e eu estranho aqui, depois destas declarações todas, porque normalmente as coisas não se fazem ou por falta de tempo ou por falta de dinheiro, parece que aqui não acontece nenhuma das duas e, portanto, isto não aparece feito, o PS reconhece que é importante, mas vem do tempo dele, não fez.

Aqui esse Decreto Legislativo Regional tem algumas insuficiências, mas eu detetei aqui uma coisa muito interessante, é que aqui na petição, há uma parte que eles dizem que há demasiada politização, principalmente do Conselho Consultivo, e “consideramos nuclear a presença alargada de quem percebe da poda”, ou seja, mais uma vez nós aqui nesta Casa fechados aqui produzimos legislação e pelos vistos, as pessoas que são interessadas e verdadeiramente prejudicadas não são ouvidas.

Entretanto, há aqui uma petição de 300 e tal pessoas que, em vez de se dedicarem à Cultura da vinha e a vender vinho e a criar riqueza, têm que andar aqui com abaixo assinados, que é isso que a gente tem aqui, para serem ouvidas.

Entretanto, o Decreto Legislativo Regional já tem 2 anos e não se passa nada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Foi aprovado por unanimidade.

O Orador: Tudo bem, mas não foi executado., a gente pode aprovar aqui legislação, eu não vou fazer a pergunta, é nós próprios, o que é que falta para as coisas andarem? Porque não é normal se estamos aqui a falar em negócios, empresas privadas, gente que quer criar riqueza, então se é uma questão legislativa que se altere e rapidamente, não precisa tanto tempo, e, eu vejo isso com uma certa estupefação essa inércia da política e por isso, quando acusam os políticos de estarem de costas voltadas para a sociedade civil, nós se calhar, por vezes estamo-nos a pôr a jeito.

E era isto, chamar a atenção e dar toda a razão às pessoas que querem nomeadamente que haja menos políticos e mais pessoas que percebem da poda, é a conclusão que eu tiro disto tudo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Primeiro, começar por saudar os peticionários na pessoa do primeiro subscritor, o Sr. Losménio Vieira Machado Goulart, por esta iniciativa que sem dúvida que é um ato de cidadania participativa e que é muito importante e cada vez mais importante na nossa sociedade e, portanto, saudar o primeiro subscritor e todos os peticionários desta petição.

Dizer que a esta petição deu entrada nesta Assembleia, com algumas preocupações relativamente ao Decreto Legislativo Regional que criou o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores e que foi aprovado nesta Casa a 8 de fevereiro de 2022 e as preocupações transmitidas na petição, prendem-se quer pelo Conselho Diretivo, em que, mais concretamente, a figura do Presidente do IVV e da sua equiparação, bem como a própria constituição do Conselho Consultivo, que entendem que este deve ser mais técnico.

É preciso, também, e, na sequência daquilo que foram as intervenções até agora, também fazer um bocadinho aqui a história de todo este processo, efetivamente este DLR 6/2022/A foi aprovado nesta Casa, foi aprovado por unanimidade, em que seguiu todos os procedimentos normais de audições, de ouvir aquilo que os partidos aprovaram para se ouvir e para pedir pareceres, e, segundo esse trâmite normal dessa iniciativa, esta foi aprovada por unanimidade.

Entretanto, em março de 2023, surge por parte do Governo Regional uma primeira alteração a este Diploma, uma vez, que juridicamente os técnicos de diversas Secretarias entendiam ou entendem que

juridicamente efetivamente é preciso haver aqui um esclarecimento da situação que se prende com a extinção da CVR e a internalização dos trabalhadores e, portanto, não posso compreender...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Isso mesmo!

A Oradora: ... como é que o Partido Socialista vem desvalorizar esta questão quando a nossa posição é que efetivamente os trabalhadores devem ser internalizados, deve-se aproveitar todo o conhecimento e a experiência técnica que estes mesmos trabalhadores têm, e, se os juristas entendem que é necessário fazer este esclarecimento para que efetivamente isto aconteça, nós achamos que deve ser feito.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Mas com a Azorina não foi preciso esclarecer nada!

A Oradora: Entretanto, dizer que, por consequência da situação política que se viveu, como é natural, esta alteração, esta primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional caiu e o que esperamos é que o Governo Regional, da forma mais célere possível, o torne a apresentar para que possamos operacionalizar e é isso que o CDS defende, o mais rapidamente possível, o IVV, mas sem dúvida, com a salvaguarda daquilo que são as competências da CVR e que são os trabalhadores que neste momento desempenham funções na CVR.

Estamos sensíveis, como é natural, a estas preocupações que são transmitidas na petição, quanto à alteração, e, também por vezes o Governo foi acusado da questão de já fazer uma primeira alteração

ao Diploma recente, o que nós consideramos é que existe uma evolução natural das situações, foi detetada esta situação e que não devemos ficar apreensivos por fazer uma alteração ao Diploma que é recente, se ele necessita de ser melhorado, é isso que nós devemos fazer nesta Casa para esclarecimento e para que as pessoas também, porque estamos a falar de trabalhadores, de pessoas que exercem a sua função na CVR e não podemos correr o risco destas próprias ficarem numa situação desprotegida e por isso achamos que deve ser assim feito.

Muitas das acusações que são feitas em que o Governo não quer implementar, não quer operacionalizar, nós não entendemos como isso pode ser alegado, quando o próprio Instituto é algo reivindicado pelo próprio Governo, é apoiado pelo próprio Governo e, portanto, o próprio Governo é o primeiro interessado em operacionalizar este Instituto da Vinha e do Vinho, tendo, naturalmente de existir este esclarecimento.

Sem dúvida, que existe um interesse crescente pela Cultura da vinha, quer nas ilhas onde esta já está mais implementadas como a Terceira, a Graciosa e o Pico, mas também tem surgido um interesse crescente em outras ilhas, como Santa Maria, São Jorge, quer pela Cultura da vinha, pelo enoturismo, e, isso claro que é de louvar e é um caminho que interessa para a Região percorrer.

Mas há algo equívoco aqui e acho que é partilhado por todos os partidos políticos, é que sem dúvida que a criação do Instituto da

Vinha e do Vinho é algo que é muito relevante para a Região, para o setor, sem dúvida que é um passo muito importante também naquilo que é nos colocarmos da mesma forma quando estas matérias são discutidas com o arquipélago da Madeira com o continente português e, portanto, acho que é um passo muito importante e sem dúvida que a criação deste Instituto também reflete a importância, o reconhecimento que o próprio Governo Regional dá a esta matéria, e, e por isso o apelo que faço no âmbito desta petição é que efetivamente se tomem todos os procedimentos normais e mais céleres possíveis para se operacionalizar o IVV, e, que neste momento, parte também, por parte do Governo Regional, apresentando a alteração que, entretanto, caiu pela dissolução desta Assembleia. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nós não vamos aqui discutir a iniciativa, se bem que, já assistimos aqui quase à leitura de um preâmbulo dela, à defesa dela, e, essa acho que todos nós temos a plena consciência de que a debatamos, a estudámos e até s aprovamos por unanimidade, e, isto é inequívoco

da importância que esta Casa dá à criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores.

Mas há duas questões relevantes nesta petição, uma que é a equiparação do Presidente do seu Conselho Diretivo ao cargo de Diretor Regional e a outra que é a inclusão das três regiões demarcadas no denominado Conselho Consultivo.

Em relação a essa última, devo dizer que não vem mal ao mundo e a Iniciativa Liberal está aqui disponível para aprovar qualquer alteração que acolha esta pretensão dos peticionários, que, além de legítima e utilizando a expressão do Sr. Deputado Francisco Lima, é dar voz a quem percebe da poda, passo a expressão, se bem que é sempre bom lembrar quem está lá em casa, os tais que percebem da poda, as corporações que os representam, as associações que os representam, que quando corre mal é a nós e ao Governo Regional que chamam as responsabilidades. Portanto, também nos cabe a nós e ao Governo Regional decidir da melhor forma e daquela que entendemos que é a forma das coisas serem feitas a bem da governança nesse setor.

Já em relação à equiparação do cargo do Presidente do Conselho Diretivo a Diretor Regional e não a Diretor de Serviços, não acolherá o voto da Iniciativa Liberal, até porque isto foi muito debatido nesta Casa, aquando do debate da iniciativa.

Outra coisa ainda importante e que releva deste processo é aquilo que já aqui foi dito, que o Diploma está publicado a 22 de março de 2022

e a petição entra a 22 de dezembro de 2022, ou seja, 8 meses depois do Diploma aprovado porque precisamente ele não foi regulamentado e não foi instalado e eu percebo o incómodo do Sr. Secretário Regional da Agricultura, sobre essa matéria, mas devo dizer que os técnicos que lhe deram o parecer que deram, estão redondamente enganados, e, por duas ordens de razão.

Primeira, a CVR é uma associação de direito privado, portanto, pode o Governo espernear, dizer o que quiser, dizer que vota a favor na Assembleia Geral da Extinção da CVR, que a CVR, inclusivamente se os seus associados privados entenderem mantê-la, ela vai-se manter.

Nós já sabemos que não é intenção dos membros da CVR mantê-la, mas se quiserem têm todo esse direito.

E, outra coisa é a instalação do IVVA, porque, sem a instalação do IVVA, não se pode extinguir a CVR, isso aí é que cria um vazio, é preciso primeiro instalar o IVVA...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): É para não esquecer as pessoas.

O Orador: ..., e, depois extinguir a CVR, e, na extinção da CVR prever a internalização, que é uma completamente diferente, a internalização dos funcionários da CVR no IVVA não tem a ver com a instalação do IVVA, bem pelo contrário, técnicos desses, juristas desses, já se já se viram passar muitos por essa Casa e por outras casas, mas são opiniões. Agora uma coisa é certa, o Instituto da Vinha

e do Vinho dos Açores é de relevante importância e nós estamos há 2 anos para o instalar, para instalar, não é para aprovar a sua criação, é para instalar, e, esta petição, tal como muitas outras que nós vamos discutir ao longo dessa semana, têm um denominador comum, incapacidade e incompetência do Governo Regional dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): É pena o Governo não poder falar nesta fase.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo por saudar os peticionários desta petição, na pessoa do Sr. Losménio Goulart, primeiro peticionário.

Esta petição chega a este Parlamento ou chegou a este Parlamento, e, hoje é debatida, ainda com um propósito, com sentido, devido a uma forma completamente trapalhona com que o Governo Regional tratou a criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores e a sua instalação e implementação.

O setor vitivinícola dos Açores apresenta um dinamismo interessante e precisa efetivamente de uma estratégia, precisa de organização e precisa que os produtores e o Governo e as entidades oficiais, trabalhem em conjunto para levar o setor a novos patamares de qualidade.

Sempre respeitando os direitos de quem trabalha no setor, respeitando os produtores e em harmonia com o ambiente.

A criação do IVVA, recorde-se, resulta de uma iniciativa do Governo Regional, do PSD, do CDS e do PPM, que era na anterior legislatura, apoiado pelo CHEGA e pela Iniciativa Liberal.

O Governo de então e a maioria que o suportava foram incapazes de criar um instituto e regular a sua relação com a existente Comissão Vitivinícola Regional dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): E os trabalhadores?!

O Orador: Já lá vamos, Sr. Secretário. O IVVA nunca saiu do papel até hoje e por responsabilidade do Governo Regional.

Os peticionários demonstram preocupações às quais somos sensíveis em parte, nomeadamente, quanto à representação dos produtores no Conselho Consultivo, não acompanhando, todavia, a proposta para que o seu Presidente seja nomeado sem concurso pelo Governo Regional, e, esta posição decorre da nossa posição de fundo sobre esta matéria em que defendemos que os dirigentes da administração pública, na sua totalidade, devem ser recrutados por concurso público.

É para nós incompreensível que um Decreto Legislativo Regional publicado em março de 2022, não tenha ainda sido implementado, mesmo havendo aspetos no Decreto Legislativo Regional que o

Governo ou qualquer partido entenda que possam ser melhorados, nada impede que ele seja aplicado.

Só falta, já agora, o Governo e a coligação dizerem que a culpa foi do chumbo do Orçamento, era mesmo a justificação que faltava.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não foi só, mas também foi.

O Orador: Para além disso, a proposta de alteração que o Governo trouxe a esta Casa na legislatura passada, e, que ainda não reapresentou nesta legislatura, que também estamos à espera, já que o Governo diz que precisa de fazer alterações.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Vai ter Plano e Orçamento para o mês que vem!

O Orador: A pergunta que fica é onde é que estão as alterações? Mas, falando da proposta que o Governo apresentou na legislatura passada, enferma de inúmeros problemas, a começar por, em nosso entender, gritantes inconstitucionalidades em que se prevê um confisco dos bens...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Confisco?! Isso é comunismo! Na Venezuela é que se confisca!

O Orador: ... da Comissão Vitivinícola Regional, o que é algo extraordinário, vindo de quem vem.

Ora o setor vitivinícola dos Açores, os produtores e toda a fileira merecem que este assunto seja tratado com seriedade pelo Governo e

não com vetos de gaveta e propostas de alteração com pouca credibilidade, como assistimos.

Merecem respeito, merecem uma estratégia e um Governo que aprenda com os erros e com os exemplos, já agora de outras regiões vitivinícolas do país, onde há exemplos onde se podem beber boas ideias a implementar também nos Açores, disse.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): O senhor anda distraído. Não leu o Plano Estratégico.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, pede a palavra para? Tem a palavra para uma interpelação, faça favor.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Sr. Presidente, era para perguntar-lhe, o Governo foi aqui várias vezes interpelado por vários Grupos e Representações Parlamentares, se o Governo, no âmbito das petições, da discussão e análise das petições, se pode falar?

Presidente: Não pode, Sr. Secretário Regional, o Regimento não lhe dá essa faculdade.

Pergunto se há mais inscrições às Sras. e Srs. Deputados? Não havendo consideramos apreciada esta petição e avançamos para o ponto 2 da nossa agenda - **Petição n.º 47/XII – “Cabos Submarinos CAM Petição para Estudo de Alternativas à Configuração”**, é apresentada por João José Quental Mota Vieira na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório da petição foi elaborado pela Comissão de Economia, para a apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

Relatório sobre a Petição n.º 47/XII “Cabos submarinos CAM, petição para estudo de alternativas à configuração”

O direito de petição, previsto na Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A presente Petição reúne um total de seiscentas e vinte três, subscrições com correta identificação, tendo como primeiro subscritor João José Quental Mota Vieira, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 28 de fevereiro de 2023.

Por despacho do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a referida Petição foi remetida à Comissão Permanente de Economia, por se tratar de matéria da sua competência.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Petição em apreço reuniu os requisitos formais de admissibilidade, pelo que a Comissão de Economia deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 13 de março de 2023, e ouvir o primeiro subscritor, membro do

Governo Regional com competência na matéria, e a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, da IP TELECOM e do Eng. Frederico Sousa.

Neste âmbito, as audições do Eng. João José Quental Mota Vieira e do Dr. Rui Coutinho (por indicação do peticionário), do Subsecretário Regional da Presidência, da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações e do Eng. Frederico Sousa decorreram no dia 4 de abril de 2023.

No que concerne à audição da IP TELECOM, a mesma não se realizou por indisponibilidade dos seus representantes, tendo esta, no entanto, apresentado um parecer escrito, o qual foi considerado pela Comissão de Economia, e que se encontra anexo ao relatório.

De acordo com a exposição dos Peticionários, a presente Petição tem por objetivo solicitar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que tome as iniciativas legislativas adequadas, para que o Governo Regional dos Açores se empenhe na elaboração de estudos técnicos e económicos das alternativas à configuração, garantindo, no entanto, que a principal amarração nos Açores do anel CAM se mantenha na ilha de São Miguel, não sendo transferida para qualquer outra ilha dos Açores.

Os Peticionários também alertam para a necessidade urgente da remodelação do anel inter-ilhas que, não sendo concretizada atempadamente, a Região corre o risco de colapso das comunicações em 7 ilhas do Arquipélago dos Açores”

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 47/XII – “Cabos submarinos CAM, petição para estudo de alternativas à configuração”, a Comissão de Economia aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A presente petição foi subscrita por 623 cidadãos, devidamente identificados;
2. Os Peticionários entendem que a Assembleia deve adotar iniciativas legislativas que obriguem o Governo Regional dos Açores a elaborar estudos técnicos e económicos referente às alternativas à configuração apresentada;
3. Os Peticionários defendem ainda que a principal amarração nos Açores, do anel CAM, se mantenha na ilha de São Miguel, não sendo transferida para qualquer outra ilha da Região, tendo em conta que o atual sistema termina a sua vida útil em 2024;
4. Referem, os peticionários, que a configuração existente, com duas amarrações em São Miguel, uma ligação direta ao Continente e outra via Madeira, e com dois anéis a ligar as restantes ilhas, revelou-se de elevada qualidade;
5. A remodelação agora em curso, será feita pelo IP-Telecom e representará um investimento de 154 milhões de euros, tal como informou o primeiro peticionário;
6. A principal reivindicação da petição é que se façam estudos e que se definam critérios para a configuração final;

7. O grupo de trabalho, constituído pela ANACOM e por membros do Governo, recomenda as amarrações dos cabos submarinos em duas ilhas distintas, Terceira e São Miguel;

8. A ANACOM identificou a vantagem de ter dois pontos de amarração em ilhas diferentes e que atravessam duas placas tectónicas diferentes, aumentando assim a resiliência da rede;

9. A latência, de mais dois milissegundos, poderá ser irrelevante, agora e nos próximos 20 anos, face aos outros critérios de segurança e fiabilidade; apesar dos peticionários alegarem que a latência pode ser relevante no futuro, em alguns setores.

10. A questão levantada pelos peticionários sobre a solução existente poderá atrasar o processo, aumentar os riscos devido ao fim de vida do sistema atual e eventual perda de financiamento do Connecting Europe Facility (CEF);

11. A presente Petição, admitida em reunião da Comissão Permanente de Economia de 13 de março de 2023, deverá ser apreciada em reunião plenária da Assembleia, nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 192.º do Regimento.

12. Do presente relatório deve ser dado conhecimento aos peticionários, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria e ao Governo da República. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições. Sras. e Srs. Deputados,

Membros do Governo, aproveito para informar que acompanham os nossos trabalhos na galeria o antigo Deputado desta Casa, Dr. Eugénio Leal, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Pois aqui temos um tema que o CHEGA também dedicou alguma especial atenção no passado, quando as primeiras questões se levantaram e em requerimento questionamos o Governo Regional sobre toda essa história. Eu particularmente ou pessoalmente sempre achei que essa história era um pouco irreal e era plantada politicamente e até com alguns propósitos bairristas de colocar uma ilha contra outra, e, não me enganei, mais uma vez não me enganei nisto. Andou-se aqui a falar de uma coisa que não se sabia, andou-se a falar de uma coisa que não se percebia, a verdade é que devem ser os técnicos, e, ouvimos agora no relatório o que a ANACOM diz, isto é que deve ser, não devem ser os políticos a definir um cabo submarino de vital importância para as comunicações nos Açores, não devem ser os políticos, os políticos têm que ter o poder de decisão noutras questões, agora se é assim se é assado, se amarra assim, amarra assado, às vezes apetece-me dizer é “amarrar a burra”, porque os políticos, quando se atravessam em coisas destas só fazem asneira e só prejudicam as populações e pior do que isto, foi criar aqui um

bairrismo há muito que já não se ouvia falar, entre duas ilhas dos nossos Açores.

Nós precisamos é de unir as nossas ilhas, se são dois pontos, se são três pontos, meia dúzia de pontos, se querem montar no Corvo, se querem montar na Horta, não serei eu a dizer o que é que é o mais eficaz, terão que ser os técnicos e neste caso a ANACOM, responsável por esta obra, com esta responsabilidade.

A verdade é que o cabo acaba a sua vida útil este ano, a verdade é que nós podemos perder as comunicações vitais ou ficar limitados e isto não é admissível, como não é admissível o que eu ouvi, nem vou referir nomes, de um Deputado chegar à ilha Terceira e começar a envenenar contra a ilha de São Miguel. Se nós continuarmos nesta caminhada, os Açores vão cada vez mais ser mais pobres e mais infelizes, nós temos que estar unidos e ouvir os técnicos e aqui só os técnicos, os técnicos, é que tem que falar, os políticos a única coisa que tem que saber fazer são as decisões políticas, e, aqui há uma decisão técnica.

Sr. Presidente, os peticionários têm toda a razão, mas não sei se têm toda a razão quando dizem isso deve em S. Miguel ou se deve ser noutra sítio, eu ouvi os técnicos e eu ouço muito mais os técnicos, até como pessoa que estudou um pouco de eletricidade e de telecomunicações, eu sei que são eles que percebem da poda, como se dizia há bocadinho na vinha e os Srs. políticos hão de ter paciência, mas vão-se dedicar a outra coisa.

Bem-haja, não é pelo facto de eu concordar parcialmente ou discordar dos peticionários, mas lhes dar os parabéns, porque sempre que nós não saibamos resolver as coisas, deve ser a sociedade civil também a dar-nos um puxão de orelhas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quero começar esta minha intervenção por cumprimentar e saudar os subscritores desta petição, enaltecer a iniciativa, que, de certa forma ajudou a esclarecer todo o processo de substituição do sistema de cabos submarinos de fibra ótica e que ligará o continente aos Açores e à Madeira.

Relativamente à petição em apreço, é importante fazer uma resenha histórica do processo e das várias posições assumidas sobre o assunto, quer seja do Governo Regional, bem como dos Grupos e Representações Parlamentares desta Casa, incluindo o do PSD, que ao longo dos vários anos foram alertando para a necessidade da substituição do sistema de cabos submarinos de fibra ótica.

No ano de 2019 foi criado um grupo de trabalho liderado pela ANACOM e que o Governo Regional dos Açores fez parte, com o objetivo de proceder ao estudo e à análise da configuração técnica e financeira mais adequada para a substituição atempada destes cabos. Foram auscultados peritos, fabricantes, operadores de telecomunicações e outras entidades públicas e privadas, que resultou na entrega de doze recomendações ao Governo da República que enfatizava a urgência de se promover este projeto crucial para o desenvolvimento dos Açores.

Contudo, apenas em setembro do ano de 2020, o Governo da República decidiu mandar a empresa IP Telecom para desenvolver este projeto.

Em janeiro de 2021, depois de confrontado com o modelo de trabalho proposto pela IP Telecom para o desenvolvimento do projeto, que não respeitava uma das recomendações emitidas de que fosse promovida a articulação com as regiões autónomas, o Governo dos Açores manifestou a sua total oposição.

Apenas após essa oposição é que foram incluídas as regiões autónomas, possibilitando uma maior participação no início do processo, apesar de não ter, repito, de não ter, qualquer capacidade de decisão.

A primeira proposta apresentada para um novo anel de cabos submarinos de fibra ótica não considerava a maioria das recomendações do grupo de trabalho. Nessa sequência, o Governo

dos Açores manifestou a sua total oposição à solução, defendeu a importância de respeitar as recomendações do grupo de trabalho e reiterou as suas principais preocupações.

No mesmo sentido ao longo dos últimos anos, os deputados do PSD à Assembleia da República, eleitos pelos Açores, denunciaram e manifestaram a necessidade de concretização desta substituição o mais rápido possível, alertando para o fim da vida útil que termina este ano.

Em sentido oposto, tivemos Deputados do Partido Socialista à Assembleia da República, eleitos pelos Açores, que pouco ou nada fizeram sobre este processo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aliás, fizeram sim, colocaram uma vez mais os interesses partidários e a defesa do Governo do Partido Socialista à frente dos interesses dos Açores e da defesa intransigente que os Açores merecem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo Regional, ao contrário do que se tentou e se continua a tentar transparecer, não ficou de braços cruzados, pôs mãos à obra na defesa dos Açores e dos açorianos e apresentou um

conjunto de mais valias para a concretização urgente deste projeto e manifestou por diversas vezes ainda as preocupações que nunca foram garantidas, desde a segurança, ao prazo de execução, entre muitas outras.

Para nós, para o Grupo Parlamentar do PSD Açores, é urgente que este processo avance rapidamente, sem mais atropelos ou atrasos. O que está em causa é demasiado para não avançarmos e correremos o risco de perder o financiamento do Connecting Europe Facility, se não dermos seguimento.

Este é um processo que vem tarde, é certo, mas que não pode parar sob pena de arriscarmos a ficar isolados do mundo em termos de comunicações.

Mas também porque decorre já como é de conhecimento público, o contrato de fornecimento do novo sistema de cabos submarinos de fibra ótica, que ligará o continente aos Açores e à Madeira, com um valor estimado de 154 milhões de euros. Queremos avançar em prol dos Açores, disse.

Voices de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça o favor.

(*) Deputada Patricia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A utilização por parte dos cidadãos da figura da petição constitui-se como um exercício de cidadania e de constituição cívica, saudamos por isso os 623 cidadãos que trouxeram essa preocupação até ao Parlamento dos Açores, fazendo de cada um de nós porta-voz das suas preocupações, e, é esse o sentido maior de utilização das petições.

Nesse sentido e sobre o assunto que agora está em análise, importa referir que neste momento estamos na fase de consignação da proposta de remodelação dos cabos submarinos levada a cabo pela Alcatel, ou seja, já não estamos na fase de desenho das soluções, as quais já foram concebidas por consenso entre o Governo Regional, o grupo de trabalho da ANACOM, a ANACOM e o Governo da República.

As telecomunicações com o exterior e inter-ilhas são exclusivamente asseguradas por um conjunto de cabos submarinos.

Desde 2003 estes sistemas estão integrados no chamado Anel CAM, continente, Açores, Madeira e no passado dia 13 de março foi assinado o contrato de fornecimento do novo sistema de cabos submarinos de fibra ótica que ligará o continente aos Açores e à

Madeira em anel que se designará por Atlantic CAM, demonstrando o cumprimento de uma promessa fundamental do Governo do PS na República, num investimento inicial de 154,4 milhões de euros.

Deputado Flávio Soares (PSD): Com algum atraso, mas pronto.

A Oradora: O PS Açores considera, como considerou, desde sempre que o investimento nos cabos submarinos que ligam o continente aos Açores e à Madeira, é um projeto estratégico para continuarmos a assegurar a coesão nacional e o desenvolvimento económico do país no seu todo. Desde sempre, o Partido Socialista dos Açores tem alertado para a necessidade de haver uma garantia de que os Açores e a Madeira têm acesso às melhores condições que permitam às populações comunicar, mas também às empresas desenvolver a sua atividade.

O Partido Socialista no Governo dos Açores em relação a este assunto teve sempre uma postura proativa...

Deputado Flávio Soares (PSD): Se calhar o Sr. Deputado João Castro pode falar sobre o assunto.

A Oradora: ... demonstrativo disso mesmo é o facto de que este processo se ter iniciado com a elaboração de um estudo por parte do Governo dos Açores em 2018. Nesse sentido, a solução prevista para o cabo continente Açores Madeira é um anel com redundância total, interligação principal e central do Atlântico à Europa, Estados Unidos, América do Sul e África como alavanca para a Rede Europeia de Datacenters e Comunicações GEX.

Assim, o cabo que vem da Madeira terá um ponto de amarração na ilha de São Miguel e o cabo que vem do continente terá um ponto de amarração na ilha da Terceira...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Boleiro*): Da Terceira?!

A Oradora: ..., mas prosseguirá da ilha da Terceira para São Miguel. Esta solução, que motivou preocupações e discordâncias dos peticionários, foi aprovada pelo atual Governo Regional dos Açores, ou seja, a decisão de amarrar primeiro na Terceira teve a concordância e apoio do atual Governo Regional dos Açores.

Do ponto de vista técnico, esta ligação com amarração na ilha da Terceira tem uma latência estimada de 2 mil segundos, diz o Governo Regional, que não impacta negativamente na qualidade do serviço, tratando-se de um valor insignificante.

Para o Partido Socialista dos Açores, o que é fundamental é garantir a estabilidade, a segurança, a fiabilidade e a redundância desta ligação, de modo a servir da melhor forma possível as pessoas, as empresas e as instituições.

É por isso que entendemos que deve preocupar todos os intervenientes neste assunto o bem-estar de todos, para isso é fundamental também que a solução do Anel inter-ilhas conheça novos desenvolvimentos com urgência, tal como também defendemos através dos nossos Deputados na República que findo o processo CAM, cuja adjudicação já foi feita, devem iniciar-se os

estudos para o projeto de substituição do anel inter-ilhas. Nesse sentido, cabe ao Governo Regional dos Açores a urgência de começar a encetar esforços nesse sentido.

Importa referir que a dependência exclusiva dos cabos de fibra ótica para as comunicações com o exterior e inter-ilhas representa um risco elevado para a Região Autónoma dos Açores, num contexto em que proliferam as ameaças à segurança física e virtual dos sistemas de comunicação.

A Autonomia que não deve ser apenas uma expressão material e financeira, deve acautelar soluções que salvaguardem e acautelam situações de urgência e emergência nas quais, por hipótese, o sistema de fibra ótica seja comprometido.

Dessa forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista renova o seu compromisso de também nesta matéria, contribuir para que a solução encontrada seja o mais rapidamente implementada em benefício dos Açores e dos açorianos, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Agradeço a todos os que se envolveram e trouxeram esta petição até nós.

É muito bom ver a população envolvida em questões importantes como é esta dos cabos submarinos que ligam as nossas ilhas ao mundo.

Esta petição, que começou em Ponta Delgada, mostra a preocupação de mais de 500 pessoas, elas querem sobretudo, garantir que esta estrutura dos cabos submarinos funcione e que a ilha de São Miguel não será prejudicada no âmbito do que está projetado a este respeito. Tem de se ter, no entanto, em conta, que o projeto em causa e a sua configuração em termos de amarração, é da inteira responsabilidade dos governos socialistas da República e dos Açores.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A ideia de pôr tecnologias novas como sensores para ver o tempo e tremores de terra até parece boa, pois pode ajudar a saber mais sobre o nosso clima e prevenir problemas, mas há quem diga que isso pode complicar mais as coisas e fazer tudo ficar mais caro. Por outro lado, há pessoas que veem estas mudanças como algo positivo.

O importante é garantir a sua rápida execução, que está muito atrasada devido à irresponsabilidade dos governos socialistas a garantir a melhor solução técnica para os Açores.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Saúdo os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, Sr. Eng.º João Mota Vieira, e, começando por dizer que o assunto que esta petição versa é efetivamente da maior importância para o desenvolvimento dos Açores. As comunicações não são hoje um fator acessório ou sequer secundário nas sociedades contemporâneas, constitui um fator determinante de que depende o funcionamento dos setores mais críticos, desde a saúde, do setor financeiro e de toda a economia, é por isso que os processos de substituição dos sistemas de cabos submarinos revestem-se de uma importância fulcral para o desenvolvimento da Região.

Para ilhas oceânicas ainda para mais, dependentes de uma única ligação estrutural com o continente e com o mundo, como são os Açores, as infraestruturas de cabos submarinos são um setor crítico.

Durante vários anos, foram muitos os alertas para o facto de se estar a atingir o tempo de vida útil do chamado Anel CAM, continente, Açores e Madeira, de cabos submarinos.

O Bloco de Esquerda por diversas vezes alertou para a urgência da sua substituição neste Parlamento e na Assembleia da República, inclusive com propostas de alteração em sede de Orçamento do Estado.

Antes disso, foram vários também os alertas a que o Bloco também se juntou, para o facto de os Açores terem sido gravemente prejudicados pela opção de entregar a gestão do atual Anel continente, Açores e Madeira, a um operador privado na data à PT, mais tarde a MEO, que ao mesmo tempo era operador de telecomunicações, algo que, levou a uma posição dominante que prejudicou a Região no acesso a preços mais baixos de telecomunicações e aos serviços de outras operadoras, limitando a concorrência.

Esta não foi, felizmente, a opção que se tomou na substituição do Anel CAM, que terá gestão pública e esperamos que o atual Governo República, da responsabilidade do PSD e do CDS, não reverta essa decisão de manutenção da gestão pública dos cabos submarinos. Centrando, todavia, a intervenção no objeto da petição, salientamos o trabalho de avaliação crítica que foi desenvolvido pelos peticionários.

As preocupações que levantam quanto à necessidade de serem justificadas as opções técnicas são importantes, do mesmo modo, é importante e urgente o alerta acerca da necessidade de substituição do anel de cabos submarinos inter-ilhas, o chamado Anel inter-ilhas que se aproxima igualmente e perigosamente do seu fim de vida útil. Este processo se deve acelerar e está nas mãos do atual Governo Regional e do Governo da República.

As decisões técnicas sobre este projeto devem ser claras e fundamentadas, evitando-se assim situações como aquela que versa também a petição em que a decisão sobre o local da amarração, da primeira amarração do cabo proveniente do continente não é explicada...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Foi explicado em Comissão!

O Orador: ... cabalmente por nenhuma entidade envolvida, e, essa ausência de explicações técnicas não é de facto aceitável.

Não obstante, existir ainda a necessidade de serem explicadas pelas entidades competentes, seja a Infraestruturas de Portugal, o Governo da República ou o Governo Regional que participou no processo, importa acima de tudo que a substituição do atual Anel CAM seja feita com urgência face aos riscos que as ligações em fim de vida representam para os Açores.

Apesar de tudo, a julgar pelas declarações e garantias de diversas entidades responsáveis o projeto de substituição do anel de cabos

submarinos parece garantir um significativo avanço em termos de conectividade digital e segurança e redundância das ligações, dada a urgência da substituição dos cabos submarinos que compõem o anel importa que o processo avance e se parta também no imediato para a substituição do anel inter-ilhas, garantindo que desta vez haja não só maior celeridade mas também que as decisões técnicas sejam devidamente justificadas e explicadas por todas as entidades responsáveis, disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Relativamente a esta petição, começo por saudar os peticionários e esta petição que versava sobre a questão, principalmente pela questão da amarração dos cabos submarinos CAM, a verdade é que acho que foi importante para esclarecer, acima de tudo, toda esta polémica gerada em torno desta questão.

A verdade é que esta iniciativa foi importante, pois nessa altura foi necessário no âmbito dos trabalhos desenvolvidos, quer no âmbito das audições realizadas, do parecer escrito que chegou a esta Comissão, esclarecer todo o ruído, a difamação, a calúnia, os insultos que geraram à volta desta matéria, alegando que tudo passava por

uma questão de bairrismo, como já foi dito aqui, colocando ilhas contra ilhas e, portanto, acho...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que esta petição foi importante nesse sentido, com essa função esclarecedora...

Deputado Nuno Barata (IL): Não esclareceu nada!

A Oradora: ... daquilo que foram as opções tomadas, sendo um dos anéis de amarração colocados na ilha Terceira, em detrimento da situação atual em que os dois se encontram na ilha de São Miguel.

A verdade é que esta é uma preocupação que foi trazida até por parte do CDS diversas vezes a esta Casa, em 2024 estão completos os 25 anos de vida útil operacional dos cabos submarinos e também depois desta petição ter sido apresentada, a verdade é que a 13 de março de 2024, agora recentemente, foi assinado o contrato de fornecimento do novo sistema de cabos submarinos de fibra ótica e estando agora em fase de consignação. Ao longo dos trabalhos da Comissão, o grupo de trabalho, e, aquilo que foi transmitido pelas diversas entidades que ouvimos é que, efetivamente o grupo de trabalho, reuniu e tecnicamente avaliou aquilo que deveria ser este novo Anel CAM, e, a verdade é que destes resultaram 12 recomendações, depois de alguns contratemplos ficaram acauteladas neste novo projeto, mas algo que foi dito no trabalho da Comissão é que efetivamente foi tecnicamente unânime a necessidade de efetivamente existir uma

redundância e em que uma das amarrações passasse para a ilha Terceira até também de forma a atravessar duas placas tectónicas diferentes, vivemos em ilhas que por diversas vezes sofrem catástrofes naturais, inclusive sismos. É claro que o que todos nós não queremos, e nós também políticos, apesar dessa decisão, efetivamente tem de ser técnica, nós devemos também salvaguardar a questão de evitarmos um apagão tecnológico que seria mau para a Região, e, por isso continuamos a defender que sem dúvida que a redundância era algo que não podíamos no nosso entender abdicar.

A verdade é que também até pela IP Telecom foi transmitido que a escolha desta configuração teve uma preocupação de garantir esta redundância à Região e da interligação da atual e futura rede inter-ilhas, não é o CDS que diz, foram os técnicos no âmbito dos trabalhos da Comissão que o disseram.

Relativamente quanto à latência que acho que é outra questão também que foi sempre levantada e que, no âmbito da Comissão, foi esclarecido, é que efetivamente, com a geometria do anel prevista, é irrelevante a distância ótica entre os Açores e o continente, essa, como é óbvio, nunca vai mudar, mas também como foi dito pelo Comandante João Beleza Vaz, na audição da ANACOM, que este não pode ser o critério de cerca de 2 mil segundos que inviabiliza um conjunto de outros critérios, mas também há outro fator que eu acho que foi importante esclarecer no âmbito dos trabalhos da Comissão, que a considerar que todo este sistema terá uma maior capacidade, 4

vezes mais capacidade, menores efetivamente serão os constrangimentos também evitando o tráfego e que possa que este tráfego seja mais rápido e reduzindo assim a latência, isto na perspectiva do próprio utilizador.

Também o estado em que se encontra todo o processo, acho que era um retrocesso, e, isso também foi dito no trabalho da audição, que seria fazer um estudo na fase em que se encontrava o processo seria prejudicial para um processo que já vem com anos de atraso e, por isso também não seria aquilo que era benéfico para todo este processo de instalação dos novos cabos submarinos.

A verdade é que também ao longo dos trabalhos, ficou claro que é preferível, e, foi assim que foi, o operador a decidir o local de amarração, porque também ele é que vai ser responsável pela manutenção e pela viabilidade, e, outro aspeto também importante para o Grupo Parlamentar do CDS, no âmbito da Comissão, foi, sem dúvida, ficarmos dotados de uma estrutura “smart”, com deteção sísmica e climática ambiental, sendo também, sem dúvida, esta uma oportunidade para a Região, é assim que o entendemos.

E, por isso e para terminar, da parte do Grupo Parlamentar do CDS, esta petição foi muito importante exatamente para esclarecer todas estas questões e o que é essencial é que todo este processo não sofra mais atrasos, porque já vem com anos de atraso.

O Grupo Parlamentar do CDS aí partilha aquela que é a preocupação quanto aos cabos submarinos inter-ilhas, que sem dúvida é uma

matéria que tem que ser estudada, tem que ser discutida, mas também outros dois aspetos que é importante, e, que são necessários acautelar, principalmente para as famílias e empresas, que é a questão da redução dos preços, de que forma é que isso se irá operacionalizar por forma a chegar a estes e a segunda também é o acesso a esta componente “smart”, de que forma é que se garantirá à Região o acesso a estes novos dados importantes para a proteção e segurança dos açorianos.

Portanto, temos estas ressalvas quanto a esta matéria, mas no âmbito daquilo que concerne à petição e aquilo que era a grande preocupação que seria a questão da redundância, depois de ter ouvido todos os intervenientes no âmbito desta petição, sem dúvida, no entender do CDS, que não era possível abdicar desta redundância para o bem de todos os açorianos, a salvaguarda dos Açores, aquilo que pudesse ser algo que corresse menos bem, não existindo ao fim ao cabo, esta redundância. Muito obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Eu prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Vai ser melhor eu manter-me *zen!*

Presidente: Pergunto se há mais inscrições? Não havendo mais inscrições, damos por apreciada esta petição. E avançamos para o ponto 3 da nossa ordem de trabalhos - **Petição n.º 50/XII – “Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores”** apresentada por Maria Helena Martins do Carmo na qualidade de primeira subscritora.

O relatório desta petição foi elaborado pela Comissão de Assuntos Sociais, para apresentar o relatório, tem a palavra o seu Relator, Sr. Deputado Russell Sousa.

Deputado Russell Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, restantes Membros do Governo Regional dos Açores.

Relatório e Parecer da Petição n.º 50/XII “Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores”.

A 6 de março de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 50/XII, intitulada “Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores”, cuja primeira signatária é a cidadã Maria Helena Martins do Carmo. Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento.

Os peticionários referem, em sede de exposição de motivos, que e passo a citar “As cidadãs e os cidadãos que subscrevem esta petição vêm exprimir a sua preocupação face à situação de subfinanciamento que afeta o Teatro Micaelense de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, pondo gravemente em risco o futuro de uma instituição Cultural prestigiada que, por ter permitido que mais gerações de micaelenses tivessem acesso a espetáculos de grande qualidade artística, é particularmente acarinhada pela população da ilha e do arquipélago em geral. Não pode ser esquecido que, para além de ser uma sala de espetáculos, o Teatro Micaelense também desenvolve funções importantes no campo da educação, e oferece os seus serviços como centro de congressos.

Pelo seu valor histórico e arquitetónico, o edifício do Teatro Micaelense foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Governo Regional dos Açores, tendo sido objeto, em 2004, de uma intervenção de reabilitação que constituiu um grande investimento público.

Contudo, depois daquela data, que constitui um marco feliz na memória de todos nós, este espaço emblemático tem vindo a sofrer

um subfinanciamento cada vez mais grave, especialmente acentuado desde que passou a ser tutelado pela Secretaria da Cultura. Isto significa que, desde 2004, não houve mais nenhuma obra significativa de manutenção, havendo já zonas do edifício cuja utilização está condicionada pelas infiltrações de água em caso de chuva.

O excelente aspeto da zona em que o público assiste aos espetáculos deve-se exclusivamente ao esforço da diminuta equipa do Teatro, visivelmente subdimensionada relativamente às exigências daquele espaço.

A isto acresce que estes 20 trabalhadores, alguns dos quais são técnicos altamente qualificados, para além de estarem sobrecarregados com as tarefas que desempenham, continuam a auferir remunerações inaceitavelmente baixas. Estes trabalhadores ganham hoje o mesmo que recebiam há cerca de 20 anos, estando impedida a sua progressão nas carreiras. E estamos a falar de ordenados extremamente reduzidos: mais de metade deles auferem o salário mínimo regional, e os restantes pouco mais do que isso. Como já vinha acontecendo nos últimos anos, também em 2023 as verbas previstas no Orçamento Regional para o Teatro Micaelense não chegam a cobrir as despesas correntes (água, eletricidade, salário, seguros, inspeções obrigatórias, etc.) e a programação.

Os signatários não aceitam que o Teatro Micaelense seja assim condenado a definhar e degradar-se. Não aceitam que se perca o

investimento feito em 2004, e sobretudo não aceitam que se perca um lugar tão caro a todos nós, um lugar de Cultura, de memórias, de emoções, de afetos: um lugar que deve ser considerado um motivo de orgulho, e como tal deve ser transmitido às próximas gerações.

Uma casa de promoção de Cultura com tantas provas dadas. e com a dimensão simbólica e histórica que o Teatro Micaelense tem, merece um tratamento diferente: merece, em primeiro lugar, um orçamento que assegure a manutenção do edifício, permita uma programação de qualidade, e respeite e retribua com justiça o profissionalismo e a dedicação dos seus trabalhadores.

Vêm por isso os signatários da presente petição pedir que a Assembleia Legislativa dos Açores dê a devida atenção ao problema que assinalam, e promova as medidas necessárias e suficientes para a salvaguarda daquele equipamento Cultural de excelência, e para a dignificação salarial dos seus trabalhadores” fim de citação.

Feito isto, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, na sua reunião do dia 27 de março de 2023, proceder à audição da peticionária, a cidadã Maria Helena Martins do Carmo, bem como do Governo Regional e da Administração do Teatro Micaelense.

Considerando as pretensões dos peticionários, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 789 cidadãos, dos quais 777 com correta identificação, deve a mesma ser

apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento.

2. O bom funcionamento do Teatro Micaelense, visível ao longo das últimas duas décadas de atividade, ocultava um processo de crescente descontentamento interno, devido à sobrecarga de trabalho que pendia sobre a reduzida equipa e os baixos salários dos trabalhadores – que se mantinham praticamente inalterados desde 2008.

3. Vários apelos para a resolução do problema foram feitos junto da administração do Teatro Micaelense e da tutela ao longo dos anos, mas sempre sem resposta.

4. Para além das questões relacionadas com os recursos humanos, também a infraestrutura apresenta vários problemas, sendo os mais sérios os que dizem respeito às infiltrações e térmitas, uma situação que decorre da falta de intervenção no edifício desde 2004, o que levou ao aparecimento de diversos problemas que se foram agravando ao longo dos tempos.

5. Ao tomar posse, em fevereiro de 2022, o Conselho de Administração do Teatro Micaelense deparou-se com os problemas referidos pelos peticionários e, ainda, com uma dívida bancária de quase meio milhão de euros.

6. O novo Conselho de Administração do Teatro Micaelense agiu de imediato no sentido de reduzir as despesas, sendo uma das medidas a alteração na sua composição, permitindo reduzir a despesa mensal em 1846.24 EUR, um valor ilíquido anual de 25.840 EUR. A poupança

foi feita através da não remuneração de um dos elementos do Conselho de Administração, por ser trabalhador da administração pública regional, e pela revisão das gratificações recebidas.

7. O Governo Regional da Coligação já acolheu parte das reivindicações dos trabalhadores, tendo, em março do presente ano, procedido a uma atualização salarial bastante relevante para os funcionários do Teatro Micaelense e reforçado a equipa, por via da integração de mais três trabalhadores em quadro. Ainda assim, os peticionários pedem a contratação de mais trabalhadores e a valorização do seu tempo de serviço.

8. Ao nível das infraestruturas, o Governo Regional mostrou-se consciente da necessidade de intervenção e os processos estão a ser acompanhados. Estão a ser devidamente equacionadas as intervenções necessárias em edifícios públicos no seu todo, a nível regional, que apresentam problemas estruturais devido à falta de manutenção ao longo dos anos, sendo que o Teatro Micaelense não é uma exceção. Verificar-se-á da possibilidade de se inscrever a verba para o efeito no próximo orçamento da Região.

9. O Teatro Micaelense encontra-se subfinanciado. Porém, enquanto entidade pública empresarial (EPE), tem outras fontes de receita, como a bilhética e o aluguer de instalações, que são consideradas para a disponibilidade financeira que o próprio Teatro e a administração tem para fazer face a diversas estas questões.

10. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional.

Em primeiro lugar quero saudar a primeira peticionária desta iniciativa, Maria Helena Martins do Carmo, bem como todos os peticionários, por trazerem esta iniciativa aqui à Assembleia Regional, de facto, qualquer espaço de promoção da Cultura merece a nossa atenção e as preocupações que foram demonstradas pelos peticionários também são as nossas preocupações, pelo que entendemos que efetivamente se deve fazer uma avaliação a esta instituição Cultural que muito prestígio tem trazido a todo o nosso arquipélago dos Açores.

Contudo, conforme foi esclarecido na respetiva Comissão que analisou esta petição, já se verificaram avanços em relação às reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente quanto a atualizações salariais, o que salutamos e também percebemos que há intenção do Governo Regional em alocar verbas para o bom funcionamento do Teatro Micaelense e também para melhorar aquela infraestrutura.

Entendemos que não seria se calhar mal pensado e interessante nesse projeto que o Governo pretende avançar, pensarmos um pouco mais à frente e tendo em conta todo o prestígio do Teatro Micaelense, porque não dar aqui mais um salto e ir um bocadinho mais à frente e transformar também aquela sala que é já uma sala de espetáculos, um centro de congressos, dá apoio à educação, porque não também numa casa de artistas para dar apoio aos muitos artistas que temos e de muito mérito que existem por todas as ilhas dos Açores, desde Santa Maria ao Corvo?

De facto, verificamos que durante a apreciação desta petição em Comissão, muitas das questões foram esclarecidas, por isso, a nossa saudação a todos os peticionários e esperamos que realmente esta situação no futuro se venha a clarificar e esclarecer e a ficar tudo resolvido. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada, pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo. Começar, como é natural, por saudar os peticionários na primeira pessoa da signatária, Sra. Maria Helena Martins do Carmo,

nesta que, sem dúvida, é uma iniciativa e um ato de cidadania, de participação cívica e, como tal, começar por saudar os peticionários. Nesta petição, duas grandes preocupações foram transmitidas, uma relativamente à questão da infraestrutura e das necessidades de trabalhos de manutenção neste edifício, um edifício classificado até como interesse público regional, que tem uma dimensão simbólica histórica na nossa Região, em particular na ilha de São Miguel e prendia-se com as preocupações relativamente à infraestrutura e à necessidade de realizar obras neste edifício que durante os 20 anos, sobre a obra de reabilitação que este edifício sofreu e da aquisição de equipamentos, não foram realizadas intervenções a não ser pequenas intervenções de manutenção realizadas pelos próprios técnicos do teatro e, como tal, neste momento encontram-se graves situações que devem ser ultrapassadas derivado a infiltrações, a térmitas, e, essa preocupação quanto à infraestrutura.

A outra preocupação trazida pelos peticionários prende-se com a questão dos recursos humanos e da situação dos trabalhadores, uma situação que se sentia desde 2008, uma situação de injustiça, desigualdade salarial que se sentia por parte dos trabalhadores desde 2008 e que foi reconhecido, e, que em março, por este Governo Regional, esta situação foi ultrapassada, tendo existido uma atualização dos vencimentos, tendo como base aquela que era a reivindicação dos trabalhadores, tendo por base a tabela salarial da

função pública e foi isso que aconteceu, tendo sido transmitido como uma vitória até para os trabalhadores esta reivindicação antiga.

Também em fevereiro de 2022, foram admitidos mais três funcionários, colmatando algumas necessidades urgentes e, portanto, assistimos a uma atitude de claro reconhecimento da necessidade do investimento do Teatro Micaelense, por parte do Governo Regional, sem dúvida que existe esse reconhecimento, até por aquele trabalho e os passos que foram dados naquilo que concerne aos recursos humanos, isso também foi transmitido no âmbito das audições, tendo a noção que não é possível resolver todos os problemas de uma só vez, já existiram esses passos que foram, no nosso entender, bastante importantes naquilo que eram estas reivindicações e claro que agora é necessário priorizar, fazer o levantamento daquelas que são as necessidades, a verdade é que, e, pegando aqui um bocadinho do que é o Orçamento, que estava previsto no Orçamento que foi chumbado de 2024, existia um aumento de 38,5 % naquilo que era o valor afeto ao Teatro Micaelense, acho que isso também é um sinal daquilo que o Governo Regional entende, a importância que tem esta infraestrutura e esta instituição de cariz Cultural e o que esperamos é que efetivamente seja dado continuidade no âmbito deste Plano e Orçamento agora para 2024, que será apresentado pelo Governo Regional.

Da parte do Grupo Parlamentar do CDS, voltar a saudar os peticionários, dizer que efetivamente houve este sinal claro por parte

do Governo Regional e ainda bem que o que aconteceu relativamente aos recursos humanos que nem todos os problemas estão resolvidos, é certo que muito mais haverá a fazer, nomeadamente, do estado a que chegou o próprio edifício, mas também tendo a consciência que não é possível resolver tudo no mesmo instante, mas que o Governo Regional continue a trilhar este caminho no âmbito da melhoria do Teatro Micaelense, quer seja no âmbito da melhoria na infraestrutura, quer seja relativamente aos equipamentos e aos recursos humanos, e por isso acredito que é este o trabalho que vai ser dado continuidade até pelo sinal que já foi dado até agora por parte deste Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Continuam abertas as inscrições. Não havendo, olha aí está, afinal havia. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo por saudar os peticionários na pessoa da primeira peticionária, Sra. Maria Helena Martins do Carmo, que nos traz essa petição que já tendo algum tempo e em parte algumas das questões

que estavam em causa terem sido, de certa forma, também tido a atenção, não deixa de ser pertinente.

Em novembro de 2022 e perante uma anteproposta de Plano Regional para o Plano e Orçamento para o ano 2023, que mantinha uma trajetória de desvalorização da Cultura de uma forma geral e do Teatro Micaelense, em particular, os trabalhadores e trabalhadoras dessa instituição manifestaram publicamente o seu desagrado.

Com salários inalterados desde 2008, quase todos, cerca de 90 % abaixo dos 1000 euros por mês e metade dos quais apenas com o salário mínimo. Os trabalhadores do Teatro Micaelense decidiram trazer esta injustiça a público depois de sucessivas tentativas ao longo de vários anos para resolver este problema diretamente junto da Administração do Teatro Micaelense e do Governo Regional.

Ao descontentamento dos trabalhadores juntou-se a solidariedade da população que se concretizou numa manifestação pública em frente ao edifício do Teatro Micaelense, e, nesta petição que hoje apreciamos neste Parlamento.

Poucos dias depois da manifestação em defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores, a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, questionada pelos jornalistas, a Sra. Secretária, aliás, falou pela primeira vez na apresentação de propostas concretas para um possível aumento salarial, a atualização salarial viria finalmente a concretizar-se no mês de março de 2023, com a

equiparação dos salários dos trabalhadores do Teatro Micaelense aos salários da função pública.

No entanto, ficou por concretizar a contabilização do tempo de serviço e a respetiva progressão na carreira.

Na análise em Comissão, a Sra. Presidente do Conselho de Administração do Teatro Micaelense, referiu que isso seria concretizado numa segunda fase, mas esta petição vai muito para além da defesa das justas reivindicações dos trabalhadores do Teatro Micaelense, as peticionárias e os peticionários demonstram preocupação com o sucessivo subfinanciamento do Teatro Micaelense, isto porque ao longo dos últimos anos, as verbas do Orçamento da Região para o Teatro Micaelense têm sido inferiores ao valor das despesas correntes e da programação.

Este subfinanciamento torna-se ainda mais grave, e, a petição também alerta para esse mesmo facto, perante a necessidade urgente de obras de manutenção e reabilitação do Teatro Micaelense, que tendo problemas de térmitas e infiltrações que são urgentes atender.

A desvalorização do Teatro Micaelense pelo Governo da coligação segue a mesma linha de desvalorização do setor da Cultura a que temos assistido.

Saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras do Teatro Micaelense, que trouxeram a público a luta pelos seus direitos e a todos os cidadãos e cidadãs que manifestaram apoio público e assinaram essa mesma petição, contribuindo para que se concretizasse a atualização

salarial dos trabalhadores, pondo fim a uma injustiça que se arrastava há muitos anos.

Agora é preciso continuar a dar voz à defesa do Teatro Micaelense e da Cultura de uma forma geral, para que seja possível concretizar os objetivos plenamente desta mesma petição. E o Bloco de Esquerda tem propostas sobre esta matéria e irá trazê-las a este Plenário ao longo da legislatura, disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda os 789 peticionários, nomeadamente a primeira subscritora Maria Helena Martins do Carmo, que no exercício de cidadania e participação cívica materializam a presente petição em defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores, ao abrigo dos artigos 191.º e 192.º do Regimento desta Assembleia.

O Teatro Micaelense é por todos reconhecido como um dos principais centros de expressão Cultural e artística nos Açores.

O Teatro Micaelense oferece uma variedade de eventos e atividades acessíveis ao público, desde espetáculos de elevada qualidade até programas educacionais e workshops, congressos, palestras, entre outros. Defender este espaço significa garantir que pessoas de todas

as origens tenham acesso à Cultura e às artes, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e enriquecedora.

O Partido Socialista compreende e é naturalmente solidário com as intenções presentes nesta petição, assim como reconhece a importância de assegurar a manutenção e reabilitação do Edifício Cultural da Região.

No que concerne à situação dos trabalhadores do Teatro Micaelense e tal como relatado em sede de Comissão, a mesma estava diagnosticada, sabíamos da sua existência e tínhamos tudo preparado para a resolver. Efetivamente, ela só começou a resolver-se em março de 2023, tal como é explicitado pela primeira peticionária na audição a propósito desta petição, quando diz que “recentemente, com a última atualização em março passado, foi apresentada uma proposta salarial que segue a tabela salarial da função pública, portanto, esta é uma questão concretizada”, fim de citação, chegados aqui, esta é uma questão sanada e pela qual também nos congratulamos.

Mas esta petição alerta para outro assunto que, quanto a nós, é também de importância fundamental, é urgente fazer uma ampla requalificação do Teatro Micaelense, que é uma casa com 73 anos assinalados no passado dia 31 de março, foi amplamente renovada e que reabriu ao público no ano de 2004.

O Teatro Micaelense é a maior e a melhor sala de espetáculos dos Açores, mas também a maior sala de congressos e eventos, mais bem preparada para receber eventos Culturais de grandes dimensões.

Os Srs., ao longo da legislatura anterior e já nesta insistem no discurso da pesada herança, da pesada herança que trouxe-vos um enorme investimento em equipamentos Culturais na Região Autónoma dos Açores, equipamentos estes que obviamente passado tempo necessitam de ser cuidados, concertados e atualizados.

A Cultura seja no apoio aos agentes Culturais, como temos denunciado por diversas vezes ao longo dos quase últimos 4 anos, seja na manutenção e proteção do património edificado, tem sido deixada abandono e isso naturalmente que nos custa ver, ouvir e saber do que vai acontecendo nos Açores, basta atentar ao evidenciado entre os anos de 2021 e 2023, altura em que o Teatro Micaelense se confrontou com uma redução muito significativa no valor dos Contratos Programa, nos Governos do PS entre 2016 e 2020, os Contratos Programa passaram de 750 mil euros para 825 mil euros, já com início de funções do Governo liderado pelo PSD, CDS e PPM, o Teatro Micaelense viu esse valor reduzir para 500 mil euros em 2021, 650 mil em 2022 e 675 mil em 2023, anos em que os custos de funcionamento também aumentaram e, portanto, em contra ciclo houve uma redução dos Contratos Programa, uma desvalorização clara daquela que é uma referência Cultural na Região e para além dela.

Após a recuperação do Teatro Micaelense em 2004, tal como já disse, e passados, que são 20 anos, a necessidade de uma intervenção estrutural no edifício é natural, tal como acontece em qualquer

edificado, foi assim no passado, é assim no presente e continuará a sê-lo no futuro.

Reiteramos que, tal como feito em 2004, é necessário investir de forma estrutural no Teatro Micaelense, por forma a projetá-lo nas próximas décadas, tal como sucedeu durante estes 20 anos.

Por tudo isto importa agora acautelar o investimento necessário para a reabilitação do Teatro Micaelense, assim como o valor adequado do Contrato Programa para que a manutenção da qualidade programática e do funcionamento desta casa sejam garantidos.

No que a nós diz respeito, estamos perfeitamente conscientes e orgulhosos da herança que deixámos, mas não gostamos de ver degradar-se, tal como tem acontecido há já quase 4 anos, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os peticionários subscritores desta petição, na pessoa da Dra. Helena Carmo, primeira subscritora, e, na sua pessoa também, hoje, 21 trabalhadores do Teatro Micaelense, ainda que presentemente dois estejam em comissão de

serviço e, portanto, só efetivamente 19 estejam realmente a desenvolver um meritório trabalho naquela casa de espetáculos, mas também no Cine Teatro Miramar de Rabo de Peixe, que integra a mesma sociedade.

O Teatro Micaelense é a grande casa de espetáculos dos Açores, creio que será unânime reconhecê-lo, resulta da iniciativa privada micaelense que, à saída da II Guerra Mundial teve o arrojo de um empreendimento daquela dimensão, de uma sala de espetáculos com uma dimensão muito para além daquilo que era habitual nas nossas ilhas, com uma traça arquitetónica também muito peculiar, e ali, durante estes 70 e poucos anos, têm-se registado momentos altos de Cultura nos Açores.

Ali passaram artistas de gabarito internacional, o melhor do mundo artístico nacional, mas também do mundo artístico açoriano, para quem é uma honra pisar aquele palco, é efetivamente um polo difusor de Cultura, mas mais do que isso, também de difusão da Cultura, nomeadamente através de um serviço educativo que tem uma atividade muito meritória e que aproxima o Teatro Micaelense e, no fundo, o domínio das artes dos açorianos mais jovens.

Recentemente, depois da reabilitação que foi feita em 2004, o Teatro Micaelense ganhou uma valência com a sua vertente de centro de congressos, e, isso também tornou ainda mais importante aquela estrutura, mas seja também me permitido lembrar de uma coisa que muitas vezes é esquecida relativamente ao Teatro Micaelense, e, que

no curriculum dos eventos ali realizados, creio que também estaremos de acordo em sublinhar a circunstância de ali ter sido realizada a Sessão Solene do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades no ano de 1989, sob a Presidência do Dr. Mário Soares. Em suma, portanto, o Teatro Micaelense é um lugar de Cultura e de memórias.

Depois da aquisição feita pela Região no início dos anos 2000, já deste Séc. XXI, portanto, na sequência da crise das salas de cinema que era na altura praticamente a única atividade que era albergada pelo Teatro Micaelense, realizaram-se ali obras de remodelação que foram concluídas em 2004.

Chegados a 2022/2023 somos confrontados com um movimento que tem o seu epicentro no próprio Teatro Micaelense através dos seus funcionários, movimento ao qual se agregou um conjunto de cidadãos, mas também algumas personalidades com atividade muito visível na área da Cultura, defendendo uma atenção especial ao Teatro Micaelense e, naturalmente que nós comungamos e partilhamos essa preocupação e nos envolvemos também neste desígnio, que é, de efetivamente recuperar o Teatro Micaelense.

Ora, o Teatro Micaelense, apresenta problemas estruturais, que, contrariamente ao que diz a Sra. Deputada do Partido Socialista, não são de 2023, as infiltrações, a debilidade do telhado, a invasão progressiva das térmitas, não foi trazida pelo Governo do PSD, do CDS nem do PPM, como todos estaremos de acordo. E, portanto, os

próprios peticionários, foram muito claros, explícitos e diretos a dizer que, durante este período houve um abandono do Teatro Micaelense.

Deputada Délia Melo (PSD): Exatamente!

O Orador: Não só ao nível da manutenção das instalações, que na sua falta acaba por se transformar em degradação progressiva, mas também na desadequação e insuficiência dos equipamentos tecnológicos de apoio às atividades que ali se realizam, e, isso também não foi com a chegada do PSD, do CDS e do PPM à governação, que de um momento para o outro, a tecnologia evoluiu de tal forma que tornou obsoletos todos os equipamentos que ali existiam.

Mas mais, uma parte deste movimento tem a ver com os baixos salários dos trabalhadores que se mantinham praticamente inalterados desde 2008, portanto, não foi nos dois anos do Governo, nos primeiros dois anos do Governo da coligação que os trabalhadores deixaram de ter os seus salários desadequados, desatualizados, aliás, em valores muito miseráveis, miseráveis ainda mais considerando o profissionalismo e a dedicação daqueles trabalhadores do Teatro Micaelense.

Mas eu vou ler, Sr. Presidente, permita-me, o que é dito pelos peticionários durante a audição em sede de Comissão de Assuntos Sociais, em relação aos trabalhadores, é o nosso relatório, que foi aqui apresentado de forma sucinta, “a peticionária partilhou que nunca houve progressão na carreira e por diversas vezes apelaram junto da

Administração do Teatro Micaelense, da responsabilidade da governação socialista, para que houvesse uma atualização salarial, não havendo resposta, para além desta questão, havia a necessidade de contratar mais pessoal, mas esta reivindicação também nunca foi tida em conta, a mudança aconteceu recentemente com o Governo Regional da coligação, em que a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais foi ao Teatro Micaelense reunir com todos os seus trabalhadores, tendo referido que não havia verbas para a solução de todos os problemas, mas que ia procurar resolver os casos mais urgentes e que depois se prosseguiria com a resolução das questões, neste seguimento, em março de 2023, houve finalmente uma atualização salarial muito relevante para os funcionários do Teatro Micaelense, que foram equiparados à função pública.”

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi isso que nos foi dito em Comissão, aliás, bastará dizer que um técnico superior ganhava no Teatro Micaelense um salário bruto de 920 euros quando os Srs. deixaram o Governo, hoje está equiparado à função pública e recebe, ilíquido também, 1320 euros e 15 cêntimos, isso faz toda a diferença, além do mais, não existe precaridade no Teatro Micaelense, porque todos os funcionários estão integrados no Quadro.

Mas há aqui um outro dado muito importante é que o Partido Socialista fala numa diminuição das verbas destinadas ao Teatro Micaelense, é verdade, houve uma diminuição, mas vamos ver em

termos líquidos o que é que aconteceu, com a Administração do Teatro Micaelense da responsabilidade do Partido Socialista, era gasto anualmente com a Administração 151 mil euros, sabe quanto é que custa atualmente? Só um administrador é remunerado a tempo inteiro, custa só 50 mil euros, portanto, há efetivamente um ganho líquido de mais de 100 mil euros anualmente.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E além disso, vou terminar, Sr. Presidente, só para dizer que para o ano de 2024, para este ano, o orçamento que os Srs. chumbaram tinha 900 mil euros, já para atender a essas situações, portanto, Sr. Presidente, a defesa, a reabilitação, a reabilitação e dignificação do Teatro Micaelense é uma prioridade para o PSD, para o CDS e para o PPM, que assumem-na por convicção e que vão cumprir com rigor e eficiência, disse.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Quero agradecer a todos que se envolveram na petição para ajudar o Teatro Micaelense e os seus trabalhadores. Esta ação mostra o quanto os peticionários se importam com este lugar especial para Ponta Delgada, que é tão importante para a nossa Cultura em São Miguel e nos Açores.

Em relação à temática em causa é preciso lembrar que em 2023 a carreira dos funcionários do Teatro Micaelense foi reestruturada, terminando assim com um longo período de estagnação em termos de progressão e valorização.

Tenha-se ainda em conta que, em 2024, se procedeu à atualização dos seus vencimentos e à reestruturação da sua carreira.

Importa lembrar também que o Plano e Orçamento aqui chumbado pelo Partido Socialista, previa um aumento de 38,5% do orçamento do Teatro Micaelense em relação ao ano anterior, atingindo um valor de 900 mil euros. Um dos maiores e mais significativos incrementos orçamentais na história desta entidade.

É ainda importante realçar que o atual Governo Regional está empenhado em recuperar, do ponto de vista material, o edifício do Teatro Micaelense, que se encontra degradado em muitas áreas. Uma situação que resulta da negligência dos governos socialistas até 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos dar por apreciada esta petição.

Avançando para o ponto seguinte, **Petição n.º 52/XII – “Por uma sede condigna para o Clube Naval da Horta”**, apresentada por Eugénio Manuel Pereira Leal na qualidade de primeiro subscritor. O relatório foi elaborado pela Comissão de Economia. Tem a palavra o seu Relator, Sr. Deputado Paulo Silveira, para apresentação do relatório.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relatório sobre a Petição n.º 52/XII “Por uma sede condigna para o Clube Naval da Horta”

O direito de petição, previsto na Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A presente Petição reúne um total de 780 subscrições com correta identificação, tendo como primeiro subscritor Eugénio Manuel

Pereira Leal, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 18 de abril de 2023.

Por despacho do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a referida Petição foi remetida à Comissão Permanente de Economia, por se tratar de matéria da sua competência.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Petição em apreço reuniu os requisitos formais de admissibilidade, pelo que a Comissão de Economia deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 2 de maio de 2023, e ouvir o primeiro subscritor Eugénio Manuel Pereira Leal, um membro do Governo Regional com competência na matéria, e a Direção do Clube Naval da Horta.

Neste âmbito, as audições do primeiro peticionário, o cidadão, Eugénio Manuel Pereira Leal, da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, e a Direção do Clube Naval da Horta, decorreram no dia 23 de maio de 2023.

De acordo com a exposição dos Peticionários, a presente petição pretende solicitar a intervenção urgente do Governo Regional dos Açores, na qualidade de proprietário da sede do Clube Naval da Horta, nomeadamente através da realização da empreitada de reabilitação e ampliação do atual edifício, conforme projeto já elaborado para o efeito e que possa ultrapassar os constrangimentos que tem vindo a condicionar a atividade de tão importante instituição dos açores.

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 52/XII – “Por uma sede condigna para o Clube Naval da Horta”, a Comissão de Economia aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A presente petição foi subscrita por 794 cidadãos, dos quais 780 com correta identificação,
2. O Clube Naval da Horta foi fundado em 1947 e no ano seguinte instala-se na sede provisória, o Castelo de Santa Cruz, que teve de abandonar em 1968;
3. Em 1973 instala-se na Casa dos Remadores das Alfândega;
4. Em 1989 ocupa as instalações de apoio à Marina da Horta, propriedade do Governo Regional;
5. Ao longo dos anos, o Clube Naval da Horta desenvolveu uma forte atividade de carácter recreativa, cultural e desportiva;
6. A sua capacidade organizativa vai muito para além da Semana do Mar, da qual é o impulsionador principal;
7. Para além da capacidade organizativa de provas locais e regionais, onde se incluí o desporto adaptado, o Clube Naval da Horta, desde há muito, tem-se destacado a nível nacional e internacional com provas dadas em diversas organizações que ultrapassam as “fronteiras” dos Açores;
8. A par dessa intensa atividade, o Clube Naval da Horta ocupa, neste momento, um lugar de destaque na promoção e desenvolvimento desportivo da Região, nomeadamente na náutica de recreio, com

provas dadas, como testemunham os resultados obtidos a nível regional, nacional e mesmo internacional, para além da promoção e desenvolvimento do turismo;

9. Neste momento, segundo os peticionários, as instalações estão esgotadas e os problemas estruturais, sinalizados após o sismo de 1998, põe em risco os seus utilizadores;

10. O Governo Regional, proprietário da infraestrutura, reconhece os problemas e afirma que a Portos dos Açores, no passado, lhe enviou um projeto para a reabilitação do edifício, orçado em cerca de 1 milhão de euros, que não foi viabilizado;

11. Perante o impasse, o Clube Naval da Horta e por ter falta de condições para desenvolver a sua atividade, solicitou a cedência temporária da antiga gare marítima, pedido que foi negado pela Portos dos Açores;

12. No orçamento de 2023 estão alocados 100 mil euros para a melhoria das condições sanitárias, a revisão do sistema de água residuais, revisão e fecho das calhas, revisão do envidraçado, revisão geral da rede elétrica, entre outras.

13. A presente Petição, admitida em reunião da Comissão Permanente de Economia de 2 de maio de 2023, deverá ser apreciada em reunião plenária da Assembleia, nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 192.º do Regimento.

14. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao peticionário, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o relatório da petição. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado João Castro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Castro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo esta intervenção saudando a participação dos cidadãos pelo exercício dos direitos de cidadania, com uma saudação particular ao Clube Naval da Horta, bem como aos 780 subscritores desta petição, datada de abril de 2023, que nos trazem à reflexão a importância e a pertinência da concretização de uma sede condigna para o Clube Naval da Horta.

O PS comunga das preocupações manifestadas, onde os subscritores solicitam a intervenção urgente do Governo Regional dos Açores na qualidade de proprietário da sede do Clube Naval da Horta, nomeadamente através da realização da empreitada de reabilitação e ampliação do atual edifício, que possa ultrapassar os constrangimentos que têm vindo a condicionar a atividade de tão importante instituição dos Açores.

A propósito desta petição, foram ouvidos o primeiro subscritor, Dr. Eugénio Leal, que saúdo, o Presidente do Clube Naval da Horta e a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Facilmente se verifica que estamos na presença de um processo que se arrasta há demasiado tempo, constatando-se a incapacidade de operacionalizar a solução que se exige.

Foi alvo de inscrição em sede de Plano e Orçamento Regional, visando a sua efetivação, como se constata em 2019 e em 2020.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): O que é que fez o Governo anterior?!

O Orador: Em 2021, a referência à reabilitação da sede do Clube Naval da Horta simplesmente deixa de existir no Plano e Orçamento Regional, reaparecendo em 2022, na ação 10.8.4, porto, marina e baía da Horta apoio aos investimentos a realizar no porto e na marina.

Contudo, em 2023, este objetivo volta a ficar ausente de qualquer referência na programação anual do Governo.

Conscientes da gravidade da situação, o Partido Social Democrata, na ilha do Faial, torna público em meados de 2023, que passo a citar, “em breve irão avançar as obras na sede do Clube Naval da Horta, no valor de 100 mil euros, tal como consta do Orçamento da Portos dos Açores SA.

Contudo, mais uma vez, o Orçamento da Portos dos Açores para 2024 e 2025 não contempla esse valor, a única referência extraída da grelha constante dos planos de atividades e orçamentos das empresas do

setor público empresarial regional enviado pelo Governo Regional a esta Assembleia no mesmo mês de abril, refere a previsão de um valor de 139, repito, 139 euros para a reabilitação da sede do Clube Naval da Horta.

E pasme-se, um valor de 50 euros para a construção do pavilhão de apoio à escola de vela e atividades náuticas do Clube Naval da Horta, verba essa que em 2025 será reforçada para um valor de 250 euros, repito de 250 euros em 2025.

Ou seja, nada aconteceu, nada acontece e pelos documentos disponíveis até o momento nada acontecerá.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Desde 98, certo?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, o Clube Naval da Horta foi fundado a 26 de setembro de 1947, é uma instituição com quase 77 anos de existência, ocupa as instalações de apoio à Marina da Horta desde 1989, é parceiro de inúmeros eventos que marcaram e marcam a vida social e económica da nossa Região, como o Festival Náutico da Semana do Mar, tendo estado mesmo na sua origem, para além da participação que mantém anualmente, a inúmeras regatas e ralis náuticos de âmbito regional, nacional e internacional, para os quais contribuiu e contribui de forma exemplar, na recuperação e preservação do património baleeiro, mantém em atividade regular mais de 400 atletas em mais de 11 secções náuticas, com atividade em diferentes modalidades desportivas, enquanto referência no

desporto náutico nos Açores e no país, assume-se como organização incontornável do turismo náutico nos Açores, amplamente reconhecida dentro e fora da nossa Região.

É neste contexto que o Partido Socialista se associa à presente petição, lamentando não ter conseguido concretizar o projeto que tinha delineado no âmbito do projeto de reordenamento do Porto da Horta, que o Governo que lhe sucedeu anunciou que iria manter o reordenamento do Porto na sua componente terrestre, mas esqueceu o Clube Naval da Horta. Sublinhando, como é referido, solicitar a intervenção urgente do Governo Regional dos Açores, na qualidade de proprietário da sede do Clube Naval da Horta, nomeadamente através da empreitada de reabilitação do atual edifício, nos termos do projeto prometido para o final de 2023 e que ainda ninguém conhece e que possa ultrapassar os constrangimentos que têm vindo a condicionar a atividade de tão importante instituição nos Açores, disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sra. Deputada Salomé Matos faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD começo por saudar todos os peticionários, pela apresentação desta iniciativa cívica na pessoa do primeiro signatário, o Dr. Eugénio Pereira Leal, que muito nos honra hoje aqui também com a sua presença, lembrando que iniciativas como esta são um importante contributo para uma sociedade dinâmica, ativa e mais próxima dos representantes eleitos.

O Clube Naval da Horta foi fundado a 26 de setembro de 1947 com a finalidade de estimular na comunidade faialense da época o gosto pela prática dos desportos náuticos de recreio e competição.

Ao longo das últimas sete décadas o Clube Naval da Horta desenvolveu uma forte atividade de carácter desportivo, mas também cultural e recreativo, com provas dadas da sua capacidade de adaptação e transformação, evoluindo às necessidades e ambições dos seus associados e atletas, promovendo um vasto leque de desportos náuticos, levando o nome dos Açores e do Faial e dos Açores além-fronteiras.

Apresenta-se ainda como uma porta aberta à comunidade jovem e curiosa por experimentar os desportos náuticos, característica frequente e natural daqueles que nasceram e cresceram virados para o mar.

Responsável pela organização de inúmeras provas e festejos náuticos e pela receção de tantos outros, importa salientar que:

O Clube Naval da Horta foi responsável por dar o mote para a realização anual de um festejo náutico, sobejamente conhecido como a Semana do Mar.

O Clube Naval da Horta é responsável pela organização anual da Regata Atlantis Cup – Regata da Autonomia. Uma regata de vela de cruzeiro que une no mar açoriano, dezenas de embarcações e os seus velejadores, sob o alto patrocínio da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A qualidade deste clube é também evidenciada pela digna participação dos seus atletas e associados em incontáveis eventos náuticos por toda a Região, país e estrangeiro, acumulando um conjunto de cobiçáveis classificações que muito orgulham os faialenses.

Em abril de 2023, os signatários da petição em apreço, apelaram à intervenção urgente do Governo Regional dos Açores, na qualidade de proprietário da sede do Clube Naval da Horta, para reabilitar e ampliar o atual edifício.

Importa lembrar que o Clube Naval da Horta, no início da sua existência, em 1948, instalou-se no Castelo de Santa Cruz, provisoriamente, instalações que teve de abandonar em 1968.

Em 1973, instalou-se na Casa dos Remadores da Alfândega, tendo depois ocupado as Instalações de Apoio à Marina da Horta em 1989,

após protocolo celebrado com a então Junta Autónoma do Porto da Horta e a Direção do Clube Naval da Horta, espaço que ocupa até aos dias de hoje e que esteve na génese desta petição.

À data, era um espaço dotada de excelentes condições, no entanto, após o sismo de 1998, surgiram os primeiros problemas estruturais e de facto desde então até 2020 nada aconteceu.

14 anos depois, em 2012, a Portos dos Açores avançou com um projeto para reabilitação para a Sede do Clube Naval da Horta, numa empreitada que superava um milhão de euros e que acabou por não avançar.

Em 2017, foi reforçada a necessidade de uma intervenção no edifício, depois de uma avaliação realizada pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil, tendo sido inscrita uma verba de 250 mil euros para esse fim no Plano e Orçamento Regional Anual de 2019. Não houve qualquer execução em 2019, voltou a ser inscrita no Plano e Orçamento Regional Anual para 2020 e por mais uma vez voltou a não ser executada e a empreitada não se realizou.

As exíguas e pontuais intervenções de manutenção do edifício nos últimos trinta anos permitiram a atual degradação exterior, bem como interior do imóvel, não possibilitando um usufruto digno nos dias de hoje dos seus atletas e associados.

Face ao avançado estado de degradação e necessidade urgente de obras, a Direção do CNH entendeu que era prioritário avançar com as obras de beneficiação do edifício e com o aumento do espaço de

armazenamento fundamental para a atividade do Clube pelo que em 2023.

A empresa Portos dos Açores inscreveu no seu Orçamento uma verba de 100 mil euros para fazer face às intervenções mais urgentes, mas tal não aconteceu face à indisponibilidade de mão-de-obra em corresponder à empreitada.

É inolvidável a grande notoriedade regional, nacional e internacional do Clube Naval da Horta, sendo o clube com mais sócios dos Açores e com mais de 400 praticantes de desportos náuticos.

Os faialenses em particular, os açorianos em geral e o Governo Regional dos Açores reconhecem a importante função que o Clube Naval da Horta tem na projeção da ilha do Faial no mundo enquanto cidade mar, e por consequência da Região.

Muitas vezes com recursos limitados, não se confinando apenas na prática desportiva, nem se quedando nos desafios com que se depara, o Clube Naval da Horta tem estimulado o gosto pela prática dos desportos náuticos de recreio e de competição, de uma forma inclusiva e responsável. Tem desempenhado um papel preponderante no apoio ao iatismo internacional, não só num quadro náutico competitivo, mas também na promoção turística.

Assim, importa, procurar soluções e estabelecer sinergias, conferindo ao Clube Naval da Horta um papel de líder e assim garantir condições que potenciem o crescimento do Clube Naval da Horta em benefício de todos os seus utilizadores. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu Não gosto de falar em assuntos que não domino, mas estive atenta aqui ao historial do Clube Naval e vejo que desde 1989 com o sismo, 2012 com o primeiro projeto de estudo da estrutura do edifício, tem-se detetado problemas, mas nunca surge a solução, e, aqui eu acho que tem que se tomar é uma decisão de gestão.

Primeiro cenário: O Governo diz face aos recursos que eu tenho, que não são ilimitados, o Clube Naval, a sede não é prioridade, eu não tenho recursos que cheguem, e, diz o Clube Naval tenham paciência, vocês assegurem a vossa atividade e procurem soluções.

Cenário B: É impensável, o Clube Naval e a atividade naval criativa na Horta representa os Açores, representa todos nós, para nós é impensável a Horta não ter este clube a funcionar em pleno, então se assumimos isso, temos que alocar recursos, temos que encontrar uma solução. É um investimento direto, é dar o edifício que atualmente é cedido pela Portos ao Clube Naval e dar uma caução, um aval num empréstimo a médio longo prazo para fazer as obras, é procurar uma

solução, mas ser coerente com essa decisão, este impasse que não é nada dá uma imagem dos Açores de incapacidade de solução a quem nos visita, a quem participa, e isto torna-se triste.

Agradecemos aos peticionários que são um alerta para esta falta de decisão. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Agradeço a todos os que tomaram a iniciativa de manifestar o seu apoio ao Clube Naval da Horta através desta petição.

Este gesto mostra uma importante participação cívica e um grande apreço pelo valor cultural, desportivo e social que este clube representa para o Faial e para os Açores em geral.

Desde a sua fundação em 1947, o Clube Naval da Horta tem sido um polo de atividades náuticas, educacionais e culturais, reconhecido mundialmente.

Contudo a sua sede atual encontra-se num estado que requer urgente atenção. Desde há muito que o seu edifício se encontra numa situação de grande degradação, mas agora importa resolver o problema e olhar para o futuro.

Enfrentamos o desafio de assegurar que este Clube Naval continue a ser um lugar de encontros e aprendizagem para todos.

A petição entregue pede-nos uma intervenção imediata para reabilitar e aumentar a sua sede, uma medida fundamental para preservar a herança e assegurar o futuro do Clube Naval.

Este apelo ao Governo Regional dos Açores irá certamente dar início ao esforço que é necessário fazer, para preservar instituições como esta, que são pilares da nossa identidade cultural e desportiva.

É uma oportunidade para reafirmar o nosso compromisso com o bem-estar da nossa comunidade e com o desenvolvimento sustentável das nossas tradições náuticas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo por saudar os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, Dr. Eugénio Manuel Pereira Leal, pelo seu ato cívico e de reivindicação, trazendo este importante assunto a esta Casa.

O Clube Naval da Horta foi, como é sabido, fundado em 1947, tendo-se instalado a sua sede provisória no Castelo de Santa Cruz e tendo sido transferidas as suas instalações em 1989 para as instalações de apoio à Marina da Horta, propriedade do Governo Regional dos Açores.

Ao longo dos anos, o Clube Naval da Horta, como é por demais conhecido, tem tido um papel fundamental no desenvolvimento de atividades de caráter recreativo, de carácter cultural e de caráter desportivo no Faial.

Como principal impulsionador da Semana do Mar, como entidade organizadora de provas locais e regionais, onde se inclui o desporto adaptado, e, se tem destacado a nível nacional e internacional em diversas organizações fora da Região.

Tem-se destacado também no desenvolvimento desportivo da Região, nomeadamente na náutica de recreio, para além da promoção e do desenvolvimento do turismo.

Embora tenha toda esta importância, as instalações atuais do Clube Naval da Horta apresentam graves problemas estruturais já há muito sinalizados, sendo exíguas, desadequadas e necessitando de reabilitação urgente, até mesmo para melhorar as condições de segurança para os seus utilizadores.

Apesar da existência de projetos que datam de há vários anos, a reabilitação do edifício, propriedade da Região, nunca avançou.

Já aqui referidos, os Planos Anuais de 2019 e 20 tiveram uma verba inscrita para a sua reabilitação, sem execução, e, em Comissão, o Governo Regional dos Açores referiu, na análise já desta petição, que a Portos dos Açores teria inscrito no seu orçamento uma verba de 100 mil euros para um projeto que esperava estar concluído até o segundo trimestre de 2023, e, esta verba serviria para a melhoria de condições sanitárias, da revisão de sistemas de águas residuais, fecho de calhas, entre outras intervenções, mas tanto quanto sabemos, nada foi feito. Ora é fundamental que se passe das palavras aos atos e é fundamental que se avance efetivamente com estas obras de reabilitação, de beneficiação das instalações do Clube Naval da Horta, que são, refiro novamente, propriedade da Região Autónoma dos Açores e, assim como encontrar soluções adequadas para o armazenamento para garantir no imediato melhores condições de funcionamento do Clube Naval da Horta.

É preciso, como já disse, que se passe das palavras aos atos, das promessas à concretização e é por isso que o Bloco de Esquerda apoia firmemente as reivindicações dos peticionários. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Primeiro começo por saudar os peticionários, nomeadamente o primeiro peticionário, o Sr. Eugénio Manuel Pereira Leal, pois estas iniciativas são sempre importantes naquilo que é a proximidade entre os eleitores e eleitos, e, que neste caso, em particular, traz-nos aqui preocupações quanto a uma sede condigna para o Clube Naval da Horta.

Este Clube celebrou recentemente os seus 75 anos de existência, como é óbvio reconhecido por todos, a importância que este Clube Naval tem para a ilha do Faial e para a Região, quer pela atividade náutica que desenvolve, quer também pela pelo turismo náutico, pela importância que tem no âmbito deste turismo náutico, e, por isso, a importância que este assume na nossa Região, uma importância que não surgiu há 3 anos, mas uma importância que desde sempre esta instituição tem para a nossa Região. É reconhecido por todos aquele que é o trabalho desenvolvido, aquele que é o trabalho desenvolvido também em termos desportivos, em termos culturais, de tudo aquilo que é feito, quer a nível regional, a participação a nível nacional a nível internacional, e, toda esta relevância é reconhecida como é natural.

Efetivamente, o edifício, atualmente não satisfaz aquilo que são as necessidades e toda a dinâmica desportiva que este clube desenvolve, sem dúvida, que encontra-se em mau estado de degradação e que são necessárias, criadas as condições para que esta situação seja ultrapassada.

O que não podemos, e, depois da que foi a intervenção do Partido Socialista, é aceitar a posição que este Governo Regional não tivesse interesse em resolver esta situação ou em ultrapassar toda esta situação, quando foi dito até no âmbito do trabalho de Comissão que efetivamente os problemas estruturais sinalizados após o sismo de 98, que punha em risco os seus utilizadores, ou seja, após o sismo de 98, e, estamos agora em 2024 a falar desta situação que não foi resolvida...

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado

A Oradora: ... e por isso não podemos aceitar uma posição do Partido Socialista, como que agora este recente Governo é que não tem interesse em resolver a situação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E, por isso, à semelhança até do que foi a petição anterior, do Teatro Micaelense, que não sofre uma intervenção desde a sua inauguração, com 20 anos de existência, estamos agora a falar do Clube Naval da Horta, em que foram identificadas e sinalizadas as suas necessidades em 98 e hoje, em 2024, estamos a discutir exatamente o que não foi feito até agora, e, por isso, a verdade é que se este espírito reivindicativo que agora vemos no Partido Socialista

tivesse existido sempre, se calhar hoje até tínhamos menos petições nesta Assembleia relativamente a tantos problemas estruturais dos nossos edifícios.

Deputado Paulo Gomes (PDS): Muito bem!

A Oradora: Entretanto, perante esta situação, interessa que a mesma seja ultrapassada, é verdade que entendemos que uma instituição como o Clube Naval, e, apesar do edifício ser do Governo Regional, e, tem de existir sinergias entre as diversas entidades, entre o próprio Clube Naval, que deve liderar todo este processo, quer com o Governo Regional, mas também até pela própria Câmara Municipal da Horta, que considero que deve ter todo o interesse em que estas condições sejam criadas e por isso, acho que passa todo este processo por serem criadas estas sinergias nas diversas instituições, para que condições condignas em relação a esta importante instituição que é o Clube Naval da Horta sejam criadas.

Parece-nos que é esse o caminho, para além das diversas questões em reabilitar e, claro, que isso tem que ser avaliado pelo próprio Clube Naval da Horta, reabilitar o atual edifício, que tem uma localização privilegiada para aquilo que é a prática náutica, quer por criar novas condições ou condições mais amplas numa localização que eventualmente não poderá ser junto ao edifício existente, por uma questão de espaço, como é óbvio, e, acho que deve o Clube Naval, ao contrário até do que diz o Sr. Deputado João Castro, eu considero que

não é o Governo que tem que decidir isso, quem tem que decidir isso é o próprio Clube Naval...

Deputado João Castro (PS): O edifício é do Governo, Sra. Deputada! Escusa de dizer o meu nome! Deixe-se de tolices!

A Oradora: ... daquilo que são os interesses, pode ser do Governo, sim, exatamente, mas o Clube Naval tem que dizer o que é que quer, é isso que eu estou a dizer.

Acho que não seria correto ser o Governo Regional a dizer, a gente vai fazer isto e é isto que vai ser feito, quer os Srs. gostem, quer os Srs. não gostem, portanto, o que eu acho que deve ser feito é, devem ser criadas sinergias, acho que o Clube Naval, que é o principal interessado e que conhece esta realidade, deve liderar todo o processo daquilo que são as necessidades e não é o Governo Regional que agora diz, é isto ou é isto ou não é nada, como já muitas vezes aconteceu no passado e tem que ser o Clube Naval que diga o que é são as suas necessidades.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): A senhora não sabe o que é que está dizendo!

A Oradora: Ó Sr. Deputado Lúcio, o Sr. é que sabe, tivesse o Sr. falado, peço desculpa, o Sr. é que sabe tudo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, por isso acho que, esta é uma necessidade efetivamente que está identificada, que é necessário uma posição e que esta seja clara até como disse também a Sra. Deputada do CHEGA, tomada do próprio Governo Regional que tenho a certeza que é de todo o interesse do próprio Governo Regional, em que existe uma sede condigna para o Clube Naval, porque o próprio Governo Regional e até já foi dito publicamente daquilo que entende a importância do próprio Clube Naval e por isso é esse o caminho agora.

Agora, continuo a dizer, e, por mais que isso incomode o Partido Socialista, o Clube Naval deve liderar este processo de identificar o que são as suas necessidades, que intervenção deve ser tomada para colmatar as suas necessidades atuais e não pode ser um mero espectador a todo o processo, é isso que é o nosso entendimento, é isso que consideramos que deve ser o caminho e o que esperamos e o que apelamos ao Governo Regional, e, estando a acompanhar aquilo que são as preocupações do próprio peticionário, porque acredito que para os cidadãos da cidade do Faial e nomeadamente todas as pessoas envolvidas na atividade náutica, efetivamente a situação em que se chegou àquele Clube Naval é degradante para a importância que este clube tem para a cidade da Horta, para a ilha de Faial e para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo consideramos apreciada esta petição. Vamos fazer um intervalo regressamos às 17h50.

Eram 17 horas e 28 minutos.

Eram 17 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 5 da nossa agenda - **Petição n.º 53/XII – “Para Consulta Pública do projeto da 2.ª fase da Variante à cidade da Horta”**, apresentada por António Alexandre da Costa Amaral na qualidade de primeiro subscritor.

Esta petição foi analisada na Comissão de Política Geral, por isso tem a palavra a Sra. Relatora, Deputada Isabel Teixeira, para apresentação do relatório faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relatório sobre a Petição n.º 53/XII – “Para Consulta Pública do projeto da 2.ª fase da Variante à cidade da Horta”.

O direito de petição previsto na Constituição da República Portuguesa é exercido nos termos do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A presente petição reúne 322 assinaturas, das quais apenas 306 apresentam correta identificação, tendo como primeiro subscritor António Alexandre da Costa Amaral, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 10 de maio de 2023. Por despacho do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão Permanente de Política Geral, por se tratar de matéria da competência desta, equipamentos, conforme determina o art.º 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, n.º 1/2021/A de 6 de janeiro, alterada pela resolução n.º 49/2021/A de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A de 25 de outubro.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a petição em apreço reuniu os requisitos formais de admissibilidade, pelo que a Comissão de Política Geral deliberou admiti-la por unanimidade em reunião ocorrida a 17 de maio de 2023.

Os subscritores da presente petição vêm através deste instrumento de participação política democrática, apelar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores por uma maior transparência e capacidade de diálogo no âmbito do processo da 2ª fase da Variante à cidade da Horta.

Afirmam os peticionários que, “as signatárias e os signatários não põe em causa a necessidade de construir uma alternativa viária à Avenida Marginal, porém, consideram que este projeto tudo tem a ganhar com uma compreensão pública aprofundada do mesmo, aliada a uma participação transversal por parte de todo o tipo de utilizadores e afetados, incluindo a comunidade de proprietários dos terrenos por onde passará a estrada, de proprietários dos terrenos contíguos, demais habitantes dos bairros a montante e a jusante da mesma, toda a comunidade escolar da Escola Secundária Manuel de Arriaga e técnicos locais da área da construção.

Consideramos que a apresentação pública, que aconteceu no dia 2 de agosto de 2021, por ter sido um acontecimento pontual pouco divulgado à data, e, em período em que grande parte da população se encontra de férias, não consistiu num momento de reflexão conjunta, informada e detalhada sobre o projeto em si.

Consideramos ainda que o projeto final em todo o seu detalhe, apenas ficou pronto após essa data, pelo que importaria que esta versão fosse apresentada e submetida a escrutínio público.

Fosse este um projeto inócuo sem impactos na mobilidade e na segurança das comunidades e provavelmente não se justificaria mais um atraso na obra há tanto esperada pelos habitantes da ilha, no entanto, uma análise ao projeto que foi posto a concurso público levanta preocupações que exigimos serem discutidas e reavaliadas de forma pública.

Algumas dessas questões são a altura dos taludes em certos troços da estrada, o perfil da estrada, o número de faixas de rodagem, a escala do empreendimento, a localização e sobre dimensão das rotundas.

Estas características afetam a qualidade de vida urbana, pois implicam com a vida comunitária do bairro, obrigando a grandes desvios para quem circula a pé ou de bicicleta, permitem a utilização da estrada em velocidades altas, contribuindo para a insegurança rodoviária.

Temos ainda anseios no que respeita à forma como decorre o diálogo com os proprietários e habitantes dos terrenos onde irá passar a estrada e dos terrenos adjacentes à mesma.

O processo de expropriação não tem sido acompanhado de um esforço por parte do Governo Regional em informar e manter o diálogo com os lesados, deixando estas pessoas na dúvida sobre o seu futuro.

Por fim, e analisando a descrição do investimento RE-C07-i05-RAA do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), onde se insere esta empreitada, constatamos o seguinte compromisso por parte do Governo Regional: “podemos ainda assegurar que todos os projetos serão objeto de Estudo de Impacte Ambiental (EIA), sendo garantido que não introduzem prejuízos significativos, e que serão implementadas todas as medidas de mitigação propostas, o que virá a ser demonstrado numa fase posterior”. Tal procedimento (o EIA)

implica forçosamente uma fase de consulta pública, pelo que iria ao encontro daquilo que propomos com este abaixo-assinado.

Face ao exposto, somos a apelar à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a apreciação desta petição e do que a motiva, de modo que se possa discutir publicamente este assunto, no interesse de todos os faialenses”, fim de citação.

Na reunião da Comissão ocorrida a 17 de maio de 2023, esta deliberou ouvir presencialmente ou com recurso a meios telemáticos o primeiro peticionário, a Câmara Municipal da Horta e o membro do Governo com competência na matéria, bem como pedir parecer à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Manuel de Arriaga, ao Conselho Executivo da Escola Secundária Manuel de Arriaga, à Associação de Turismo Sustentável do Faial e ao Conselho de ilha do Faial.

As audições ao primeiro subscritor e ao Presidente da Câmara Municipal da Horta foram efetuadas a 19 de junho de 2023, a audição à Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas foi efetuada a 28 de junho de 2023, deram entrada nos serviços desta Assembleia Legislativa os seguintes pareceres: a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Manuel de Arriaga, a Associação de Turismo Sustentável do Faial e Conselho de Ilha do Faial.

No âmbito da apreciação da Petição n.º 53/XII – “Para Consulta Pública do projeto da 2.ª fase da Variante à cidade da Horta”, a

Comissão de Política Geral aprovou por unanimidade as seguintes conclusões:

1. A petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa.
2. As pretensões espelhadas na petição em apreço surgem na sequência do processo do projeto de construção da 2.ª fase da Variante à cidade da Horta.
3. As entidades ouvidas em Comissão, consideram este projeto estruturante para a ilha do Faial e para o seu desenvolvimento e que devem ser cumpridos os prazos estipulados pelo Plano de Recuperação e Resiliência.
4. Os peticionários garantiram que não houve qualquer diálogo com a população, em especial os moradores daquela zona urbana, que demonstram um total desconhecimento da sua localização, dimensão e impacto.
5. Os peticionários deixaram contributos para uma solução mais integrada e envolvida na malha urbana e sem afetar visualmente a cidade da Horta.
6. A Câmara Municipal da Horta defendeu que a variante à cidade da Horta irá servir de via privilegiada de acesso ao aeroporto, interligar com o projeto de requalificação da frente mar, ordenar e retirar

trânsito do centro da cidade da Horta e ainda criar um acesso rápido e seguro no socorro às populações do lado norte da ilha do Faial.

7. A autarquia defendeu a necessidade de a obra arrancar o mais breve possível por ser uma obra integrada no Plano de Recuperação e Resiliência, com prazos exigentes e rigorosos.

8. A Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas introduziu alterações ao projeto inicial para criar um conceito mais urbano, contemporâneo e adequado às necessidades dos faialenses, desde logo com um aumento da sua extensão, a construção de uma ciclovia, de passagens desniveladas e aumento para 3 vias de circulação, arborização e iluminação pública.

9. A Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade, Infraestruturas esclareceu todas as dúvidas e as questões que foram surgindo ao longo de todo o processo, dando o exemplo da reunião que decorreu com a Assembleia da Escola Secundária Manuel de Arriaga.

10. O Governo Regional dos Açores esclareceu que irá proceder com a requalificação da 1.ª fase da Variante à cidade da Horta, desde logo com a construção de uma ciclovia e iluminação pública, uma vez que esta construção com 13 anos não contempla estas características.

11. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, à Câmara Municipal da Horta, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

De modo genérico, os Deputados que integram a presente Comissão revelaram-se esclarecidos quanto à pretensão plasmada na presente petição, reconhecendo a sua pertinência.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Salomé Matos. tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD Açores, cumprimento todos os subscritores desta petição na pessoa do Sr. António Alexandre da Costa Amaral.

O exercício do direito à apresentação desta iniciativa cívica é desde logo garantido pela legislação em vigor enquanto instrumento para a defesa de direitos, da Constituição, da lei ou do interesse geral promovendo o devido esclarecimento sobre os temas expostos.

A petição, entregue em maio de 2023 e cujo relatório aqui hoje apreciamos, exigia nova discussão e reavaliação pública do projeto já colocado a concurso público, e ainda que os seus peticionários tenham afirmado não colocar em causa a necessidade de construção de uma alternativa viária, tinham a expectativa de desencadear uma profunda revisão ao atual projeto, em função das críticas apontadas ao mesmo, suspendendo e atrasando ou até mesmo inviabilizando a concretização da 2º fase da variante à cidade da Horta.

A apresentação pública do projeto em causa ocorreu no dia 2 de agosto de 2021, sendo na altura submetida a escrutínio público, tendo ao longo de boa parte do processo, quer o primeiro peticionário quer outros cidadãos e/ou entidades tido a oportunidade de manter diversas reuniões, nomeadamente com a Câmara Municipal da Horta e com a delegação da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas na ilha do Faial com o objetivo de verem esclarecidas questões e dúvidas.

Não obstante o valor meritório das sugestões e contributos no sentido de melhorar o projeto apresentado, o fato é que se trata de um investimento financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, que obedece a uma calendarização muito rigorosa, tendo de estar concluído em 2026 o que não permitiu excessivas contemporizações, ainda assim foram acolhidos todos os contributos possíveis.

O fato de tratar-se de um dos investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento da ilha do Faial, aguardado há demasiados anos foi reconhecido pelos peticionários. Além de servir de via privilegiada de acesso ao aeroporto, este investimento também vai interligar com o projeto de requalificação da frente mar, ordenar o trânsito do centro da cidade da Horta e, vai permiti ainda um acesso mais rápido no socorro às populações do lado norte da ilha do Faial, enfim vai claramente valorizar e beneficiar a ilha do Faial. O Governo Regional introduziu, em boa hora, pontuais alterações ao projeto aproximando-o de um conceito mais urbano, contemporâneo e adequado ao que se

pretende desta obra. As alterações introduzidas foram fundamentalmente o aumento da extensão do traçado na direção sul/norte, constituindo uma variante a poente da cidade da Horta, de plena via e, um ramal de acesso à Escola Secundária Manuel de Arriaga e área envolvente a introdução de uma ciclovia, passagens desniveladas, arborização e iluminação pública.

Não nos esqueçamos que, em 2006/2007 o GR levou a cabo a construção da 1.^a fase de uma eventual variante, mas esta foi encurtada, dividida em fases e adiada no tempo, não constituindo uma variante completa à cidade da Horta, infelizmente, como outras obras públicas no Faial, da responsabilidade da governação socialista.

Quanto à 1.^a fase da Variante à cidade da Horta, está prevista uma requalificação daquela via com a edificação de espaços pedonais, ciclovia e instalação de iluminação adaptando-a a uma via urbana, o que não estava previsto aquando da sua construção.

A obra da 2.^a fase da Variante à cidade da Horta foi amplamente discutida, no passado desde logo através de duas petições, uma a favor da obra com pouco mais de duas mil assinaturas e outra contra a obra com pouco mais de quatrocentas assinaturas, e que levaram a que o Governo Regional de então decidisse não avançar com a obra. A esmagadora maioria da população faialense defendeu e continua a defender a construção urgente da 2.^a fase da Variante à cidade da Horta, após quase trinta anos desde a sua primeira referência em sucessivos programas eleitorais, desde logo em 1996.

A variante à cidade da Horta devia estar concluída há muitos anos e ao serviço da população da ilha do Faial, da sua economia, das suas instituições, empresas e forças de segurança e de emergência.

Esta obra permitirá constituirá a principal via de ligação para os movimentos de tráfego do lado sul para o lado norte da ilha, sem passar no centro da cidade, abrindo outras vias de acesso, distribuidoras de tráfego, resolvendo situações de congestionamento ao centro da cidade, facilitar a mobilidade reduzindo distâncias e tempos de percurso, mas, também, permitirá criar áreas de expansão urbana da cidade da Horta.

Em apenas 3 anos, de facto este Governo Regional dos Açores, da Coligação PSD/CDS/PPM:

- Apresentou publicamente um projeto,
- Entre outras alterações aquela que é aquela que é a mais significativa que é o ramal de acesso à Escola Secundária Manuel de Arriaga fundamental para descongestionar o trânsito junto ao hospital e à própria escola
- Garantiu a conclusão da primeira fase da variante inacabada nesta empreitada
- Adjudicou esta segunda fase e deu início à mesma. Porque curiosamente e por coincidência hoje assinalou-se...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Coincidência?!

Deputado António Lima (BE): Coincidência!

A Oradora: ... no início desta tarde a assinatura do auto de consignação, o lançamento da primeira pedra que marca de facto o início desta obra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Apesar de todos os constrangimentos, obstáculos que lhe foram impostos nos últimos meses, decorrentes de um moroso e complexo processo de expropriação de parcelas já que não havia traçado nem tao pouco o “corredor” para concretizar este investimento foi salvaguardado pelas anteriores governações do PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Carlos Silva (PS): E o financiamento?

A Oradora: Saudamos todas as manifestações cívicas que este investimento promoveu ao longo deste tempo, acima de tudo hoje gostaríamos também de saudar todos aqueles que conseguiram com empenho, com persistência que deram forma a este projeto e permitiram que ele hoje seja uma realidade e que se veja concretizada uma das principais aspirações dos faialenses nas ultimas 3 décadas e portanto saudamos obviamente os peticionários, saudamos todos os envolvidos e congratulamo-nos pelo arranque das obras da segunda fase da variante à cidade da Horta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma primeira palavra para os peticionários representados pelo seu primeiro subscritor, António Alexandre da Costa Amaral, por terem trazido a esta Assembleia este assunto que mereceu a melhor atenção e que foi amplamente debatido e analisado.

A obra da 2.^a fase da variante à cidade da Horta é uma obra estruturante, é uma obra necessária, nomeadamente para a proteção civil e é uma obra ambicionada e desejada há muitos anos pelos faialenses, há demasiados anos, há pelo menos duas décadas que já deveria estar construída.

Esta 2.^a fase, aliás, deveria era ter sido a primeira a ser construída, mas por movimentos populares à época, a sua execução não arrancou e ao invés, foi construído o atual traçado da variante que estava planeado para ser a 2.^a fase.

Neste interregno de décadas não se garantiram terrenos e não houve a necessária e indispensável preocupação de autarcas e governações regionais anteriores para salvaguardar um corredor para a implementação desta fase da variante.

Chegados aqui, percebe-se pelas preocupações expressas pelo primeiro peticionário, que haverá proprietários sobre quem recairão

maiores impactos. É uma questão que deverá ser abordada com as obras públicas no decurso dos trabalhos da Comissão, foi possível apurar que a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas esteve sempre disponível para receber e esclarecer todos os interessados que se deslocaram aos serviços desta Secretaria na ilha do Faial, tendo resultado alterações ao projeto, por exemplo. Na sequência das diversas reuniões com a Assembleia da Escola Secundária Manuel de Arriaga, tendo havido diversas outras pessoas que interagiram, consultaram e deixaram os seus contributos para esta obra.

É imperioso que os anseios e os direitos, nos termos da lei dos diversos proprietários afetados pelo traçado desta obra, sejam esclarecidos e atendidos pelas entidades públicas responsáveis por esta obra, sabendo-se que qualquer obra tem impactos para que não se volte a colocar em causa uma obra que servirá toda a ilha, uma estrada com elevada importância para a proteção civil, importância acentuada pela nova localização do quartel de bombeiros.

Em conclusão, saudamos os peticionários por terem motivado a análise deste projeto e o escrutínio do trabalho desenvolvido pelas entidades públicas, tendo sido possível concluir que foi um processo transparente e aberto à participação dos cidadãos, tendo sido cumpridas pelo Governo Regional as normas legais em projetos desta natureza.

O futuro tem que avançar, e, neste caso da variante à cidade da Horta, o futuro já podia ter chegado há 20 anos. Mais vale tarde que nunca e será pela mão desta coligação. PSD, CDS e PPM que a obra avançará. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra, faça favor.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de saudar o grupo de cidadãos que subscreveram a petição para consulta pública do projeto da 2.^a fase da variante à cidade da Horta e, em particular, o primeiro subscritor, o Sr. António Alexandre da Costa Amaral.

Os respetivos peticionários não põem em causa a necessidade de construir uma alternativa viária ao centro da cidade e, em particular à Avenida Marginal, no entanto, apelam a uma maior transparência e capacidade de diálogo no âmbito do processo em causa.

Citando os mesmos, “consideramos que a apresentação pública, que aconteceu no dia 2 de agosto de 2021, por ter sido um acontecimento pontual, pouco divulgado à data e em período em que grande parte da

população se encontra de férias, não consistiu num momento de reflexão conjunta, informada e detalhada sobre o projeto em si. Consideramos ainda que o projeto final, em todo o seu detalhe, apenas ficou pronto após essa data, pelo que importaria que esta versão fosse apresentada e submetida ao escrutínio público”. Fim de citação.

A 2.^a fase da variante à cidade da Horta é obviamente um projeto importante e necessário para a ilha do Faial, e, naturalmente que o Partido Socialista concorda com isso, como sempre concordou.

Aliás, ninguém é contra a construção e a petição também não é nesse sentido, a petição tem a ver acima de tudo, com a consulta pública desse mesmo processo.

Depois de vários anos e de um Quadro Comunitário que não previa fundos para estradas, negociado na altura por um Governo que não teve em conta as especificidades das nossas ilhas, ...

Deputado José Toste (PS): Muito bem!

O Orador: ... surgiu e, como disse hoje o Sr. Presidente do Governo, oportunidade no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência de realizar esta obra, tendo o Governo Regional da altura, coincidência ou não, era do PS, incluindo esta obra nas prioridades da Região do mesmo plano.

O Governo Regional do PSD-PPD, CDS-PP e PPM, podendo alterar a proposta do Governo do PS para o PRR, decidiu não fazê-lo, pensamos nós, porque concordaram com as mesmas prioridades. A

partir daí inicia-se o processo, considerando que foram precisos três anos para se alterar o projeto, lançar o concurso e adjudicar a obra. Mas no meio desse processo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um décimo do tempo que os senhores levaram!

O Orador: ... esqueceram-se ou não de colocar a consulta pública ou de, pelo menos fazer uma apresentação pública do projeto aos Faialenses, podendo ter conhecimento do que se ia fazer, em particular os donos que estão a ser expropriados ou já foram expropriados dos seus terrenos.

Continuamos a vincar a necessidade de se realizar essa obra, coincidência ou não, iniciou-se hoje, como sempre fizemos.

Mas não é aceitável que, para umas situações, se enalteçam os conceitos de transparência, diálogo, seriedade, verticalidade e humildade democrática e, para outras, se atropelem esses princípios. Agora, alega-se que é preciso cumprir os prazos de execução do PRR, o que nós concordamos.

Mas durante esses três anos que passaram em que se esteve a construir o novo projeto, sim, porque já existia um projeto pronto a executar, nada impediu o Governo Regional de auscultar ou sequer informar os proprietários dos terrenos sobre a evolução deste processo e que podia ter sido evitado as dúvidas e a falta de esclarecimentos salientadas nesta petição.

Sim, os donos destes terrenos deviam ter tido o direito de o conhecer sem ser pela comunicação social...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que pena o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues só ter chegado agora!

O Orador: ...ou mesmo pela visita de técnicos do Governo Regional às suas propriedades, sem o respetivo conhecimento prévio.

Os peticionários não criam uma nova discussão, queriam a discussão que não existiu, para que fique bem esclarecido.

Para finalizar, e mais uma vez, o Partido Socialista quer reforçar que é a favor...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Convém dizer muitas vezes, porque ninguém acredita!

O Orador: ... da construção da variante, mas que de futuro não se atropela os procedimentos de consulta pública a que todos os cidadãos têm direito, disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa, faça favor, tem a palavra.

Deputado José Sousa (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em nome do Grupo Parlamentar do CHEGA, não posso deixar de saudar os peticionários que se manifestaram em busca de algumas respostas, e, uma melhor abertura ao diálogo público para projetos desta dimensão e importância.

A 2.^a fase da variante da Horta é uma obra estruturante para a ilha do Faial, reivindicada pelos Faialenses há vários anos, quando digo vários, digo muitos, este projeto tem sido alvo de poucos avanços e muitos recuos, algo que me impressiona pessoalmente, pois, claro e urgentemente nos Açores nós precisamos de menos estudos e mais ação.

É o investimento atual, mais configurado de um desenvolvimento necessário para a ilha do Faial, que permitirá melhorias significativas em termos de acesso, irá aumentar a rapidez de resposta dos bombeiros em algumas zonas da ilha e vai também permitir uma redução de trânsito dentro da cidade.

Todas as obras públicas desta dimensão devem ser apresentadas e discutidas publicamente, projetadas de acordo com a legislação e com uma visão de futuro também, prolongando a sua utilidade e permitindo melhorias que ao longo do tempo forem tidas por adequadas.

Posto isto, deve ser sempre garantida a preponderância do interesse e necessidade coletiva, como é caso de grande parte da população faialense, infelizmente, em detrimento de alguns interesses

individuais, pois se ao contrário, fosse nunca nenhuma obra se terminava ou sequer começava.

Afirmo que esta obra deve ser levada avante o quanto antes, de modo que satisfaça a vontade popular dando termo a vários problemas existentes. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Começo por saudar os peticionários, na pessoa do Sr. António Alexandre da Costa Amaral, pelo seu ato cívico de trazer este assunto ao Parlamento, expressando as suas preocupações e as suas reivindicações quanto à construção da 2.^a fase da variante à cidade da Horta.

A empreitada de construção da variante à cidade da Horta, na ilha do Faial, tem por objetivo, como é sabido construir a principal via de ligação para os movimentos de tráfego rodoviário de sul para a zona norte da cidade da Horta e a Freguesia da Conceição. Esta é uma reivindicação antiga dos faialenses que tarda, mas cuja sua concretização pela sua importância estratégica para o desenvolvimento da ilha, deve merecer o maior consenso e cuja

configuração final, naturalmente tem de servir o desenvolvimento da ilha da melhor forma.

Os peticionários na sua petição na audição em Comissão solicitam, no essencial maior transparência neste projeto, solicitam um maior diálogo por parte do Governo, que é o dono da obra e, de facto, transparência, diálogo não existiu durante este processo.

A 2 de agosto, o Presidente do Governo realizou uma apresentação que, como referiram os peticionários, foi um acontecimento sem divulgação, em circuito interno, que serviu mais para o Governo falar entre si e com, eventualmente a Câmara Municipal, do que falar para os faialenses, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... nunca houve qualquer intenção de apresentar, de dialogar, de ouvir as críticas e as opiniões e as preocupações da população nessa apresentação, aliás, como referiram os peticionários, o projeto final apenas ficou pronto após a apresentação, como se concluí que essa apresentação não passou de uma encenação que, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: sem nenhuma preocupação de informar as pessoas, de ouvir as pessoas, de colocar em discussão pública uma obra estratégica para a ilha do Faial.

No início de 2023 o Bloco de Esquerda já havia, através de requerimento, alertado para a falta de informação e falta de apresentação pública do projeto da 2ª fase da variante à cidade da

Horta, tendo o Governo Regional de então, cuja composição, em termos partidários, é a mesma do atual, respondido que o projeto não continha os requisitos para que tivesse sido necessária a consulta pública.

Esta resposta, e, alertamos a altura, era contraditória com o compromisso que o próprio Governo Regional tinha assumido relativamente a todos os projetos da rede viária financiados pelo PRR, no qual se integra a 2.^a fase à variante da Horta.

Os peticionários reconhecem a importância desta 2.^a fase da variante, mas entendem que deve existir ou deveria ter existido uma discussão pública antes de se avançar com a obra, como é normal e como é desejável e como é exigível numa obra com esta dimensão e com esta importância.

De salientar na análise em Comissão também a posição com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Manuel de Arriaga tomou, tendo referido que alertou o Governo Regional para problemas ligados aos acessos à escola, situação que poderia ter sido já atempadamente tida em conta na discussão pública que não existiu.

Do mesmo modo, a Associação de Turismo Sustentável da ilha do Faial, no seu parecer a esta petição, tendo considerado que o processo de elaboração do projeto não teve a transparência e o debate público que uma obra desta dimensão e impacto requer.

Aquilo que os peticionários exigem, por isso, e bem, é a defesa do interesse público, e, é para isso, também, que serve um processo de consulta pública.

A discussão pública e a transparência em projetos estruturantes como este dão-nos mais garantias de que não se cometem erros.

O Faial e a cidade da Horta já viram erros suficientes em grandes obras públicas, como é o caso do molhe norte do Porto da Horta.

Este projeto deveria ter sido efetivamente discutido com a população, deveria ter existido mais transparência e as preocupações dos peticionários são mais do que legítimas.

Não deixamos de salientar, terminando, que um Governo que alega ser o Governo da transparência, do diálogo ao que parece, só é transparente e só dialoga quando sabe que o outro, aquele com quem dialoga, vai concordar sem levantar quaisquer ondas. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Quero começar, mais uma vez, por enaltecer o empenho da nossa comunidade em chamar a atenção e apoiar o Governo Regional na tomada de decisões que nos tocam a todos.

Esta participação ativa é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável da nossa Região e reflete o compromisso de todos para com o bem-estar comum.

A petição em análise, que solicita uma consulta pública sobre a 2.^a fase da Variante à cidade da Horta, bem como um diálogo mais amplo e transparente, é uma demonstração clara deste compromisso.

É compreensível a preocupação com vários aspetos do projeto, como o impacto ambiental, a altura dos taludes, o número de faixas, entre outros.

Estas questões, juntamente com as preocupações relativas ao processo de expropriação de terrenos, merecem uma consideração cuidada.

O Governo Regional está consciente da importância em ouvir a opinião pública e quer assegurar que as questões levantadas por esta petição serão levadas em conta.

Juntos, através de um processo participativo e transparente, podemos garantir que o desenvolvimento da nossa Região seja feito de uma forma responsável e sustentável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos dar por encerrada a apreciação a esta petição. E vamos avançar na nossa agenda para o ponto 6 - **Proposta de Resolução n.º 12/XII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de**

2022”, apresentada pela Mesa, como é habitual, foi elaborada pelos serviços, esteve presente na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que foi analisada.

Pergunto se há inscrições? Não havendo vamos passar à votação desta Proposta de Resolução n.º 12/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução n.º 12/XII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022”, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. Avançamos para o ponto 7 da nossa agenda - **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação do Processo Comum n.º 1960/22.6T8PDL.**

Este pedido foi analisado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, elaborou o relatório que, vai no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar o depoimento solicitado e foi uma posição assumida por unanimidade na Comissão. Pergunto se há inscrições? Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação do Processo Comum n.º 1960/22.6T8PDL, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 8 da nossa agenda - **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Sr. Deputado Paulo Duarte Gomes possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 665/21.0PBAGH**, também foi analisado pela Comissão competente, tendo a Comissão, por unanimidade, dado parecer no sentido de autorizar o Sr. deputado Paulo Gomes a prestar depoimento na qualidade de arguido. Pergunto se há inscrições?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Sr. Deputado Paulo Duarte Gomes possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 665/21.0PBAGH, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos ao ponto 9 da nossa agenda - **Eleição dos Representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana**, regem esta matéria, os artigos 173.º a 175.º do nosso Regimento, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009 de 5 de agosto, integram este órgão três representantes da Assembleia Legislativa, no limite de um Deputado por partido político.

A Sra. Deputada Ana Luís e a Sra. Deputada Elisa Furtado, precisam de ser substituídas, uma vez que já não são deputadas e, portanto, as propostas que deram entrada na Mesa, por parte do PSD, o Sr. Deputado Paulo Gomes e por parte do Partido Socialista, a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Peço aos serviços que distribuam os boletins de voto para procedermos a esta eleição.

(Distribuição de boletins de voto)

Presidente: Pergunto às Sras. e Srs. Deputados se todos já votaram? Peço, então ao Sr. Secretário para efetuar a chamada, para colocarmos os votos na urna.

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos 57 Sras. e Srs. Deputados)

Presidente: Penso que todos já votaram, votaram 56 Sras. e Srs. deputados (O Deputado Vasco Cordeiro não votou).

Vamos contar os votos, se algum Grupo ou Representação Parlamentar quiser acompanhar os trabalhos, agradecemos a companhia e a fiscalização.

(Procedeu-se à contagem dos votos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para anunciarmos os resultados da votação.

Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária vai anunciar os resultados da votação, informo que para esta eleição, como prevê o Decreto Legislativo Regional, são precisos 2/3 dos deputados em efetividade de funções. Sra. Secretária tem a palavra.

Secretária: Eleição dos Representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana – Isabel Teixeira teve 43 votos sim, 7 votos não, 4 abstenções e 2 votos brancos, portanto foi eleita para a Diáspora.

Paulo Gomes teve 37 votos sim, 8 não, abstenção 11, brancos 0, portanto, Paulo Gomes não foi eleito para a Diáspora.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos repetir a votação utilizando para o efeito, porque, ou esperamos para fazer novo boletim ou utilizamos o boletim que já temos, apenas e só votando no

candidato Paulo Gomes e não considerando a candidata Isabel Teixeira, que já está eleita.

Podemos fazer assim a votação? Srs. líderes parlamentares? Peço aos serviços então que distribuam os boletins. Vota-se só no Paulo Gomes, ignora-se a candidata que já foi eleita no boletim e, portanto, vota-se só no candidato Paulo Gomes, a não ser que façamos um intervalo e fazemos novo boletim, não é preciso!?

Alerto que não podem colocar qualquer tipo de votação na Deputada Isabel Teixeira ou fazer qualquer rasura no boletim para não ser considerado nulo, portanto, esqueçam que tem aí mais um candidato e cinjam-se apenas e só ao candidato Paulo Gomes.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro seja como o Sr. quiser, rasure e faça como entender.

Podemos considerar o nome da Sra. Deputada quem quiser rasurar o nome da Sra. Deputada Isabel Teixeira, pois que rasure o nome da Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Sras. e Srs. Deputados, já todos efetuaram o seu voto? Não!? Eu já disse que não é considerado nulo, pronto! Só olharemos para o voto no Deputado Paulo Gomes.

Sr. Secretário, faça favor a chamada.

(Neste momento, procedeu-se à chamada dos 57 Sras. e Srs. Deputados)

Presidente: Penso que todos já realizaram a votação. Vamos proceder à contagem. Se os Grupos e Representações Parlamentares quiserem acompanhar, façam favor.

(Procedeu-se à contagem dos votos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, para o anúncio da votação. Deram entrada na urna 56 votos (O Deputado Vasco Cordeiro não votou).

Os resultados vão ser anunciados pela Sra. Secretária, faça favor.

Secretária: Eleição do representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana, o Deputado Paulo Gomes, obteve 39 votos sim, 13 votos não, 3 abstenções, 1 voto em branco e 0 votos nulos, portanto, foi eleito para o Conselho da Diáspora Açoriana.

Presidente: Muito bem. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

Deputado Jose Pacheco (CH): Interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

Deputado Jose Pacheco (CH): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: 30 minutos, bom atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje retomamos amanhã às 10h00. Boa noite a todos, bom descanso.

Eram 19 horas e 26 minutos.

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 09 - 04 – 2024

1- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 1/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR001.pdf>

Assunto: Exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2024 – 03 – 18

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 2/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR002.pdf>

Assunto: Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2022/A, de 24 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2024 – 03 – 27

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2024 – 05 – 13

N.º 3/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR003.pdf>

Assunto: Programa extraordinário de integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 – 04 – 01

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2024 – 05 – 23.

2- Projetos de Resolução:

N.º 2/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR002.pdf>

Assunto: Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 3/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR003.pdf>

Assunto: Ajustar o horário das lotas, rever a circular do atum rabilho e reforçar os recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas e de usos marítimos

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2024 – 04 – 03

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 4/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR004.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortênsias dos Açores

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2024 – 04 – 04

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

3 - Antepropostas de Lei:

N.º 1/XIII -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEAPpL001.pdf>

Assunto: Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 – 03 – 18

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 2/XIII -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEAPpL002.pdf>

Assunto: Simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2024 – 04 – 04

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4 - Petições:

N.º 1/XIII -

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti374.pdf

Assunto: Por um sistema de evacuações médicas mais eficazes pela FAP na RAA

Proveniência: Joana Rita Freitas Bairos

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão

N.º 2/XIII -

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti493.pdf

Assunto: Pela Igualdade de Oportunidades no Acesso à Educação -
Revisão da Portaria nº 58/2023, de 10 de julho

Proveniência: Susana Brum Martins Pamplona

Data de Entrada: 2024 – 03 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão.

5 - Requerimentos:

Assunto: Comparticipação financeira atribuída à ACRA

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 6/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque6.pdf

Assunto: Governo é o responsável pela inoperacionalidade das
Câmaras Hiperbáricas nos Hospitais da Horta e Ponta Delgada

Autores: Vasco Cordeiro, Lúcio Rodrigues, André Rodrigues,
Carlos Silva, Patrícia Miranda, João Castro, Marlene Damião,
Sandra Costa Dias, Gualberto Rita, Russell Sousa (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 7/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque7.pdf

Assunto: O estado da formação profissional nos Açores

Autores: Sandra Costa Dias, Andreia Cardoso, Isabel Teixeira, João
vasco Costa, José Eduardo e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 8/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque8.pdf

Assunto: Irregularidades no apoio aos antigos combatentes

Autores: José Pacheco e Olivéria Santos (CH)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 20

Referência: 54.09.00 – N.º 9/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque9.pdf

Assunto: Avaliação do processo relativo à implementação dos manuais digitais na Região Autónoma dos Açores

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 22

Referência: 54.10.00 – N.º 10/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque10.pdf

Assunto: Descontaminação de solos e aquíferos no Concelho da Praia da Vitória

Autores: Berto Messias, Andreia Cardoso, José Miguel Toste e Luís Vieira Leal (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 22

Referência: 54.02.03 – N.º 11/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque11.pdf

Assunto: É urgente combater a crescente sobrelotação habitacional nos Açores

Autores: Andreia Cardoso, Isabel Teixeira, José Eduardo e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 12/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque12.pdf

Assunto: Apoios aos estudantes açorianos deslocados estão por regulamentar desde 2021

Autores: Russell Sousa, André Franqueira Rodrigues, Andreia Cardoso, Sandra Costa Dias, Patrícia Miranda, Lúcio Rodrigues, Gualberto Rita, Marta Matos e José Miguel Toste (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 13/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque13.pdf

Assunto: Para quando está prevista a entrada em funcionamento do Entrepasto Frigorífico da Madalena?

Autores: Mário Tomé, Marta Matos, Carlos Silva, Gualberto Rita e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 25

Referência: 54.02.06 – N.º 14/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque14.pdf

Assunto: Ajuste direto de 1,7 milhões de euros entre a SATA-Gestão de Aeródromos, S.A. e a Provisão divulgado 3 anos depois

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 15/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque15.pdf

Assunto: Reforço das acessibilidades aéreas com o exterior da Região

Autores: Carlos Silva, André Franqueira Rodrigues, Andreia Cardoso, Gualberto Rita, Joana Pombo Tavares, Luís Vieira Leal, Marlene Damião e Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 16/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque16.pdf

Assunto: Atrasos no envio do relatório anual e na publicação de boletins informativos mensais e relatórios trimestrais do SIGICA originam ausência total de dados atualizados sobre a situação das listas de espera cirúrgicas na Região

Autores: José Miguel Toste, Andreia Cardoso, Dora Valadão, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 17/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque17.pdf

Assunto: Elementos preparatórios do Plano Regional de Saúde (2021-2030)

Autores: José Miguel Toste, Andreia Cardoso, Dora Valadão, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 18/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque18.pdf

Assunto: Garantia de alojamento protocolados para os utentes deslocados do Serviço Regional de Saúde

Autores: José Miguel Toste, André Franqueira Rodrigues, Andreia Cardoso, Berto Messias, Dora Valadão, Lúcio Rodrigues, Luís Vieira Leal, Marlene Damião, Marta Matos, Isabel Teixeira, Joana Pombo Tavares, José Ávila, José Eduardo, Lubélio Mendonça, Patrícia Miranda, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 19/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque19.pdf

Assunto: Taxa de execução do PRR Habitação abaixo dos 10% faz perigar o aproveitamento de fundos comunitários em prejuízo da melhoria das condições de vida dos açorianos

Autores: Andreia Cardoso, José Eduardo, Isabel Teixeira, João Vasco Costa e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 20/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque20.pdf

Assunto: Deficiências e ineficiências do Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 27

Referência: 54.10.00 – N.º 21/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque21.pdf

Assunto: Informações sobre número de licenciamentos e averbamentos TVDERAA

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 27

Referência: 54.10.00 – N.º 22/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque22.pdf

Assunto: Cancelamento de ligações asseguradas pela AZORES AIRLINES entre a Ilha Terceira e Lisboa

Autores: Luís Vieira Leal, Andreia Cardoso, Berto Messias e José Miguel Toste (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 27

Referência: 54.02.03 – N.º 23/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque23.pdf

Assunto: Situação da Rede de Trilhos da Região Autónoma dos Açores

Autores: Marlene Damião, André Franqueira Rodrigues, Berto Messias, Lubélio Mendonça, Lúcio Rodrigues, Joana Pombo Tavares, José Ávila, José Eduardo, Isabel Teixeira e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 24/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque24.pdf

Assunto: Constrangimentos nas ligações marítimas

Autora: Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 28

Referência: 54.02.00 – N.º 25/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque25.pdf

Assunto: É urgente definir soluções que garantam a segurança da Estrada Regional que liga as freguesias da Serreta e do Raminho e melhorar as condições do caminho alternativo

Autores: Andreia Cardoso, Berto Messias, José Miguel Toste e Luís Vieira Leal (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 01

Referência: 54.02.03 – N.º 26/XIII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque26.pdf

Assunto: Falta de ortopedistas de urgência/prevenção no Hospital de Santo Espírito

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 01

Referência: 54.06.03 – N.º 27/XIII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque27.pdf

Assunto: Quando é que o Governo pensa resolver o problema do transporte de pescado, a partir das ilhas do Grupo Ocidental?

Autores: Lubélio Mendonça, José Eduardo e Gualberto Rita (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 28/XIII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque28.pdf

Assunto: Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 29/XIII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque29.pdf

Assunto: Médicos do Serviço Regional de Saúde

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 30/XIII. -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque30.pdf

6 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: Falta de escoamento de pescado das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26

Referência: 54.09.08 – N.º 2/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp2.pdf

Assunto: Que diligências fez o Governo Regional junto da Empresa VINCI, tendo em vista a ampliação da pista do aeroporto da Horta?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26

Referência: 54.02.07 – N.º 4/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp4.pdf

Assunto: Dados Rendimento Social de Inserção nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 02

Referência: 54.09.00 – N.º 1/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp1.pdf

Assunto: Cópia das análises custo-benefício efetuadas para investimentos em empreitadas de obras públicas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 02

Referência: 54.10.00 – N.º 5/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp5.pdf

Assunto: Irregularidades no apoio aos antigos combatentes

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 05

Referência: 54.09.00 – N.º 9/XIII. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp9.pdf

7 - Informações:

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a declaração de aceitação a

Secretário da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Proveniência: Cecília Estácio, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a declaração de aceitação a Presidente da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Economia

Proveniência: Paulo Simões, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a declaração de aceitação a Relator da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Economia

Proveniência: Paulo Silveira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Ofício informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 15 de março de 2024, se procedeu à eleição da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, tendo ficado assim constituída: Presidente – Deputada Sandra Costa Dias (PS); Relator – Deputado Russell Sousa (PS) e Secretária – Deputada Cecília Estácio (PSD)

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais (CAS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Ofício ref.^a 14/024/RL a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2/XIII (PSD/CDS-PP/PPM) – Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Ana Jorge, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Francisco Gaspar, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Paulo Silveira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Sabrina Furtado, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 15;

Assunto: Ofício informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 15 de março de 2024, se procedeu à eleição da Mesa

da Comissão Especializada Permanente de Economia, tendo ficado assim constituída: Presidente – Deputado Paulo Simões (PSD); Relator – Deputado Paulo Silveira (PSD) e Secretária – Deputada Patrícia Miranda (PS)

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia (CE)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 18;

Assunto: Ofício ref.^a 15/024/RL a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII (PSD/CDS-PP/PPM) – Exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: André Rodrigues, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Maria Eugénia Leal, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Carlos Silva, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Joana Pombo Tavares, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: José Miguel Toste, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 19;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão temporária do mandato de Deputada, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 23 de março de 2024, por um período não inferior a 10 dias

Proveniência: Maria Eugénia Leal, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 19;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o despacho de nomeação de Miguel Arruda, como Secretário Parlamentar, do Gabinete do Grupo Parlamentar do CHEGA (CH)

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 03 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: José Manuel Ávila, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 20;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Flávio Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 21;

Assunto: Ofício ref.^a 16/024/MS, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comunicando que, na sequência da suspensão do mandato da Deputada Maria Eugénia Leal, essa vaga será preenchida pelo candidato Rúben Filipe Rebelo Cabral, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 23 de março de 2024, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 22;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 1/XIII (BE) – Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 03 – 22;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Ana Jorge, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 22;

Assunto: AT 384/2024, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Sr. Deputado José Manuel Resendes Leal passa a substituir a Sra. Deputada Maria Eugénia Pimentel Leal na Comissão Especializada

Permanente de Política Geral, com efeitos a partir de 23 de março de 2024

Proveniência: Marco Silva, Assessor do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 25;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte despacho de nomeação: Tatiana Maria Pires Gil, Secretária Parlamentar, do Grupo Parlamentar do CHEGA (CH), com efeitos a partir de 1 de abril de 2024

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 03 – 25;

Assunto: Ofício ref.^a 56923015 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com agendamento do 1.º interrogatório para que o Senhor Deputado Paulo Gomes, possa ser interrogado na qualidade de arguido no âmbito do Inquérito 665/21.OPBAGH, que corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Angra do Heroísmo

Proveniência: Dra. Catarina Carloto, Procuradora da República

Data de Entrada: 2024 – 03 – 25;

Assunto: ofício ref.^a 37/2024 remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com o despacho de exoneração do Secretário Parlamentar Miguel António Taveira Franco Sousa Arruda, do Grupo Parlamentar do CHEGA (CH), com efeitos a partir de 25 de março de 2024

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 18 de março de 2024, Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco para o cargo de Assistente do Grupo Parlamentar do PS

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: António Lima, Deputado da Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 03 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Luís Vieira Leal, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 27;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2024/261 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório Anual sobre a aplicação do DLR n.º 20/2010/A, de 31 de maio, alterado e republicado pelo DLR n.º 18/2014/A, de 30 de outubro, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos Serviços da Administração Regional e Local

Proveniência: Ricardo Madruga da Costa, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 03 – 28;

Assunto: Ofício INT-SRAPC/2024/3/JMP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório trimestral detalhado sobre a evolução financeira e material dos investimentos destinados à recuperação dos danos causados pelo Furacão Lorenzo

Proveniência: Dr. Paulo Estêvão, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 04 – 01;

Assunto: Ofício INT-SRAPC/2024/13/JMP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Planos de Atividade e Orçamento das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Dr. Paulo Estêvão, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 04 – 01;

Assunto: Correspondência remetida por email a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propondo que o artista Jorge Oliveira Ferreira fosse agraciado com uma Insígnia Honorífica Açoriana

Proveniência: Humberto Rosa, Assistente Técnico da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2024 – 04 – 02;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: João Mendonça, Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 04 – 02;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 2/XIII (CH) – Simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 04 – 04;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 4/XIII (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortênsias dos Açores

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 04 – 04.

3- **Relatórios:**

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 08; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19285.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 14XII (GOV) – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 03;

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação do Processo Comum n.º 1960/22.6T8PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19234.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Deputado Paulo Duarte Gomes, possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 665/21.OPBAHG

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19233.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19249.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19250.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Sabrina Marília Coutinho Furtado

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19251.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19252.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Flávio da Silva Soares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19253.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Duarte Gomes

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19254.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Joaquim Ferreira Machado

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19255.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Délia Maria Melo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19256.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19257.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Manuel Raposo Gaspar

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19258.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Joana Pombo Sousa Tavares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19259.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Miguel de Freitas Toste

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19260.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Manuel Gregório de Ávila

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19261.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado André Filipe Franqueira Rodrigues

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19262.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Luís Miguel Teixeira Raposo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19263.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Luís Miguel Vieira Leal

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19264.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Carlos Emanuel Rego Silva

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04– 03. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19265.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 04 – 08. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19281.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 04 – 05; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19273.pdf

4- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 124, 125, 128, 129, 130, 131/XII e o Diário n.º 1/XIII.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 2, 4 e 5/XIII.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Luis Miguel Vieira Leal

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Cota Soares

A redatora, *Sónia Furtado*